



DIÁRIO OFICIAL

Estado de Rondônia

ANO XXIX PORTO VELHO, QUARTA - FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2015 Nº 2657 - CADERNO PRINCIPAL

www.diof.ro.gov.br

imprensaoficial@diof.ro.gov.br

Atos do Executivo

SUMÁRIO

Governadoria.....	01
Secretaria Executiva do Gabinete do Governador.....	
Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão.....	20
Sec. de Estado de Assuntos Estratégicos.....	24
Secretaria de Estado de Saúde.....	28
Secretaria de Estado de Educação.....	44
Sec. de Est. da Seg., Defesa e Cidadania.....	51
Sec. de Estado de Justiça.....	63
Defensoria Pública.....	63
Secretaria de Estado de Finanças.....	67
Sec. de Assistência Social.....	76
Sec. de Estado do Desenvol. Ambiental.....	
Sec. de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária.....	76
Departamento de Estradas de Rodagem.....	77
Departamento de Obras e Serviços Públicos do Estado de Rondônia.....	91
Assembleia Legislativa.....	
Prefeitura Municipal da Capital.....	
Camaras Municipais do Interior.....	97
Prefeituras Municipais do Interior.....	96
Institutos Municipais.....	
Ineditoriais.....	98

GOVERNADORIA

DECRETO DE 07 DE JANEIRO DE 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições, que lhe confere pelo artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, e conforme consta no Ofício 251/GAB/DPE de 09.12.2014.

RESOLVE:

Prorrogar a cedência, a contar de 1º de janeiro de 2015, sem ônus para o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, até 31 de dezembro de 2015, do servidor **MARCELO OLIVEIRA DE AZEVEDO**, Auxiliar em Fiscalização de Trânsito, matrícula nº 300109243, pertencente ao Quadro de Pessoal do Departamento Estadual de Trânsito, para desenvolver suas atividades na Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 07 de janeiro de 2015, 127ª da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

JOSÉ DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE
Diretor Geral do DETRAN/RO

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições, que lhe confere pelo artigo 65, inciso V, da Constituição Estadual, nos termos da Lei Complementar n. 733, de 10.10.2013, e conforme consta o Ofício nº GG 01, de 09.01.2015, Ofício nº GG 55 de 04.02.2015, Ofício nº 526/2015-SEGG e.

RESOLVE:

Prorrogar a Cedência, a contar de 1º de janeiro de 2015, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, até 31 de dezembro de 2015, do servidor **LUIZ EDNALDO LINS MACIEL**, Agente Administrativo, Matrícula n. 300099864, lotado na Secretaria de Estado da Saúde - SESA, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, para desenvolver suas atividades no Governo do Estado da Paraíba - PB.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 27 de fevereiro de 2015, 127ª, da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

HELENA DA COSTA BEZERRA
Superintendente Estadual de Administração e Recursos Humanos

Procuradoria Geral do Estado

EXTRATO Nº. 001

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 001/PGE/2014

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA PGE.

CONTRATADA: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE RONDÔNIA - CAERD

CNPJ/MF Nº. 05.914.254/0001-39

REPRESENTANTE: IACIRATEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR – Diretora Presidente.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência entre as partes, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 03.01.2015, podendo desta forma a **CAERD**, continuar utilizando os serviços da Contratada na forma determinada no Contrato nº. 001/PGE-2014.

PROCESSO: 01.1103-00004-00-2014

VIGÊNCIA: Doze Meses

DA COMARCA: Ji-Paraná

DATA DE ASSINATURA: 02.01.2015

ASSINAM:

JURACY JORGE DA SILVA
Procurador Geral do Estado

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretor Presidente

LUCIANO WALERIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e de Negócios

EXTRATO Nº. 001

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 001/PGE/2014

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA PGE.

CONTRATADA: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CACOAL - SAAE

CNPJ/MF Nº. 04.395.067/0001-23

REPRESENTANTE: LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO – Representante do SAAE/CACOAL.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência entre as partes, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 03.01.2015, podendo desta forma a **SAAE**, continuar utilizando os serviços da Contratada na forma determinada no Contrato nº. 001/PGE-2014.

PROCESSO: 01.1103-0002-00-2014

VIGÊNCIA: Doze Meses

DA COMARCA: Cacoal

DATA DE ASSINATURA: 02.01.2015

ASSINAM:

JURACY JORGE DA SILVA
Procurador Geral do Estado

LUIZ CARLOS DE SOUZA PINTO
Representante do SAAE/CACOAL



DIÁRIO OFICIAL

Estado de Rondônia

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador

EMERSON SILVA CASTRO
Secretário Chefe da Casa Civil

WILSON DIAS DE SOUZA
Diretor de Imprensa Oficial

MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO

RECEBIMENTO DE MATÉRIAS: Diariamente, das 07h30min às 13h30min De 2ª a 6ª feira

OBSERVAÇÃO: As matérias encaminhadas para publicação deverão estar formatadas rigorosamente de acordo com as normativas expedidas por este Departamento de Imprensa Oficial, disponível para consulta no site www.diof.ro.gov.br, link "Norma de Publicação".

DO TEXTO: A revisão de textos é de inteira responsabilidade do órgão/cliente emissor.

PUBLICAÇÃO: A Imprensa Oficial do Estado de Rondônia tem o prazo de 03 (três) dias úteis para a publicação de qualquer matéria, a partir da data do seu recebimento.

RECLAMAÇÃO: Deverá ser encaminhada por escrito à Diretoria da Imprensa Oficial do Estado de Rondônia, no prazo máximo de (05) dias úteis, após a sua publicação.

Diretoria, Administração e Parque Gráfico:

Rua Antônio Lacerda, nº 4228-A
Bairro Embratel - Setor Industrial.
Porto Velho - RO
CEP: 76.821-038

Fone: (69) 3216-5728

Controladoria Geral do Estado

AVISO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Controladoria Geral do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 2º art. 7º da Lei Estadual 2414/2011 c/c art. 23 do Decreto 16.089/2011 e de acordo com o Ofício nº 0150/2015/SGCE do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia DETERMINA a inclusão das pessoas naturais nominadas abaixo no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual CAGEFIMP, pelo período especificado abaixo, a contar da publicação deste.

Origem: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Autos: 0016283-30.2001.822.0017
Interessado: José Jaques da Silva CPF nº 142.285.561-91
Luiz Mauro Cardoso CPF nº 414.019.309-30
Penalidade: suspensão de 03 (três) anos

Porto Velho (RO), 04 de março de 2015.
Leonor Schrammel
Controlador Geral do Estado

SUPEL

Aviso De Licitação Superintendência Estadual De Compras e Licitações

Pregão Eletrônico Nº. 012/2015/CEL/SUPEL/RO.
Tipo Menor Preço (POR ITEM).
Processo Administrativo: **01.1514.00073-00/2014/FUNESBOM.**

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de **BASE DE ATENDIMENTO MÓVEL**. Valor Estimado: **R\$ 4.434.858,68 (quatro milhões quatrocentos e trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos)**. Data de Abertura: 25/03/2015 às 11h00min (horário de Brasília - DF). Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada das 07h30min. às 13h30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, **gratuitamente no endereço eletrônico www.supel.ro.gov.br**. Outras informações através do telefone: (0XX) 69.3216-5139. Porto Velho/RO, 10 de março de 2015.

SILVIA CAETANO RODRIGUES
Pregoeira/CEL/SUPEL/RO

Aviso De Licitação
Superintendência Estadual De Compras e Licitações

Pregão Eletrônico Nº. **068/2015/BETA/SUPEL/RO**.
Tipo Menor Preço Por Item
Processo Administrativo: **01.1734.00986-00/2014**
Objeto: **Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Material de Consumo (Suprimento de Informática) para atender a AGEVISA por período de 12 (doze) meses.** Valor Estimado: **R\$ 97.153,80**
Data de Abertura: **24/03/2015 às 09h30min (horário de Brasília - DF)**.
Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: consulta e retirada

da das 07h30min às 13h30min (Horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, **gratuitamente no endereço eletrônico www.supel.ro.gov.br**. Outras informações através do telefone: (0XX) 69.3216-5366. Porto Velho/RO, 09 de março de 2015.

FERNANDO NAZARÉ FERNANDES
Pregoeiro BETA/SUPEL-RO

AVISO DE ADENDO MODIFICADOR Nº.: 002

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na Portaria nº 048/GAB/SUPEL, de 01 de novembro de 2013, publicada no DOE Nº 2334, de 05 de novembro de 2013, torna público aos interessados referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 631/2014/BETA/SUPEL/RO**, formalizado através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01.1501.00211-00/2013**, cujo objeto é o **Registro de Preço para eventual aquisição de Roçadeiras, Moto Serras, Lavadoras de Alta Pressão, Cabo de Eletricidade, Mangueira para água e Máquinas de Solda detalhados e especificados no ANEXO I do termo de referência**, que foram efetuadas as seguintes alterações no Edital (Anexo I - Termo de Referência - Valor de Referência - Itens 1 a 6), bem como no Quadro Estimativo de Preços (Itens 1 a 6, preço médio e valor total), solicitadas pelo órgão requisitante. Informamos que o edital retificado encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.rondonia.ro.gov.br e que, em face das alterações efetuadas e em atendimento ao art. 20 do Decreto Estadual nº. 12.205/06, e ainda, ao § 4º, do Art. 21, da Lei 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão, fica reaberto o prazo inicialmente estabelecido, para a abertura do certame no dia **23 de março de 2015, às 09h30min (horário de Brasília - DF)**, através do site www.comprasnet.gov.br, permanecendo os demais itens e anexos do Edital inalterados.

Porto Velho/RO, 10 de março de 2015.

FERNANDO NAZARÉ FERNANDES
Pregoeiro EQ. BETA/SUPEL/RO

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 38/2015
PREGÃO ELETRÔNICO: 694/2014
PROCESSO: 01.1514.00104-0000/2014

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE RONDÔNIA**, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, CURVO 03 RIO JAMARI 1º ANDAR - BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo **Superintendente da SUPEL**, Senhor Márcio Rogério Gabriel e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual, para atender as necessidades do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - **CBM/RO**, conforme Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº.

8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual, para atender as necessidades do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - **CBM/RO**.

1.2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

2.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

5.2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - D O PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.2. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações.

6.3 PRAZO DE ENTREGA: A entrega do objeto será realizada de acordo com as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, **no prazo de 30 dias**, contados a partir do recebimento do empenho.

6.4 LOCAL/HORÁRIOS: O material deverá ser entregue na Coordenadoria de Material e Patrimônio do CBMRO, localizada na Rua José Vieira Caúla, 5582 – Bairro Cuniã, no município de Porto Velho/RO. Horário de funcionamento: 07h30min às 13h30min, segunda a sexta-feira, nos dias úteis.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado.**

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la.**

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O Estado de Rondônia, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento no prazo de até 30 **(trinta) dias corridos**, contada da data do aceite da nota fiscal.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Estado, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora

da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia;

9.3.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.3. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Estado de Rondônia.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido ao Ministério Público**, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10 Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos do Artigo 24 e 25 do Decreto 18.340/13, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3 . A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou

9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. É facultada aos órgãos s ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço."

11- DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

11.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação;

12.2 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

12.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

12.5 Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

12.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

12.8 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.9 Toda e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

12.10 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.3 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4 Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:

CBM/RO – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

GENEAN PRESTES DOS SANTOS

Gerente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015**ANEXO ÚNICO DA ATA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	MACACÃO DE VÃO 1.1. DESCRIÇÃO DOS OBJETOS. Composição da Fibra: Tecido composto de 93% de fibra Meta Aramida, 5% Para Aramida e 2% fibra antiestática, (DMI 001 e 002-Me), anti-chamas, em construção tipo tela 1x1 plana, com fios de 2/60 Nm no urdume e trama. Densidade 24 fios no urdume e 21 fios na trama, + ou ± Conforme Norma UNE-EN 1049-2: 1995, ISO 7211-2:1984 MOD, (DMI 003-Me), que permite o perfeito equilíbrio da fibra durante o uso. Com gramatura mínima de 165 gr/m², + 2% e máxima de 175 gr/m², conforme Norma, UNE 40339:1976, ISO/DIS 38012:1976 (DMI 005-Me), espessura de 0,45 mm + ou -2%. Resistência a tração na trama de 88 daN no mínimo no urdume e 68 daN na trama, conforme Norma UNE-EN ISO 13934-1:1999, (DMI 007-Me). Sua estabilidade dimensional da trama e urdume são de - < 3,0, conforme Norma UNE-EN 25077:1996, ISO 5077:1994, (DMI 015-Me). Flamabilidade da fibra conforme teste realizado de laboratório e em campo de provas, a resistência a chamas aberta é de 12 segundos com jatos dirigidos de maçarico a uma temperatura de 1100° C +/- 25°C. Resultados a serem obtidos deverão ser: = < 0,5 Seg., para tempo de extinção da chama depois de retirada do queimador (DMI -25 Me). Os velkros (ganchos e argolas) deverão ser de multifilamento de Poliamida N6, 6 e tratamento anti chama á base de resina Fyrol FR2, com tração longitudinal de 8,0N/cm², Deslocamento 1,3 N/cm, tração de 1 Loop (2QM) 1,9 N, tempo de queima de 15, Espaço queimado 200,0 mm, tração longitudinal após 5000 ciclos 5, N/cm² e descolamento após 5000 ciclos 0,65N/cm. Zipper confeccionado em fibras sintéticas com propriedades permanentes inibidoras de chama, conforme Norma YFS M0510 M-F-26 tendo como referencia as Normas FMVSS-302, ASTM-D-635, ISSO-3795, JIS-D1201 e DIN-4112-B1. Cor Verde Sália (Sage Green) deverá se aplicada pelo método de tintura em massa e deverá ter tratamento contra raios ultravioleta. 1.2. ESPECIFICAÇÕES. Modelo: Macacão com gola reta, na cor verde (sarge green), com entreteia e com 90 mm de altura e com pontas arredondadas; manga comprida, com ajuste composto: macho, e fixada na manga, a parte fêmea de 30 mm por 120 mm. A manga do lado esquerdo deverá ter bolso, com fechamento em zipper lateral, anti-chamas com 140 mm de comprimento, cursor em metal oxidado e extensão do mesmo material do macacão na cor verde. Altura de 150 mm, largura de 60 mm, sobreposição de porta canetas em quatro divisões duas	40,00	UNIDADES	DELTA	R\$ 1.192,35	R\$ 1.082,17	-9,24	DELTA SERVIÇOS COMERCIAL E ASSESSORIA LTDA EPP

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 1

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

frontais e duas, posterior, lapela de 70 mm por 150 mm com fechamento em de duas fitas, sendo o lado macho 1QNY e ganchos e 2QMY e do lado fêmea, com argolas, que ao contato se aderem. Com tratamento anti-chamas conforme Norma YFS M0510 M-F-26, na cor verde. Fechamento frontal com zipper na cor preta, de duplo curso, coberto com uma vista de 10 mm, com uma interteia cilíndrica interna em toda extensão para facilitar o manuseio do cursor, sem risco de sobreposição da aba. Sua extensão vai desde a gola até a união da costura do gancho. O carro deverá ter extensor no mesmo material do macacão na cor verde. Reforço nos ombros, bolsos frontais estampados na parte superior. Nas costas deverá possuir duas palas de 40 mm cm cada na costa superior, acabando em zero na parte inferior da cintura. Proteção do cinto de ajuste em toda parte posterior da frente. Cinto de ajuste embutido nas costas com largura de 40 mm, e cobertura de 70 mm. O macacão deverá ter um fundilho em forma de losango, da mesma fibra, nas costuras que compõe o cavalo. Os demais acessórios que fazem parte da composição do macacão, com suas respectivas medidas e posições, encontram-se nas páginas a seguir. 1.3. ACESSÓRIOS/ BOLSOS/ POSICIONAMENTO: Medidas e posicionamento nas páginas abaixo. 1.4. REFORÇO NOS OMBROS: O reforço é feito com a mesma fibra que compõe o macacão, com as medidas e posicionamento (vide acessórios) citados nos anexos. 1.5. FECHAMENTOS: O macacão será fechado por um zipper, com duplo curso, coberto por uma vista simples, partindo do lado esquerdo de 30 mm. Sua extensão vai, frontalmente, da gola até 50 mm antes da união das costuras; o carro superior do zipper deverá possuir uma alça do mesmo material do tecido do macacão na cor preta As costuras de fechamento nas laterais, ombros, braços internos e pernas externas deverão ser duplas, com simetrias retas. 1.6. MEDIDAS: Serão padronizados os seguintes critérios: Unidade de medidas das dimensões: Milímetro (mm). Tamanhos: conforme tabela abaixo sendo que as medidas são referentes ao molde de todos os tamanhos. Para identificação do tamanho certo de cada usuário favor verificar e identificar na tabela de medidas masculinas a seguir (CONFORME ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES EM ANEXO). 1.7. LINHAS: Linha de fibra aramida anti-chamas, na mesma cor da fibra. É de dois cabos torcidos entre si, formando um só filamento, com resistência mínima de 15 kgf/cm². Todas as manutenções que poderão vir a serem feitas posteriormente deverão ser feitas com a mesma linha. 1.8. PONTOS POR CENTÍMETRO LINEAR: As costuras interferem diretamente na vida útil do macacão, logo se recomenda que tenha no mínimo 2,5 pontos por centímetro linear. 1.9. REFORÇO/COSTURA / TRAVETE: Os reforços de costura deverão ser feitos em todos os pontos de maior tração de ruptura. Caso não seja feito,								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 2

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

deverá interferir na durabilidade do macacão. Os travetes deverão estar presentes na entrada dos bolsos, no acabamento do zíper frontal. 1.10. SIMETRIA: As costuras deverão ser retas e paralelas quando necessário. Os acessórios deverão estar alinhados verticalmente e horizontalmente. As não qualificações destes itens comprometem diretamente no acabamento do macacão. 1.11. AVIAMENTOS: Todos os componentes deste macacão deverão ser anti-chama ou retardante a chama, não podendo em situação alguma entrar em ignição. 1.12. SEGURANÇA: Quando da utilização deste macacão com esta fibra especificada, a integridade física é mantida, pois esta fibra não entra em ignição no caso de acidente com chamas. Em ensaios de laboratórios a fibra comprovou que necessita de 12 segundos de exposição a uma temperatura de 1100º C para enrijecer. Mesmo após estes 12 segundos a fibra não adere à pele. Este fator ameniza a gravidade da queimadura. A fibra oferece resistência na maioria dos produtos químicos. 1.13. GARANTIA: Garantia mínima de 12 meses fornecida pelo fabricante. 1.14. CERTIFICADOS/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/LAUDOS: A empresa licitante vencedora deverá enviar via fax junto com a habilitação jurídica, para fins de habilitação técnica por ser tratar de equipamento militar que requer segurança os seguintes Atestados, Certificados e Laudos: Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa de direito público ou privado, e cópia da NF relativa a este certificado, comprovando o fornecimento do bem objeto desta licitação, em característica e quantidade. Sendo que os Laudos deverão ter no mínimo os testes realizados: Composição da Fibra; Gramatura da Fibra; Espessura da Fibra; Construção da Fibra; Densidade da Fibra no Urdume e Trama; Resistência a Tração da Fibra no Urdume e Trama; Estabilidade Dimensional da Fibra; Flamabilidade da Fibra; Extinção da Chama; Solidez da Cor à Lavagem. Os documentos deverão ser apresentados no original ou em cópia autenticada. Obs. Os laudos deverão estar de acordo com os valores expressos nesta especificação. O não cumprimento da habilitação técnica em parte ou total a empresa será inabilitada. 1.15. ETIQUETAS. Deverá constar na etiqueta: 15.1 Nome da empresa; 15.2 Cadastro Nacional Pessoa Jurídica; 15.3 Instruções de lavagem clara e definida; 15.4 Número do lote; 15.5 Data de fabricação; 15.6 Tamanhos; 15.7 Espaço para inscrição do registro e nome do usuário. 1.16. EMBALAGENS: Deverá ser acondicionada individualmente em embalagem individual e transparente e depois em caixa de papelão devidamente identificada com etiquetas, constando à quantidade e numeração. 1.17. ACESSÓRIOS INTEGRANTES DO MACACÃO DE VOO. Os desenhos das peças: A ± Reforço no ombro. O reforço deverá ser fixado com costuras duplas e paralelas entre si, sendo

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 3

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

que a costura de fechamento do ombro deverá estar bem no meio do reforço. O lado menor do reforço é feito junto com o fechamento das mangas, e o lado maior deverá ficar 60 mm da base do colarinho. B ± Bolso lateral médio, perna esquerda. Sua base é fixada na perna esquerda com 470 mm acima do barramento e fixado com costuras paralelas entre si, sobre o tecido da perna. C ± Bolso Superior Direito. Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado direito do bolso possui 30 mm de distância do fechamento lateral do macacão. Sua fixação é feita com costura duplas e paralelas entre si, sobre o tecido do macacão. D ± Identificação: A parte fêmea do velcro deve ser fixada no tecido na altura do peito, com máquina reta. É parte integrante desta confecção o velcro macho nas mesmas proporções. O velcro deve obedecer à mesma cor do macacão. E ± Bolso Superior Esquerdo: Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado esquerdo do bolso possui 30 mm de distância do fechamento lateral do macacão. Sua fixação é feita com costura duplas, paralelas entre si, sobre o tecido do macacão. F ± Cinto de Ajuste Traseiro: O ajuste na parte traseira é feito com elástico de média tenacidade, com 40 mm de largura. A medida indicada refere à proteção do elástico na parte traseira. Esta proteção é fixada por cima do tecido do macacão, por meios de costura dupla paralelas entre si. A fixação é feita aproximadamente 50 cm abaixo da base do colarinho. G ± Bolso na Manga ± Lado Esquerdo: Bolso com lapela e porta caneta, fixo 90 mm abaixo do fechamento do ombro. A fixação deve ser feita com costuras duplas, paralelas entre si, fixo sobre o tecido do macacão. H ± Velcro Fixo Fêmea: Velcro na cor do macacão fixado com costuras simples. Sua fixação é logo abaixo dos bolsos superiores direito e esquerdo. I ± Ajuste de Velcro no Punho: Velcro de 30 mm da mesma cor preta, sendo a fêmea fixa no fole do punho. O macho é quem faz o ajuste. A lapela do velcro e o velcro fêmea são fixados com costura simples. As fixações devem ser feitas 20 mm acima da barra da manga. J ± Zíper no Barramento: Fixo na vertical, com costuras duplas paralelas entre si, sobre o tecido do macacão e com lapela para que o mesmo não fique aparente. A finalidade deste zíper é de aumentar a boca da barra em 80 mm. As extremidades que fixam o zíper deverão estar 45 mm do fechamento do macacão. K ± Bolsos Laterais Inferiores: Fixado sobre o tecido do macacão, com costuras duplas paralelas entre si. A base do bolso deve ser fixada 65 mm acima do barramento. L ± Tira de Ajuste Velcro na Cintura: A tira de ajuste é confeccionada com mesmo material do macacão. Na parte inferior da tira é fixado macho da mesma largura. M ± Identificação no Ombro e Lado Esquerdo Superior: A fixação do velcro, da mesma cor do macacão, é feita com costura simples. O velcro a ser fixado é a fêmea, devendo estar 30 mm abaixo do

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 4

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

	fechamento dos ombros. A fixação do velcro fêmea na altura do peito, no lado esquerdo, superior. A parte superior do velcro deverá estar 170 mm abaixo do fechamento dos ombros. O lado esquerdo do velcro deverá estar fixado a uma distância de 45 mm do zíper frontal. É parte integrante o velcro macho com as mesmas dimensões. N ± Identificação Bolso Superior Direito: A fixação é feita com costura simples, sobre o tecido do bolso do lado direito superior. O velcro deve ser da mesma cor do macacão. O lado esquerdo do velcro deverá estar fixado 10 mm da costura dupla do bolso. A base do velcro fixado deverá estar 50 mm da base do bolso, lado direito. É parte integrante o velcro macho nas mesmas dimensões. O ± Bolso Médio em Diagonal Perna Esquerda. P ± Bolso Médio Perna Direita.							
0002	BOTAS DE VÔO: 1. DAS CARACTERÍSTICAS: Bota de cano longo confeccionada em couro bovino flor integral com acabamento semi-brilho Hidrofugado e anti-chamas aprovado na norma EN15.090. Couro sem marcas, isento de cortes, furos, cicatrizes, bem como sinais de parasitas, ou seja, carrapatos, bernes e outros defeitos provocados por riscos de cerca, chifradras, marcas de fogo, etc.; Com espessura entre 2,0 e 2,2 milímetros, Complementado com acolchoado em 3 gomos em napa vestuário hidrofugado; Forração interna deve ser em micro filamentos para melhor transpiração dublada com microcápsula de gerenciamento térmico que diminui em até 4 graus a temperatura dos pés; Biqueira confeccionada em Material termoplástico de alta resistência com sobreposição em borracha vulcanizada a frio para proteção, sem costura; A bota deverá possuir fecho tipo zíper ou similar em nylon número 8 fixado no lado interno no cano com mínimo de 15cm de extensão e tira em couro com fecho de contato na parte superior para fixação do cursor; Solado de borracha nitrílica modelo marumby de alta performance vulcanizado com polibutadieno, modelo robusto com desenho que favorece um melhor grip e durabilidade, com Entresola interna em EVA de 16 milímetros no salto e 7 na planta em toda extensão interna do solado para maior conforto e absorção de impacto. 1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Cabedal: Deverá ser confeccionado em couro bovino tipo integral hidrofugado e anti-chamas, o tempo de hidrofugação mínimo deve ser de 5 horas, com espessura de 20/22 linhas (2,0 a 2,2 milímetros); Estruturado com não tecido de 1,5mm ou similar para melhorar o conforto, estrutura e flexão, aparência final semi-brilho, na cor preta; Colarinho acolchoado; Deverá ser confeccionado em napa vestuário com espessura de 0,9 a 1,1mm hidrofugado. O acolchoamento deve ser com espuma polimérica de 6 milímetros com densidade de 70 na parte interna do cano para melhor conforto. Forro do Cabedal: Deverá ser confeccionado em malha têxtil ou	20,00	PAR	GUARTELA	R\$ 692,20	R\$ 692,15	-0,01	ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA EPP

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 5

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

	similar, gramatura superior a 240 g/m2 e sem espuma de célula fechada, deve possuir rápida dispersão de umidade interna com gerenciamento de temperatura; Malha 3D com proteção antimicrobiana de Prata Ativa ou similar, que inibe a proliferação da bactéria Staphylococcus Aureus (ATCC 6538); Possuir Coeficiente de Permeabilidade superior 20mg/cm2 de acordo com EN ISO 240347:2004 - Coturnos Militares; Forração interna possuir permeabilidade ao vapor de água. A estrutura molecular do material de poliéster deve possuir efeito condutor ao vapor de água; Na região do calcanhar deve possuir um acolchado em 2 gomos em napa vestuário hidrofugado espessura de 0,9 a 1,1mm com recheio em espuma densidade 45 para facilitar o movimento de posicionamento tático na região de articulação do tornozelo. Calcanhar: Conforto, confeccionado em material termoplástico de alta durabilidade e resiliência, constituído por uma lâmina de resina polimérica, contendo adesivos granulados ativados por calor e pressão, reforçada por uma tela de poliéster, com espessura de 1,8 milímetros. Palmilha de Montagem: Constituída em de fibra resinada resistente a penetração de objetos pontiagudos; Espessura de 2,5mm; Não deve possuir objetos metálicos. O peso do par da bota tática não poderá ultrapassar 1,4Kg, tendo como referência o nº 40; A diferença entre a massa do pé esquerdo e do direito não deve ser superior a 10 gr, conforme NBR 14835. Fecho de saque rápido: Confeccionado em nylon número 8 tipo YKK ou similar com presilha em couro com fecho de contato para fixação do cursor. Palmilha de Conforto: Palmilha de conforto moldada em EVA com formato anatômico e sistema regular fit (ajuste ao pé) para melhor distribuição do peso no caminhar; Revestida com tecido poliéster pluma; Espessura de 9mm no salto, 12mm no enfraque e 6mm na planta. Deverá possuir tratamento bactericida integral que inibe a proliferação da sudorese excessiva e fungos. Resistência da cor ao atrito: A seco mínimo 70 ciclos grau 4,0 Escala cinza; A úmido com solução de suor mínimo 30 ciclos grau 4,0 Escala cinza; Atacador ou Cadarço: O atacador deve possuir tratamento hidro repelente; Constituído em poliéster com formato tubular (Redondo) tramado de forma circular, medindo 1,8 metros de comprimento e 15 milímetros de circunferência com ponteiros resinadas e miolo em cabo duplo também de poliéster para melhor durabilidade. Passadores de cadarços: Na parte superior do passador de cadarço deverá possuir 4 (três) pares (em cada pé) de furos com reforço em napa vestuário internamente para maior segurança; Na parte inferior deverá possuir 5 (cinco) pares (em cada pé) de furos sobrepostos a base do cabedal para maior segurança e melhor ajuste dos cadarços; Na área de flexão e ajuste, deverá possuir um corte em V para facilitar a flexão no caminhar, correr ou agachar. Aviaamentos: Deverão ser de 1ª qualidade, 100%							
--	--	--	--	--	--	--	--	--

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 6

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

poliamida: Sendo que as costuras do reforço da gáspea, reforço frontal, partes dianteira e traseira do cano deverão ser feitas com linha 30 (trinta) e as demais com linha 40 (quarenta). Entresola: Em EVA de alta qualidade, preparado com sistema de UV, com 16/7 milímetros para maior conforto e absorção de impacto durante o caminhar ou correr, vulcanizado na camada interna de borracha e no cabedal com adesivos termo reativados. Solado: A borracha nitrílica resistente a 300 graus em 1 minuto deverá ser composta de estireno-butadieno e polibutadieno vulcanizado a base de enxofre para proporcionar durabilidade e abrasão com as seguintes especificações: DUREZA ASTM $\pm$ D- 2240 02B = 58 $\pm$ 3 SHORE "A". DENSIDADE ASTM - D $\pm$ G/CM3; ABRASÃO NBR ISO 20344 ITEM 8.3 = 150 $\pm$ 10 MM3. Cano $\pm$ O cano deverá ter altura conforme a tabela abaixo (CONFORME ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES EM ANEXO). Identificação do Calçado: A identificação do fabricante deve ser estampada ou gravada no cabedal e a marca do produto no solado). Numeração: deve seguir a escala francesa, gravado sob solado partindo do nº 35 até o nº 45, distribuídos conforme pedido. 1.2 CARACTERÍSTICAS DO COURO: Couro bovino curtido ao cromo tipo integral, com espessura de 2,0 a 2,2mm, com tratamento de hidrofugação e anti-chamas com absorção de água máxima 35%/2h (sistema Bally) segundo a norma internacional de impermeabilização DIN EN ISO 5403; O tingimento deve ser atravessado, no carnal e na flor na cor preta, Espessura 20 / 22 linhas (2,0 a 2,2 milímetros); Resistência à flexão (sem danos visíveis a olho nu): A seco mínimo $\pm$ flexões; A úmido mínimo $\pm$ flexões; Resistência ao rasgamento: deve apresentar valor mínimo de 180,0 N/cm; Resistência da adesão do acabamento: A seco mínimo $\pm$ g/cm; A úmido mínimo $\pm$ g/cm; Resistência da cor ao atrito (abrasão mínima de 150 $\pm$ ciclos $\pm$ grau 4,0 Escala cinza; A úmido mínimo $\pm$ ciclos $\pm$ grau 4,0 Escala cinza. Resistência à penetração de água: A penetração não deve ocorrer antes de 2 (duas) horas; Especificações Físico-químicas (material): Tempo de penetração da água em minutos: 120 (cento e vinte) minutos; Penetrômetro: I UP/10; Percentual de absorção em 120 (cento e vinte) minutos: 30%; Umidade (mínimo e máximo): 14 a 18%; Óxido de cromo $\pm$ mínimo: 3%; Matéria graxosa: 3 a 8%; Substâncias dérmicas $\pm$ mínimo: 60%; Sais solúveis em água (substâncias solúveis): 4% máxima; PH ácido: 4; Resistência a chamas segunda a norma EM 15.090. 1.3 CARACTERÍSTICAS DA NAPA VESTUÁRIO: Napa vestuário curtido ao cromo, com espessura de 0,9 a 1,1mm, com tratamento de hidrofugação com absorção de água máxima 35%/2h (sistema Bally) segundo a norma internacional de

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 7

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

impermeabilização DIN EN ISO 5403; O tingimento deve ser atravessado, no carnal e na flor na cor preta, Espessura 0,9 / 1,1 linhas (0,9 a 1,1 milímetros), Resistência à flexão (sem danos visíveis a olho nu): A seco mínimo $\pm$ flexões; A úmido mínimo $\pm$ flexões; Resistência da cor ao atrito (abrasão mínima de 150 $\pm$ ciclos $\pm$ grau 4,0 Escala cinza; A úmido mínimo $\pm$ ciclos $\pm$ grau 4,0 Escala cinza. Resistência à penetração de água: A penetração não deve ocorrer antes de 2 (duas) horas; Especificações Físico-químicas (material): Tempo de penetração da água em minutos: 120 (cento e vinte) minutos; Penetrômetro: I UP/10; Percentual de absorção em 120 (cento e vinte) minutos: 30%; Umidade (mínimo e máximo): 14 a 18%; Óxido de cromo $\pm$ mínimo: 3%; Matéria graxosa: 3 a 8%; Substâncias dérmicas $\pm$ mínimo: 60%; Sais solúveis em água (substâncias solúveis): 4% máxima; PH ácido: 4. OBS: Todas as medidas e pesos serão considerados aproximados. 1.4 EMBALAGEM: Deverá ser embalada individualmente em caixa de papelão resistente de primeira qualidade contendo o número do calçado. Coletivamente deverão ser acondicionadas com seis pares de bota, em caixa de papelão ondulado, contendo a numeração dos calçados nela contidos e dados do fabricante. Manual de instruções. Cada embalagem deverá conter um manual com instruções de uso e limpeza, visando melhor aproveitamento e conservação do produto. 1.5 DOS ENSAIOS E AMOSTRAS: O produto deve atender os parâmetros mínimos de aprovação de todos os itens exigidos das normas ABNT NBR ISO 20344, 20347 e ABNT NBR 14834, 14836, 14837, 14838, 14839 e 14840; As amostras deverão ser encaminhadas a Comissão de Exame e Recebimento, na avaliação da amostra, se entender necessário, por não estar convencida da qualidade do material, esta encaminhará as expensas do licitante, as amostras para órgão técnico competente (laboratório especializado) visando verificar se as amostras atendem as especificações técnicas solicitadas.

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 8

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

0003	LUVAS DE VÔO ANTI-CHAMAS: 1. 1. ESPECIFICAÇÃO DAS LUVAS DE VÔO ANTI-CHAMAS: Equipamento a ser utilizado para proteção das mãos e parte do antebraço. Complementar ao uso de macacão do Capacete e Balaclava anti-chamas. Fabricado conforme a especificação MIL-G-18118B e OS/PRP-2 Na cor verde nos tamanhos 8,9,10 e 11. 1.2 - COMPOSIÇÃO DA FIBRA: Fibra Aramida na cor verde, 100% anti chama. A constituição da fibra é composta de 93% de fibra Aramida, 5% de fibra para aramida e 2% de fibra anti estática. O peso da fibra deverá ser de + ou - 161,0 gr/m² (gramatura DMI 005 ± Me) com resistência de rasgamento de 9,0 daN. Densidade (DMI 003 ± Me): Urdume 27,6 fios, Trama 27,00 fios. Resistência à tração (DMI 007 ± Me) Urdume 958,0N (97,6Kg), Trama 907,7 N (92,5Kg). Sua resistência, em teste de laboratório, é de 19 segundos a temperatura de 1100°C. Após esta temperatura e tempo de exposição, a fibra enrijece e trinca, não aderindo à pele. 1.3 - COMPOSIÇÃO DO COURO: Couro macio (pelica) na espessura 0,8mm, tratado para permitir sensibilidade para uso por pilotos de aeronaves. 1.4 ± MEDIDAS (CONFORME ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES EM ANEXO) 1.5 ± CERTIFICADOS/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: A empresa vencedora do certame deverá apresentar, para fins de qualificação técnica por se tratar de equipamento de segurança os seguintes Atestados e Certificados: Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa de direito público ou privado, e cópia da NF relativa a este certificado, comprovando o fornecimento do bem objeto desta licitação, em característica e quantidade.	20,00	PAR	G&B	R\$ 337,50	R\$ 223,90	-33,66	DELTA SERVIÇOS COMERCIAL E ASSESSORIA LTDA EPP
0004	CAPACETE DE VÔO ANTI-RUIDO: 1. ESPECIFICAÇÃO DO CAPACETE DE VÔO ANTI-CHOQUE COM ANR: 1.1 - O Capacete de vôo anti-choque deve ser homologado de acordo com as normas MIL-H-85047A e/ou MIL-H-87174 e/ou AER-161P (Especificação militar de capacetes aeronáuticos elaboradas pela Marinha Americana, Força Aérea Americana e Força Aérea Brasileira, respectivamente) pelo Centro Técnico Aeroespacial ± Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (CTA/IFI) ou, no exterior, por órgão equivalente, como o Federal Aviation Administration (FAA) ou Joint Aviation Authorities (JAA), desde que acompanhado de tradução certificada por tradutor. 1.2 - Moldado em material composto de aramida ou Kevlar e resina epoxy anti-chama; 1.3 - Em tamanhos que contemplem ajustes em cabeças de tamanhos 54 até 64 cm; 1.4 - Pintura monocromática em base PU (poliuretano) na cor branca, com letreiro em vinil, recoberto por verniz protetor, contendo o nome e posto do usuário; 1.5 - Livre de obstruções a altura dos olhos (preservando todo o campo de visão natural); 1.6 - Forração interna substituível, em tecido não alérgico, com borda de contato revestida, de	20,00	UNIDADE	ESRA EPH	R\$ 17.691,67	R\$ 13.714,60	-22,48	DELTA SERVIÇOS COMERCIAL E ASSESSORIA LTDA EPP

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 9

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 694/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 38/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 04/03/2015

fácil remoção para limpeza e manutenção, com espaçadores revestidos para os ajustes de cabeça (altura, frontal e nuca), sendo fixados na parte interna do capacete por meio de velcro, possibilitando o ajuste personalizado; 1.7 - Ter resistência à perfuração de acordo com as normas MIL-H-85047 A e/ou MIL-H-87174 e/ou AER161P; 1.8 - Ser dotado com sistema de absorção de choques de acordo com as normas MIL-H-85047 A e/ou MIL-H-87174 e/ou AER161P; 1.9 - Sistema de retenção composto de cinta jugular fixada na estrutura do capacete, com ajuste e travamento de ação rápida e cinta de retenção e ajuste na região da nuca. As cintas deverão ter almofadas de apoio do queixo em tecido e/ou couro macio e da nuca em tecido. O sistema deverá prever o uso por usuários destros ou não; 1.10 - Com sistema de proteção para os olhos, compatível com uso simultâneo de óculos, composto por duas viseiras rotativas ou deslizantes, de alta qualidade ótica e de manufatura, com tratamento contra arranhões e contra embaçamento, com travas de início e fim de curso, com recolhimento da viseira através de atuadores localizados na parte externa; 1.11 - O Sistema de comunicação deverá ser homologado pelas normas RTCA/DO-170 e FAA - TSO-C58a (normas de garantia de qualidade e eficiência de operação) pelo FAA - USA, NRR (Noise Reduction Rate, mínimo de 23 dB) e ter no mínimo as seguintes características: 1.11.1 - FONES: Impedância: Dinâmico, 300 ohms cada, montados em paralelo; Tipo: Dinâmico; Frequência de resposta: 200 a 5.500 Hz; 1.11.2 - MICROFONES: Modelo: M7-A ou similar, Dinâmico, com cancelamento de ruído e ativação por voz (voice active); Impedância: de 220 a 2.000 ohms 1.11.3 - Sistema deverá contar com controle individual de volume; 1.11.4 - Sistema de comunicação deverá prever proteção eficiente contra interferência tipo RFI (Rádio Frequency Interference) e EMI (Electro-Magnetic Interference) através de blindagem dos cabos que deverão ter sistema de aterramento na aeronave; 1.11.5 - O capacete deverá ter sistema eletrônico de redução ativa de ruído, com redução de adicional de ruído, relativo ao sistema passivo, de no mínimo 11 a 15 dB na faixa de frequência entre 125Hz e 500Hz, faixa normal de emissão de ruídos de helicópteros e aeronaves a pistão. O sistema de alimentação de energia do equipamento deverá ser fixo na aeronave nos pontos atualmente utilizados pelos pilotos e nos 04 (quatro) pontos do compartimento traseiro ou ser compatível com os atualmente existentes, devendo estar homologado junto ao SERAC/ANAC 1.12 ± O Cabo de conexão deverá ter comprimento máximo de 60 cm quando retraído e mínimo de 160 cm quando totalmente distendido, compatível com o Helicóptero AS 350 B2 (ano de fabricação 1998 e 2008) *Conector ANF possibilitando operações externas, sobre os patins ou deitados sobre o piso da aeronave, pelos tripulantes; 1.13							
---	--	--	--	--	--	--	--

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:23:08

Página 10

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014

Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 694/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2015

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 11/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 04/03/2015

- O suporte de fixação do microfone deverá ser flexível, em fibra de carbono e com ajuste de distância, colocando o microfone em qualquer posição pretendida; 1.14 - Acompanhado de um Kit de peças para cada capacete fornecido, composto de: 05 (cinco) jogos completos de forração interna e/ou absorvedores de umidade; 05 (cinco) jogos de proteção do microfone; 1.15 - Acompanhado de bolsa para acondicionamento e transporte do capacete, fechada por zíper e dotada de um bolso interno para transporte de manual de operação e bolso externo para transporte de documentos de voo. Devendo ser fornecida com local para a fixação do logotipo do grupamento e letreiro com nome, posto e tipo sanguíneo do usuário afixados na parte frontal, devendo também ser dobrável quando o capacete estiver em uso; 1.16 - Manual de instruções, operação e manutenção, contendo lista de peças e componentes, em Língua Portuguesa; 1.17 - Assistência Técnica Global permanente no Brasil, comprovada, capaz de efetuar reparos de qualquer monta, com almoxarifado de peças de reposição de uso constante e Garantia de Fábrica de que peças e componentes para manutenção estarão disponíveis no mercado, no mínimo, dez anos devidamente declarado; 1.18 - A Contratada deverá manter CAPACETE RESERVA, no montante mínimo de duas unidades, no caso de revisão e/ou manutenção com prazo superior a 15 dias, durante o período de garantia do produto; 1.19. Tempo para reparo simples em até 72 horas e reparos complexos até 15 dias; 1.20 - Deverá manter estoque de peças de reposição para substituições simples com no mínimo 03(três) unidades de cada peça do equipamento e sistema de comunicação junto ao operador do equipamento; 1.21 - Deverá dar treinamento de operação e de manutenção, incluindo todas as ferramentas e itens necessários, incluindo esquemas eletrônicos; 1.22 - O prazo de entrega será de 45 (quarenta e cinco) dias; 1.23 - Certificados e Atestados; 1.24 - A empresa vencedora do certame deverá apresentar, o Certificado de Capacidade técnica expedido por pessoa de direito público ou privado, e cópia da NF relativa a este certificado, comprovando o fornecimento do bem objeto desta licitação, em característica e quantidade; 1.25 - Recebimento e recusa: Será desclassificada a proposta ou recusado o lote do material entregue cujas características das amostras submetidas a exame não satisfaçam os índices e/ou as exigências do presente memorial.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1514.00104-00-2014

Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 694/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 38/2015

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 11/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - CBM/RO

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 04/03/2015

Márcio Rogério Gabriel
Superintendente

Genean Prestes dos Santos
Gerente do Registro de Preços

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
10.843.754/0001-67	DELTA SERVIÇOS COMERCIAL E ASSESSORIA LTDA EPP	AV DR. JOÃO GUILHERMINO, 429, CONJ 146 - CENTRO	SAO JOSE DOS CAMPOS - SP	SONIA DELTA DE CARVALHO	055.356.018-29	(12)3911-1043
81.571.010/0001-89	ULTRAMAR IMPORTAÇÃO LTDA EPP	RUA HIPÓLITO HENRIQUE PFLEGER, 3069 - RUI CAVEIRAS	BIGUACU - SC	ALENCAR MASSULO SILVESTRE	549.827.239-15	(48)3236-2611

COMPLEMENTAÇÕES DAS ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS**ITEM 01:**

CARACTERÍSTICAS		DIMENSÕES							
TAMANHO		PP	P	M	G	GG	XGG	XXGG	XXXGG
		1	2	3	4	5	6	7	8
Bolso frontal à altura das coxas (esquerda)									
	Largura da borda inferior	170	170	180	185	190	200	200	210
	Largura da borda superior	140	140	145	150	160	170	175	185
	Altura	300	310	310	320	325	330	330	340
	Distância do cinto	330	340	350	360	370	380	390	400
	Comprimento do zíper	180	180	180	190	190	190	200	210
Bolso frontal à altura das coxas (canivete)									
	Largura da borda inferior (reforço)	90	100	100	110	115	120	125	135
	Largura da borda superior (reforço)	110	120	130	130	135	140	150	160
	Altura (reforço)	270	270	280	280	285	290	295	300
	Altura do bolso	220	230	230	230	230	235	240	250
	Largura do bolso	65	65	65	65	65	65	65	65
	Bolsos nos terços inferiores das pernas								
	Altura	275	285	295	305	315	320	340	340
	Largura da borda inferior	180	190	200	215	225	240	250	265
	Largura da borda superior	250	260	270	280	295	310	320	330
	Comprimento do zíper	220	220	220	230	240	250	250	270
	Bolso sobreposto no braço esquerdo								
	Altura	200	200	200	200	200	200	200	200
	Comprimento o zíper	120	120	120	120	120	120	120	120
	Porta caneta	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Altura sem aba (porta caneta maior)	180	180	180	180	180	180	180	180
	Largura da aba (porta caneta)	80	80	80	80	80	80	80	80
	Altura da aba (porta caneta)	320	320	320	320	320	320	320	320
	Largura da borda inferior (porta caneta)	150	150	150	150	150	150	150	150
	Largura da borda superior (porta caneta)	105	105	105	105	105	105	105	105
	Altura sem aba (porta caneta menor)	135	135	135	135	135	135	135	135
Arremate para abertura da boca da perna									
	Altura	280	280	280	280	280	280	280	280
	Largura	70	70	70	70	70	70	70	70

ITEM 02:

TAMANHO	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
COMP. (MM)	180	184	188	192	196	200	204	208	212	216	220

ITEM 03:

Tam.	C 1	C 2	C 3	C 4	C 5	C 6	C 7	C 8
9	31	10,5	1,7	0,8	3,5	6,1	9,5	8,5
8	33	14	1,7	0,8	3,5	6,5	9,5	8,5
10	34	14,5	1,7	0,8	4,0	6,9	10,0	9,0
11	35	15,2	1,7	0,8	4,5	7,0	10,4	9,4

Tam.	L 1	L 2	L 3	L 4	L 5	L 6	L 7
8	13,5	10,5	3,5	3,5	3,5	2,7	3,9
9	14	10,5	3,5	3,6	3,7	2,7	4,0
10	14,5	11	3,7	4,0	3,7	2,8	4,3
11	15	11,5	4,0	4,0	3,7	3,2	4,5

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 042/2015
PREGÃO ELETRÔNICO: 686/2014
PROCESSO: 1712.01938-0000/2014

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE RONDÔNIA**, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, CURVO 03 RIO JAMARI 1º ANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo **Superintendente da SUPEL**, Senhor Márcio Rogério Gabriel e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** para futura e eventual aquisição de Artigos Médicos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Equipamentos Médicos Hospitalares (monitor, desfibrilador, aspirador, inalador, sonar fetal, dentre outros), visando atender as necessidades do Hospital Regional de Extrema - HRE, por um período de 12 (doze) meses, a pedido da Secretaria de Estado da Saúde – SESA/RO, conforme Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

REGISTRAR O PREÇO para futura e eventual aquisição de Artigos Médicos, Eletrodomésticos, Mobiliários e Equipamentos Médicos Hospitalares (monitor, desfibrilador, aspirador, inalador, sonar fetal, dentre outros) SESA/RO.

1.2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
2.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das

quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

5.2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.2. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações.

6.3. PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL: O prazo de início da entrega deve ser no máximo de **30 (trinta) dias**, contados após o recebimento da Nota de Empenho.

6.4. LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL: Deverão ser entregues com frete

CIF, no (s) seguinte (s) local (is): no ALMOXARIFADO CENTRAL DA SESAU, na Av. Rio Madeira, nº 603, Bairro Nova Porto Velho – Porto Velho/RO, no horário das 7:30h às 13:30h de segunda a sexta – feira, conforme necessidade e solicitação da SESAU.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de 10 **(dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O Estado de Rondônia, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento no prazo de até 30 **(trinta) dias corridos**, contada da data do aceite da nota fiscal.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Estado, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia;

9.3.2. Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.3. Multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Estado de Rondônia.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido ao Ministério Público**, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10 Cancelamento do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos do Artigo 24 e 25 do Decreto 18.340/13, quando:

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3 . A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou

9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. É facultada aos órgãos s ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço."

11- DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual

redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

11.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação;

12.2 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

12.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

12.5 Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

12.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

12.8 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.9 Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

12.10 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.3 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4 Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:

SESAU - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

GENEAN PRESTES DOS SANTOS

Gerente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1712.01938-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 686/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 42/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ARTIGOS MÉDICOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES - SESAU.**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 02/03/2015**ANEXO ÚNICO DA ATA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	MONITOR DE ecg/spo2/pni: Monitor modular multiparâmetro colorido de no mínimo 12 tela em LCD que permita possível atualização tecnológica e introdução de novos módulos; Com capacidade de apresentar no mínimo 06 curvas e todos os dados alfanuméricos disponíveis; Com capacidade de monitorar e processar no mínimo 07 parâmetros, armazenando-os por no mínimo 24 horas, e apresentá-los na forma de curva de tendências; Com bateria que permita sua autonomia de no mínimo 03 horas; Sistema de alarme sonoro e visual, podendo ser feito ajuste padrão ou individual; Saída para sinal de desfibrilação com sincronismo, interligação em rede e Central de monitorização, limites superior e inferior de: para todos os parâmetros em uso, velocidade do traçado na tela em variedade mínima, 12,5, 25,0 e 50mm/ conforme o parâmetro, saída para monitor e para rede internet; Os módulos que acompanham os monitores terá que permitir as seguintes monitorações: MONITORAÇÃO DE ECCS/RESPIRAÇÃO Com detecção de complexos QRS (30 a 300 BPM) em no mínimo 02 (duas) derivações simultaneamente, conforme determinação, com seleção definida pelo usuário dentre as 07 (sete) derivações D1, D2, D3, avr, avl, avf, e uma precordial. Detecção de Arritmia, e análise do segmento ST, simultaneamente para as duas derivações monitoradas, apresentando seu resultado em curvas de tendência. Com possibilidade de sincronizar desfibriladores. Monitorização do sinal de ECG através de cabo com, no mínimo, 05 vias, respiração pelo método de impedância RA-LL, com alarme para apnéia. ACOMPANHA: 02 cabos de no mínimo 05 vias e eletrodos: MONITORAÇÃO CONTÍNUA DE OXIMETRIA DE PULSO: (SPO2), com resolução mínima de 1% na oximetria para saturação de 30 a 100% e de 01 BPM na faixa de 30 a 250 BPM, com apresentação de curva pletismográfica. Alarme sonoro e visual para limites inferior da SPO2 e FC. ACOMPANHA: 02 sensores para adulto e 01 pediátrico. TEMPERATURA: Dois canais de temperatura de 0.1° C de precisão. Acompanha manual de operação e manual de serviços com esquemas eletrônicos e manual de calibração. MONITORAÇÃO DE PRESSÃO SANGÜÍNEA NÃO INVASIVA: Seleccionável para paciente adulto, pelo método oscilométrico, com acionamento manual ou automático com intervalos de medições programadas pelo usuário, em unidades de medidas facilmente selecionáveis (mmHG ou Kpa), com sistema de segurança apropriado para cada tipo de paciente.	1,00	UND	PROLIFE	R\$ 33.049,25	R\$ 32.948,00	-0,31	LABIOTEK COM. E SERVIÇOS

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:21:53

Página 1

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1712.01938-00-2014**Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 686/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 42/2015**DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 11/03/2015**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ARTIGOS MÉDICOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES - SESAU.**DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 02/03/2015

	adulto, pediátrico, neo. Com alarme sonoro e visual para limite superior e inferior das pressões sistólica, média e diastólica, proteção contra excesso de pressão. ACOMPANHA: 02 Mangito adulto e 01 pediátrico. Registro no Ministério da Saúde, alimentação elétrica 127/220V-60HZ, Assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante, na região de Porto Velho/RO. Incluindo treinamento para a equipe in loco.							
0002	ASPIRADOR CIRÚRGICO movel com rodizio de 4", bomba com sistema diafragma, isento de óleo, motor de 1/4 hp 220v 60hz, fluxo maximo de aproximadamente 24 l/min, vacuo maximo de aproximadamente 21" de mercurio, vacuometro calibrado ate 29" de hg.	2,00	UND	ASPIRATEX	R\$ 3.007,88	R\$ 2.499,50	-16,90	EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP
0003	SONAR FETAL PORTÁTIL, portatil, com doppler, aparelho para detectar batimentos cardiacos fetais na faixa de 50 a 220 bpm, utilizado durante toda a gestacao e o trabalho de parto. - Devera ser compacto, digital, construido em aco com pintura em epoxi ou outro material compativel. - Com visibilidade adequada dos batimentos cardiacos e lampada de pulso, dotado de indicador de seguranca de sinal, contagem manual permitindo que o controle seja confirmado, botao de imobilizacao do visor, devendo manter a FCF (Frequencia Cardiaca Fetal), enquanto anotada. - Audio superior com Doppler pulsatil dotado de som avancado no auto falante e controle de volume digital. - Peso de 2,0 kg (dois quilos) podendo variar em +/- 5%, incluindo a bateria. - Acessorios 01 (um) transdutor de aproximadamente 2,25 MHz, 01 (um) cabo de forca, 01 (uma) capa, tensao bivolt(110 e 220 Volts) Fonte AC/DC automatico - DC - 12 Volts, bateria recarregavel incorporada.	2,00	UND	MD	R\$ 1.484,44	R\$ 895,00	-39,71	MBR FERNANDES-ME
0004	SELADORA PARA GRAU CIRURGICO acionamento a pedal, bandeja de apoio regulável, com temporizador para regulagem do tempo de solda, selagem instantânea (não necessita pré-aquecimento); pintura epóxi branca; sistema de aquecimento de fita chata de níquel cromo de no mínimo 3mm de largura; Equipada com fio de corte. Voltagem 110/220V com seletor de voltagem; Dimensões mínimas: 680x700x1030mm (CxLxA). Descrição Técnica: - Gabinete de aço com tratamento anti-corrosivo e pintura epóxi eletrostático; - Estrutura de aço tubular; - Braços e pedal robustos de aço; - Eixos com embuchamentos de metal; - Tração do pedal embutida com regulagem de inclinação da barra de solda; - Suporte para o fundo do saco plástico, regulável em toda a extensão; - Partes eletro-eletrônica totalmente embutidas; - Controle de temperatura por temporizador.	1,00	UND	SISPACK	R\$ 3.836,67	R\$ 1.760,00	-54,13	MBR FERNANDES-ME

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:21:53

Página 2

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1712.01938-00-2014

Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 686/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2015

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 11/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS MÉDICOS, ELETRODOMÉSTICOS, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES - SESAU.

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 02/03/2015

0005	BANQUETA GIRATÓRIA: Banqueta giratória com sistema de elevação sem encosto; Sendo os movimentos de subida e de descida do assento acionados por uma alavanca; Ambos os movimentos são amortecidos por um sistema de gás pressurizado; Possui base com 05 rodízios e aro para apoio dos pés; Assento redondo e encosto com estofamentos em poliuretano injetado e recobertos em PVC sem costuras, lavável e encosto ergonômico; Dimensões aproximadas: altura máxima do assento 550mm; altura mínima do assento 450mm;	6,00	UND	CAVALETTI	R\$ 573,65	R\$ 500,00	-12,84	HELENMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP
0006	ROUPEIRO DE AÇO COM 08 VÃOS sobrepostas medindo aproximadamente 0,46 alt x 0,29 larg., dotados de venezianas para ventilação, reforço nas portas. Sistema de tranco por fechadura com duas chaves ou suporte para cadeado. Medidas externas do móvel: 1,97 alt x 0,65 larg x 0,42 prof.. Pintura em esmalte sintético.	3,00	UND	PANDIN	R\$ 1.850,00	R\$ 766,33	-58,58	HELENMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

Márcio Rogério Gabriel
SuperintendenteGenean Prestes dos Santos
Gerente do Registro de Preços

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
08.080.821/0001-97	LABIOTEK COM. E SERVIÇOS	RUA DOM PEDRO II, 1.800 - SÃO CRISTOVÃO	PORTO VELHO - RO	PAULA ALESSANDRA PASSOS CRUZ	682.586.822-53	(69)3223-2281
07.642.426/0001-98	EQUILIBRIUM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP	AV.PERIMETRAL, 2136 - QD.09 LOTE 114	GOIANIA - GO	FABRICIO DAVID DE SOUZA	895.543.371-91	(62)3920-2839
16.845.253/0001-04	MBR FERNANDES-ME	AV. DOIS DE JUNHO, 2720 - CENTRO	CACOAL - RO	MALAQUIAS BATISTA RIBEIRO FERNANDES	956.675.632-15	(69)3443-5059
04.248.928/0001-40	HELENMAQ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP	AV. PINHEIRO MACHADO, 1971 - SAO CRISTOVAO	PORTO VELHO - RO	ROBERTA MARIA MOURA DE SOUZA	302.301.283-00	(69)3224-1833

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:21:53

Página 3

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 43/2015

PREGÃO ELETRÔNICO: 662/2014

PROCESSO: 01.1420.03348-01/2014

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE RONDÔNIA**, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, CURVO 03 RIO JAMARI 1º ANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo **Superintendente da SUPEL**, Senhor Márcio Rogério Gabriel e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** para futuras aquisições de freezers, para atender o DER/RO., a pedido do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER/RO, conforme Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

REGISTRAR O PREÇO para futuras aquisições de freezers, para atender o DER/RO.

1.2. DA VIGÊNCIA2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

2.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e

VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

5 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

5.2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

6 - D O PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.2. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações.

6.3. **PRAZO DE ENTREGA:** A entrega do objeto será realizada de acordo com as necessidades do DER-RO, **no prazo de até 30 (trinta) dias** contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, o que ocorrer primeiro, respeitadas as quantidades empenhadas em cada solicitação.

6.4 **LOCAL/HORÁRIOS:** Residência RESIDÊNCIA REGIONAL DE JI-PARANÁ – END. BR-364 KM 08 SAÍDA PARA PORTO VELHO – BAIRRO: SETOR INDUSTRIAL – CEP: 78.960.000 – JI-PARANÁ-RO – Horário de Funcionamento: das 08:00hs às 12:00hs das 14:00 às 18:00hs de segunda e sexta feira.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.

7.2. O respectivo Órgão terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

7.3. A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

7.5. O Estado de Rondônia, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento no prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contada da data do aceite da nota fiscal.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

9. DAS SANÇÕES NO CASO DE INADIMPLÊNCIA E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Cobrança pelo Estado, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado.

9.2. Suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com o Estado de Rondônia e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme período determinado na Lei 8.666/93 e 10.520/00, de acordo com a modalidade de licitação.

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa detentora da Ata, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação, segundo a gravidade da falta, das seguintes penalidades:

9.3.1. Advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade, para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia;

9.3.2. **Multa de 0,2%** (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento e por entrega em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, até o décimo dia corrido;

9.3.3. **Multa de 10%** (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

9.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da Ata ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

9.5. As penalidades previstas neste item têm caráter de **sanção administrativa**, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da Ata da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Estado de Rondônia.

9.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

9.7. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da **comunicação do ocorrido ao Ministério Público**, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

9.9. **Desclassificação**, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

9.10 CANCELAMENTO do preço registrado, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

9.11. **O preço registrado poderá ser cancelado pela Administração Pública, nos termos do Artigo 24 e 25 do Decreto 18.340/13, quando:**

9.11.1. A Detentora do Registro deixar de cumprir total ou parcial as condições da Ata de Registro de Preços .

9.11.2. A Detentora do Registro não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.11.3 . A detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

9.11.4. A Detentora do Registro praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

9.11.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei 10.520/02.

9.11.6. Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

9.11.7. O cancelamento do registro nas hipóteses nos sub itens 9.11.1, 9.11.2, 9.11.5 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.8. O cancelamento do registro nas hipóteses dos sub itens 9.11.1 e 9.11.2 acarretará ainda a aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.11.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

9.11.9.1 por razões de interesse público ou

9.11.9.2 a pedido do fornecedor.

10 - UTILIZAÇÃO DA ATA

10.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

10.2. É facultada aos órgãos e ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço."

11- DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

11.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

11.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

11.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

12.1 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso constatada divergência na especificação;

12.2 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

12.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

12.4 A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

12.5 Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

12.6 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

12.7 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.

12.8 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

12.9 Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

12.10 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

13.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

13.3 Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

13.4 Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços

13.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

13.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

14.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:

DER – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES

15 - DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

MÁRCIO ROGÉRIO GABRIEL

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

GENEAL PRESTES DOS SANTOS

Gerente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL

Nº DO PROCESSO: 1420.03348-01-2014

Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 662/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2015

DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 11/03/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FREEZER - DER

DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 04/03/2015

ANEXO ÚNICO DA ATA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Freezer horizontal; dupla função, com duas portas de abertura basculante, puxador ergonômico, capacidade mínima de armazenamento (líquida) de 439 litros, com dreno, quatro pés com rodízio, termostato, controle de temperatura, congelamento rápido; tensão 110 volts, garantia mínima de 12 (doze) meses com assistência técnica autorizada da fabricante no estado de Rondônia.	32,00	UND	ESMALTEC	R\$ 2.353,54	R\$ 1.881,75	-20,05	SOLUCAO PLANEJAMENTO E COMERCIO LTDA - EPP

Márcio Rogério Gabriel
Superintendente

Genean Prestes dos Santos
Gerente do Registro de Preços

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
06.911.404/0001-13	SOLUCAO PLANEJAMENTO E COMERCIO LTDA - EPP	AVENIDA CIRCULAR, QD 26, LOTE 6-E, LOJA 109, 109 - PEDRO LUDOVICO	GOIANIA - GO	LUPERCIO JOSE BRITO DA SILVA	515,702,546-72	(62)3087-2378

SIRP - Sistema Informatizado de Registro de Preços

Anexo gerado em 10/03/2015 09:43:32

Página 1

SEGG

PORTARIA Nº 006/GAB/CSEGG/PAC Porto Velho, 09 de março de 2015.

Altera Portaria nº 004/GAB/SEPLAN de 28/04/2014, exclui e inclui membros em Comissão de Fiscalização no âmbito da Coordenadoria da Secretaria Executiva do Gabinete do Governador – CSEGG.

A COORDENADORA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO GABINETE DO GOVERNADOR- CSEGG, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de ampliar a quantidade de membros designados por intermédio da Portaria nº 004/GAB/CSEGG/PAC, datada de 28/04/2014.

Considerando a CT nº 140/PRE/15, de 06/03/2015, que solicita a exoneração de funcionário da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD, da Portaria nº 078/DE/2015 de 06.03.2015, a qual a Presidente da CAERD, designa membro para compor a Portaria do **Contrato nº 115/PGE/2014**, em decorrência de solicitação da Coordenadoria da Secretaria Executiva do Gabinete do Governador – CSEGG.

RESOLVE

Art 1º Excluir membro, abaixo relacionado, para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato em referência, referente ao Processo Administrativo nº **01.1301.00165-00/2013**, que tem como objeto **a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia necessários para a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água no município de Ji-Paraná-RO.**

- **Otávio Belchior Junior**, engenheiro Civil, matrícula nº 3047-8, lotado na Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD.

Art 2º Incluir membro, abaixo relacionado:

- **Thiago Moreira Caires**, engenheiro Civil, lotado na Coordenadoria Executiva do Gabinete do Governador, matrícula nº 300122409 a contar de 24/02/2

Os demais dados da Portaria Nº004/GAB/CSEGG/PAC-2014, permanecem inalterados.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se
Atenciosamente

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Coordenadora da Secretaria Executiva Gabinete do Governador/PAC
DOE Nº2385 de 22.01.2014

PORTARIA Nº 007/CSEGG/PAC-2015 Porto Velho 09 de março de 2015

Altera a Portaria nº 001/CSEGG/PAC de 08.12.2014, exclui e designa servidor para compor Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, no âmbito desta Coordenadoria – SEGG/PAC.

A Coordenadora da Secretaria Executiva do Gabinete do Governador – CSEGG, no uso de suas atribuições legais e,

Considerado que a eficiência de um contrato está diretamente relacionada com o acompanhamento de sua execução e conforme preconiza os artigos 66 e 67 da Lei 8.66/93, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, além de que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado.

Para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº332/PGE-2014, referente ao processo administrativo nº 01.1301.00189-00/2014, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de União Bandeirantes, município de Porto Velho/R

RESOLVE:

Art 1º Inclui nova servidora abaixo:

- **Zuleide Azevedo de Almeida Leal**, engenheira Civil, matrícula nº 300092563, lotada na Coordenadoria Executiva do Gabinete do Governador.
Os demais dados da Portaria Nº 001/GAB/CSEGG/PAC-2014, permanecem inalterados.

Registre-se Publica-se Cumpra-se
IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Coordenadora da Secretaria Executiva Gabinete do Governador/PAC
DOE Nº2385 de 22.01.2014

**Sec. de Estado do Planejamento
Orçamento e Gestão**

PORTARIA N. 012 /CPG/SEPOG Porto Velho, 06 de março de 2015.

Ajusta o QDD das Unidades Orçamentárias Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos - SEAE

O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no uso das atribuições que lhe confere no §§1º e 2º do artigo 7º da Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014.

R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, instituído pela Portaria n.º 001/2015, conforme abaixo:

AJUSTE NEGATIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS			2.989.594,22
21.001.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339039	0100	800.000,00
21.001.06.122.1015.2883	FORNECER ALIMENTAÇÃO PARA POPULAÇÃO CARCERÁRIA	339030	0100	231.851,00
21.001.06.243.2019.2596	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DE UNIDADE DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA	339030	0100	30.863,89
21.001.06.301.1242.2950	ASSEGURAR ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS APENADOS	339039	0100	93.066,00
		339030	0100	2.291,56
21.001.06.421.1242.2953	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES PRISIONAIS	339030	0100	1.000.000,00
		339039	0100	831.521,77
	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SEAE			3.500.000,00
26.001.04.126.1128.1592	FORTALECER A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	449051	3215	3.500.000,00
	TOTAL			R\$ 6.489.594,22

AJUSTE POSITIVO

Código	Especificação	Despesa	Fonte de Recurso	Valor
	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS			2.989.594,22
21.001.06.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE	339092	0100	800.000,00
21.001.06.122.1015.2883	FORNECER ALIMENTAÇÃO PARA POPULAÇÃO CARCERÁRIA	339092	0100	231.851,00
21.001.06.243.2019.2596	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DE UNIDADE DE INTERNAÇÃO SOCIOEDUCATIVA	339092	0100	30.863,89
21.001.06.301.1242.2950	ASSEGURAR ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS APENADOS	339092	0100	95.357,56
21.001.06.421.1242.2953	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES PRISIONAIS	339092	0100	1.831.521,77
	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SEAE			R\$ 3.500.000,00
26.001.04.126.1128.1592	FORTALECER A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	449039	3215	3.500.000,00
	TOTAL			R\$ 6.489.594,22

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA
Secretário - SEPOG

CAERD

PORTARIA N. 039/PRE/2015

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 35, inciso IX do Estatuto Social, desta Companhia.

Considerando o disposto na Instrução Normativa do Código de Ética e Disciplina versão 1.00.01/2014/DIREX/2014, datada de 01 de maio de 2014 que em seu Artigo 20, prescreve que compete a Presidente da Companhia a autorização da instauração do processo disciplinar prevista no Artigo 19, II, diante de um fato censurável, determinar a sua imediata apuração, mediante Processo do Comitê de Ética, visando o reestabelecimento da regularidade, continuidade, publicidade, razoabilidade e moralidade no ambiente da Companhia, conforme Regulamento de Pessoal;

Apurar irregularidades de funcionários que estejam arrolados como, denunciado em processos Éticos.

RESOLVE:

I. Determinar que o Comitê de Ética, nomeado pela Portaria nº 381 de 08 de julho 2014, apure no prazo de 30 (trinta) dias, a conduta do envolvido no Processo do Comitê de Ética 003/CMET/2015, se caso for aplique-lhes penalidade.

II. Ao Gabinete para publicidade do Ato.

Porto Velho, 09 de março de 2015.

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 040/PRE/2015

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 35, inciso IX do Estatuto Social, desta Companhia.

Considerando o disposto na Instrução Normativa do Código de Ética e Disciplina versão 1.00.01/2014/DIREX/2014, datada de 01 de maio de 2014 que em seu Artigo 20, prescreve que compete a Presidente da Companhia a autorização da instauração do processo disciplinar prevista no Artigo 19, II, diante de um fato censurável, determinar a sua imediata apuração, mediante Processo do Comitê de Ética, visando o restabelecimento da regularidade, continuidade, publicidade, razoabilidade e moralidade no ambiente da Companhia, conforme Regulamento de Pessoal;

Apurar irregularidades de funcionários que estejam arrolados como, denunciado em processos Éticos.

RESOLVE:

I. Determinar que o Comitê de Ética, nomeado pela Portaria nº 381 de 08 de julho 2014, apure no prazo de 30 (trinta) dias, a conduta do envolvido no Processo do Comitê de Ética 002/CMET/2015, se caso for aplique-lhes penalidade.

II. Ao Gabinete para publicidade do Ato.

Porto Velho, 09 de março de 2015.

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 046/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 33, inciso IX do Estatuto Social,

RESOLVE:

I – Nomear, sem acréscimo de remuneração, a funcionária Maria Sônia Carneiro, matrícula nº 2018-4, como gestora do processo nº473/2011 e o

funcionário Raimundo Cetauro da Silva, matrícula nº2680-, como gestor substituído do processo.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Porto Velho-RO, 11 de fevereiro de 2015.

MAURO BERBERIAN
Diretor Técnico e Operacional

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro/
Diretor Comercial e Negócio Interino

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 048/DE/2015

Considerando a importância da valorização do ser humano dentro das organizações com pessoas dotadas de valores, crenças, motivações, aspirações e objetivos individuais com idéias e atitudes coletivas;

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCENDER MENÇÃO DE ELOGIO aos funcionários abaixo relacionados, como forma de reconhecimento pelo excelente desempenho das atividades profissionais por eles desenvolvidas nas ações relativas a recuperação do Abastecimento de Água do Município de Ji-Paraná no qual os funcionários demonstraram muita dedicação, qualidade e eficiência e profundo comprometimento com os serviços prestados.

Raimundo Cosmo da Silva	Matrícula nº2080-4
Marcelo Ribeiro de Araújo	Matrícula nº2534-6
Erinaldo T. Mendes	Matrícula nº2723-5
Lurivaldo da Silva Farias	Matrícula nº2662-6
Agapito Pinheiro Sobrinho	Matrícula nº 0612-3
Antonio Neves Alves	Matrícula nº 2785-3
Aleixo Carvalho da Silva	Matrícula nº 2762-1
Jorge de Brito Nobre	Matrícula nº 2660-0
Ederson Barboza de Oliveira	Matrícula nº 02855-8
Roberto Afonso	Matrícula nº 01825-0
Roberto Pinto	Matrícula nº 02674-6
Sebastião Nascimento	Matrícula nº 02605-9

Art. 2º - Encaminhe-se cópia desta portaria para anotações nos apontamentos funcionais de cada servidor.

Porto Velho-RO, 12 de fevereiro de 2015.

MAURO BERBERIAN
Diretor Técnico e Operacional

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 049/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Nomear sem acréscimo de remuneração, o funcionário **JUSSIE DA SILVA NOGUEIRA**, matrícula nº 2448-3, para responder interinamente pela Superintendência de Expansão Comercial - SUEC, pelo período de 18.02.15 a 28.02.15,

neste período passando a acumular a Superintendência de Expansão Comercial – SUEC e Divisão de Planejamento Comercial - DXCC.

Porto velho, 13 de Fevereiro de 2015
MAURO BERBERIAN
Diretor Técnico e Operacional

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro /
Diretor Comercial e Negócios Interino

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 050/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº294/DE/14, a funcionária **MARIA MARTÂNIA MESQUITA**, matrícula nº 18302.

II - Nomear, com acréscimo de remuneração, o funcionário **Jaime Mota Coelho**, matrícula nº 0696-5, para exercer a função de chefe de Divisão de Licitações, Compras e Materiais – DALC.

III – Esta portaria entra em vigor a partir de 01.04.15.

Porto velho, 18 de Fevereiro de 2015
MAURO BERBERIAN
Diretor Técnico e Operacional

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 061/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,.

RESOLVE:

I – Nomear Interinamente, com acréscimo de remuneração, a funcionária **Maria Rita Vitorino**, matrícula nº 02008-0, como chefe de sistema do SAE de Parecis, pelo período de 01.03.15 a 30.03.15.

Porto Velho-RO, 23 de fevereiro de 2015.
MAURO BERBERIAN
Diretor Técnico e Operacional

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 062/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,.

RESOLVE:

I – Nomear Interinamente, com acréscimo de remuneração, a funcionária **Faelen Tais Kolln**, matrícula nº 2985-6, como chefe do SAE de São Miguel do Guaporé, pelo período de 01.02.15 a 02.03.15.

Porto Velho-RO, 24 de fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Comercial e Negócios Interino

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 064/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Nomear, com acréscimo de remuneração, o funcionário Jonatas Duarte da Silva, matrícula nº 02886-9, como chefe do Sistema de Água e Esgoto - SAE de Nova Brasilândia.

II – Esta portaria entra em vigor a partir de 01.04.2015.

Porto Velho-RO, 24 de fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO

Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Comercial e Negócios Interino

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 065/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 499/DE/14.

II - Nomear, sem acréscimo de remuneração, os funcionários abaixo relacionados, para compor a Comissão de Recebimento de Materiais Provisório e Definitivo, bem como rejeição de materiais entregues, em desconformidade com o exigido por esta Companhia.

Ricardo Guarena Oreyai	Presidente
Mario Pinheiro Nery	Membro
João Fernandes Gomes	Membro
Antonio Carlos Olimpio Oliveira	Suplente
Marcio Lucio Fernandes da Costa Motta	Suplente
José Cesar Alves	Suplente

III - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Porto Velho-RO, 27 de fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO

Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Comercial e Negócios Interino

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 066/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº 247/DE/14 o funcionário Frankleno dos Santos Raposo, matrícula nº 2815-3.

II - Nomear, com acréscimo de remuneração, o funcionário Jeová Olegário da Silva matrícula nº 2801-7, como Chefe do SAE de Nova Mutum Paraná.

III - Esta portaria entra em vigor a partir de 02.03.15.

Porto Velho-RO, 27 de fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 067/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I - Nomear interinamente, com acréscimo de remuneração, o funcionário André de Souza Nogueira, matrícula nº 30129-8, como chefe do Sistema de Água e Esgoto – SAE de Santa Luzia, pelo período de 01.05.15 a 30.01.15.

Porto Velho-RO, 27 de fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 068/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº 436/DE/14, o funcionário Joaquim Soares da Silva, matrícula nº 1297-9.

II – Nomear, com acréscimo de remuneração, o funcionário Wesley Guimarães de Souza, matrícula nº 2841-4, como chefe do Sistema de Água e Esgoto – SAE de Corumbiara.

III – Esta portaria entra em vigor a partir de 01.03.2015.

Porto Velho-RO, 02 de março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 069/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº 006/DE/2015, o funcionário o funcionário Luciano Benvinda de Amorim, matrícula nº 1884-3.

II – Nomear, sem acréscimo de remuneração, o funcionário Nilton Waldemar Castoldi, matrícula nº 01754-7, como Gestor do Contrato, referente ao Processo nº 591/2014.

III – Esta portaria entra em vigor a partir de 19.01.2015.

Porto Velho-RO, 03 de março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 070/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 33, inciso IX do Estatuto Social,

RESOLVE:

I – Prorrogar a Portaria nº 029/DE/2015, onde nomeia interinamente, com acréscimo de remuneração, a funcionária Édna Lucia Werle, matrícula nº 2843-6, como chefe de sistema do SAE 16 de Cabixi, pelo período de 01.03.15 a 31.03.15.

Porto Velho-RO, 03 de Março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 071/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 33, inciso IX do Estatuto Social,

RESOLVE

I – **RETIFICAR O TEOR DA PORTARIA Nº 593/DE/14**, onde nomeia o funcionário Tibério Furtado Farias, matrícula nº 594-3, para compor a Divisão Operacional Rio Candeias – SUREG – RC, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 01/01/2015.

II – Onde se lê:

“COMPOR A DIVISÃO OPERACIONAL RIO CANDEIAS SUREG - RC”

Leia - se:

"COMO SUPERINTENDENTE SUREG – RC PELO PERÍODO DE 01/01 A 30/01"

III – Leia-se, corrija-se e registre-se:

Porto Velho-RO, 03 de março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 072/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº582/DE/14, o funcionário **JOSE RIBAMAR CAVALCANTE**, matrícula nº 27408.

II - Esta portaria entra em vigor a partir de 02.03.15

Porto velho, 04 de Março de 2015

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 073/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

II – Nomear, sem acréscimo de remuneração, o funcionário **ROBERTO RODRIGUES DA SILVA**, matrícula nº 91673, como Superintendente de Gestão de Pessoas - SUGP

II – Esta portaria entra em vigor a partir de 02.03.2015.

Porto Velho-RO, 04 de março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 074/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº006/DE/2015, o funcionário **Luciano Benvinda de Amorim**, matrícula nº1884-3.

II - Esta portaria entra em vigor a partir de 19.01.15

Porto velho, 05 de Março de 2015

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 075/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Nomear, sem acréscimo de remuneração, o funcionário **Nilton Waldemar Castoldi**, como Gestor do Contrato, referente ao Processo de cobrança nº 1107/2014.

II - Esta portaria entra em vigor a partir de 19.01.15

Porto velho, 05 de Março de 2015

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

PORTARIA N. 078/DE/2015

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 33, inciso IX do Estatuto Social,

RESOLVE:

I – Exonerar da Portaria nº 584/DE/14, o funcionário Otavio Belchior Junior, matrícula nº 030478.

II – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Porto Velho-RO, 06 de março de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro

WALMIR BERNARDO DE BRITO
Diretor Comercial e Negócios

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

**RESOLUÇÃO DE DIRETORIA
Nº 006/DIREX/2015.**

A DIRETORIA EXECUTIVA DA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA – CAERD, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 35, inciso IX do Estatuto Social;

Considerando o sinistro ocorrido no Município de Ji-Paraná, com o rompimento da adutora dificultando a prestação dos serviços naquele Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a implantação de crédito de consumo no valor da taxa mínima da categoria em que o imóvel estiver cadastrado, para todos os usuários do 2º distrito de Ji-Paraná, cujo valor MEDIDO tenha sido inferior a 10m³ no faturamento de Janeiro de 2015;

I. Para fins de concessão dos benefícios, a CAERD implantará o crédito no sistema Comercial (GSAN), que será concedido via fatura no mês de Março de 2015;

Art. 2º - Ficam os Bairros Nossa Senhora de Fátima, Jorge Teixeira e Habitar Brasil com isenção total de fatura, referente ao mês de consumo fevereiro de 2015, faturamento 03/2015.

Art. 3º Deve essa Resolução ser submetida a apreciação e deliberação da AGERJI, que decidirá pela sua aceitação.

Art. 4º Determinar que a Superintendência de Expansão Comercial – SUEC, Superintendência de Operações Comerciais - SUCM e a Controladoria e Auditoria Interna – CAI tomem as providências necessárias à implementação e acompanhamento desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor e, com efeito, a partir do faturamento do mês 03/2015, revogando-se as disposições contrárias.

Porto Velho - RO, 20 de Fevereiro de 2015.

LUCIANO WALÉRIO LOPES CARVALHO
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor Comercial e Negócios Interino
Portaria nº 018/PRE/15

IACIRA TEREZINHA RODRIGUES DE AZAMOR
Diretora Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015/CAERD/RO**

A Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD, através de seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas na **Portaria Nº 59/DE/15 de 19/02/2015, publicada no DOE nº 2648 de 26.02.2015**, torna público que se encontra autorizada a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o **Nº 008/2015/CAERD/RO**, do tipo "**menor preço**", na forma de **execução indireta**, no regime de empreitada por **preço global**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme descrito no Edital e seus anexos em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, com o Decreto Federal nº 5.504/2005, na Instrução Normativa 047/2008 e subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/93, com a Lei Complementar nº123/2006 e altera-

ções, com a Lei Estadual n.º 2414/2011 e com os Decretos Estaduais n.º 16.089/2011 e demais legislações vigentes, tendo como interessada a **Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1105/2014.OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada Local (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), para atender a Unidade Central e as Unidades Descentralizadas da CAERD, conforme subitem 2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital. **FONTE DE RECURSO:** Próprio **ELEMENTO DE DESPESA:** Elemento de Despesa se enquadrar na rubrica nº **413.107.353** do orçamento programa. **VALOR ESTIMADO:** **R\$549.600,00(quinzentos e quarenta e nove mil e seiscentos reais)DATA DE ABERTURA:** 24 de Março de 2015 às 10h30min (horário de Brasília)**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.comprasgovernamentais.gov.br/ **CÓDIGO DA UASG CAERD:** 925217 **LOCAL:** O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos. **www.comprasgovernamentais.gov.br/** (site oficial) e **http://www.caerd-ro.com.br** (site alternativo). Maiores informações poderão ser obtidas por meio do telefone (69) 3216-1728, através do e-mail cpimo@caerd-ro.com.br ou no setor de Licitações na CPLMO da Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD, no horário das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min, de segunda à quinta e das 07h30min às 13h30min nas sexta-feiras, sito à Rua: Pinheiro Machado, nº 1112 – Bairro: São Cristóvão – CEP: 76.804-046 – Porto Velho-RO. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

Porto Velho - RO, 10 de Março de 2015

Dalmon Lopes Rodrigues

Pregoeiro da CAERD/RO

Sec. de Estado de Assuntos
Estratégicos

Portaria n. 015 de 27/02/2015.

A DIRETORA EXECUTIVA da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos - SEAE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela portaria n. 001 de 25/04/2013, alterada pela portaria n. 024 de 27/03/2014,

Considerando a Lei n. 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; Lei n. 10.954/2004 – Institui o Programa de Resposta aos Desastres; Lei Estadual n. 3.401/2014 – Cria o Programa de Transferência de Renda no Contexto de Calamidade Pública; Lei Estadual n. 3.456/2014 – Altera e Revoga dispositivos da Lei n. 3.401/2014,

Considerando o Decreto n. 6.307/2007, que regulamenta o art. 22 da Lei n. 8.742/93;

RESOLVE:

Art. 1º – Publicar os nomes dos beneficiários aptos e inaptos, do município de Guajará-Mirim/RO, para fim de continuidade ao pagamento do Auxílio Social daqueles que estiverem em condições **aptas** para o recebimento, conforme critérios do Decreto n. 19.445, de 15 de janeiro de 2015 e Decreto n. 19.446 de 15 de janeiro de 2015, comprovados pela Equipe Técnica, para atender às necessidades das famílias que sofreram danos no contexto de calamidade pública no Estado de Rondônia, com os efeitos das enchentes do Rio Madeira.

BENEFICIÁRIOS APTOS A RECEBEREM O AUXÍLIO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO

Nº CAD	Nome do Titular	CPF
3	ADELAIDE CELESTINA PAXURY	285.800.602-49
4	ANGELA DORADO RAMOS	720.014.022-87
5	PAULA DORADO VARGAS	013.782.712-11
6	ALBENIAS MONTEIRO ALBINO	204.187.012-53
9	ADOLFO LINO	893.464.242-49
10	AUZENITA SOUZA NAJAR DURAN	853.460.042-20
11	PEDRO MOBIS GOMEZ	537.904.992-34
13	MANUEL PEREZ DA SILVA	325.848.812-68
14	ALTAGRACIA MERCADO BAZAN	533.533.232-87
15	ALZERINA MERCADO JOAQUIM	903.051.672-00
19	LOIDA MASCAYA CHOMA	701.039.612-40

20	ALINE LIMA GOMES	020.772.012-66
27	ALDECY BEZERRA	115.217.832-68
28	ARMINDA JIMENEZ DIBIBAY	518.822.052-00
32	JOSE LUIZ EGUEZ MEDINA	012.919.672-06
33	ADAN DURAN CASTRO	513.602.252-34
35	ANGELICA CABRAL DA SILVEIRA	004.162.792-01
36	ROSMERY CHONONO MALALE	701.433.372-03
41	ANA PAULA GARCIA DE SOUZA	026.619.682-96
42	ANA LUCIA DINIZ	930.068.292-04
43	ALEXANDRA SILVA ALVES	995.718.702-34
44	ANTONIA INUMA VILACORTE	349.133.272-91
46	ANDRÉIA HURTADO MERCADO	026.624.822-57
47	APARECIDA DE SOUZA DA SILVA	787.535.622-91
48	BALBINA JUSTIANO PERES	242.054.942-20
49	ARMINDA MORAES CORTEZ	531.141.672-68
54	CRISTINA OLIVEIRA MARINHO	921.291.452-72
55	BENERVAL BASILIO DA SILVA	034.899.962-32
56	CARMELITA FERREIRA QUEIROZ	886.929.732-20
58	CARLOS MERCADO BAZAN	349.225.632-53
60	BELLA CORTEZ MORAES	531.138.702-59
64	BELARMINO DORADO ANEZ	716.351.652-53
65	CLEDSON DE MOURA ROCHA	815.542.812-53
69	CARMEM LORENZA SOSA MERCADO	546.871.442-68
71	AURORA CAMACHO TOLEDO GUIMARÃES	468.857.222-00
72	DORALICE DOS SANTOS SILVA	939.480.692-04
74	DANIELA PEREIRA MENDEZ	556.594.462-72
76	DANIEL NUNES SAENS	349.167.922-20
77	DENISE MEJIAS VALENTE	756.635.892-87
80	DILCE LINO	000.564.552-24
84	DENIS E SILVA NASCIMENTO	894.754.702-63
87	DEUSDETE NASCIMENTO POMPONETI	072.887.148-37
90	ELISÂNGELA MIRANDA DA SILVA	780.933.502-25
92	ELIAZIO DA SILVA CORTEZ	456.865.562-53
93	MARINETE DE MACEDO ESILVA	915.032.802-68
95	ERVIN MENDEZ MOSQUEIRA	541.765.572-49
98	ELIGRETE CHOMA	003.269.362-11
99	EUNICE MEIRELE DE CASTRO	748.584.752-04
101	ELISANGELA VALENTE DE CASTRO	992.025.732-04
102	FRANCISCA GUIMARÃES MERCADO	179.900.922-04
103	SILVA RODRIGUEZ MARIACA	536.553.702-53
104	ELIZABETH LOBATO SALES	718.818.162-49
106	ERLINDA RIMBAMOGRE MENDEZ	538.386.102-53
108	ELISÂNGELA MESQUITA DA SILVA	139.273.962-49
109	FRANCISCA FERREIRA DO SANTOS	827.101.392-00
110	FÁTIMA MOYE POBOSLO	702.037.642-85
111	EDNA AGUIAR	285.723.942-49
115	FRANCIELA MACURAP	853.856.112-04
117	EUCILENE SOUZA FREITAS	535.183.902-44
122	ELIZABETE DA SILVA MENDES	937.134.012-68
123	ELIA CHOMA DORADO	286.746.932-53
124	FRANCISCA BATISTA DA SILVA	916.497.902-44
127	ESPERANZA LANGUIDEY HURTADO	540.068.642-72
129	FÁTIMA CHOMA MASSAY	011.667.722-84
130	ELDIR GUIMARÃES CAJARECO	921.960.712-34
131	FRANCISCO DA SILVA CAVALCANTE	204.119.362-04
132	FRANCINETE DO NASCIMENTO BIRO	641.233.912-49
134	FRANCISCA DA SILVA RIBEIRO	139.230.482-20
135	ELAINE PEREIRA BRAGA	035.065.072-14
139	GIGLIANE MEIRE BACA FLORES	003.035.592-33
141	HERBETE NASCIMENTO DE ARAÚJO	835.030.992-04
143	GLEICIANE GONÇALVES DA SILVA	026.899.822-18
144	ISABEL AGUILLERA	242.055.082-04
148	GUILHERME WALTER SOUZA SALAZAR	051.406.682-20
150	HELENA DE CASTRO CAVALCANTE	349.305.822-53
152	INACIA MOLINA	203.162.322-20
154	IVANETE DORADO AGUILERA	026.799.112-61
156	GERANILZA DIAS DE MELO	001.693.572-10
159	GLAIR FERNANDEZ CHIPANA	526.478.702-68
160	ROSA MERCADO SEZARI	929.639.942-49
161	ROSIVALDO BATISTA RUIZ	794.959.662-72
162	PATRÍCIA VARGAS CORTEZ	991.079.702-00
164	PEDRINA FERREIRA DE ARAÚJO	242.049.862-34
165	ROBINEIA DA COSTA NOGUEIRA	794.150.752-87
167	RUSILENE FAUSTINO DA SILVA	007.011.872-80
168	ROBERTA DA CONCEIÇÃO MEDINA	973.302.052-49
169	ROSINEIDE MARINHO OLIVEIRA	871.318.542-04

170 ROSIANE ALVES MONTEIRO	016.400.412-22	347 VANDERLENE GOMES FONSECA	806.686.582-15
172 RUBEN CAYMI JIMENEZ	516.160.682-72	348 LUIZ BARBOSA DE SOUZA	078.991.812-91
179 REYNALDO CORTEZ SIMÕES	593.223.142-49	350 VALDERNETE GUIMARÃES DORADO	936.460.112-20
181 MARINEZ ROMAINA VERAS	796.223.642-68	354 VANIA SUAREZ YJICORE	541.057.062-68
182 MARIA AUXILIADORA RODRIGUES DE ANDRADE	349.412.232-68	358 LUIZ GONZAGA DA SILVA	037.112.002-06
184 MIRTHA ORTIZ MELGAR	535.367.972-53	362 ALAN ARAUJO ARAMAYA	541.807.242-00
187 MARIA LÚCIA GARCIA DA SILVA	242.057.702-78	365 CLEIDE MARIA PEREIRA GOMES	285.700.572-53
190 NAZARENO DA SILVA MONTEIRO	958.351.642-20	366 IRACY MELO DA COSTA RODRIGUES	408.939.282-91
191 MARIA HELENA ORTIZ ARCE	533.573.102-87	369 ISABEL NERY FLORES	512.218.962-53
193 MARIA ISABEL DINIZ	831.402.632-87	371 EDILZA RODRIGUES RIBEIRO	684.983.812-15
194 NELVA ROXENE FARINAS TELLES	701.811.782-81	374 CRISALDINA CANUTO GOMES	326.438.612-72
197 MARCELA DEMARCHE CORTEZ	001.878.462-35	376 VALTER SOARES DA COSTA	138.895.082-00
198 MARINEIDE DA SILVA AASSIS	033.594.872-30	379 MARIA FURTADO DE LIMA	079.553.832-49
202 MARIA EVA DE ALMEIDA MACURAP	975.422.612-15	381 LENIR ALVES PONTES	115.247.902-49
204 NINFA CARRILLO ENSIMAS	009.341.972-45	382 IVANILDE DE OLIVEIRA SANTOS DA SILVA	493.436.613-04
205 NILTON FRAZÃO DE ALMEIDA OLIVEIRA	422.291.542-49	391 LUIZA VIERA DA SILVA	940.376.042-72
207 MARIA DE FÁTIMA F. PINHEIRO	317.009.932-91	394 VANESSA DA SILVA ROGER DE LIMA	022.000.362-99
209 MARA AMARAL SANTOS	923.169.132-53	395 LUCIA BATISTA LIMA AMARAL	213.834.802-49
211 GEREMIAS XAVIER DE SOUZA	162.736.562-15	396 CORINA MANGUARY RIBEIRO	285.821.872-20
214 MARIA FRANCISCA DA SILVA	285.825.352-87	399 ANGELA SOARES RAMOS	285.724.592-00
218 MARIO CHUMA	096.450.982-20	404 LORIANA GARCIA DA SILVA	780.884.612-00
222 MARIA SEBASTIANA FERREIRA	617.271.992-00	407 RODRIGO VALÉRIO DA SILVA	031.193.201-02
224 MARIA PAULA FIGUEREDO FERREIRA	106.653.402-06	408 WALDIR FIRMINO SALES	895.009.622-68
225 MARIA APARECIDA PEREIRA ALVES	903.377.942-00	409 CORINA AMARAL COSTA	096.273.082-34
227 MARIA AXILIADORA MUNIZ VARGAS	008.847.472-04	411 LEIDIANE ALVES MONTEIRO	035.068.442-10
228 MICHEL MONTEIRO DURAN	532.621.582-91	412 RUBELANDIA SANTANA DA SILVA	996.116.782-15
229 MELISSA AYALA MENDONÇA	784.171.122-00	416 ABIEL DURI LINO	010.000.382-62
230 MARCIA ESPINOZA LOZA	204.163.342-53	419 AGUIOMAR DA SILVA	115.225.772-20
231 MARILUCI GARCIA FERREIRA	891.713.222-72	425 CALLYL GIANNE SOUZA CHAVES	996.508.432-72
232 MARIA JOSE TORRES	904.288.202-63	426 LEONARDO ANDRADE DOS SANTOS	836.528.252-68
233 MARIA SUZETE NUNIZ VARGAS	014.146.992-71	427 MARIA DE LOURDES MATOS CARVALHO	325.852.682-68
237 MISSILENE AUGUSTO RODRIGUES	807.693.142-87	428 BETE MOLINO	285.724.672-20
240 MARIA APARECIDA PADILHA FLORES	285.738.892-68	430 ANA DAMIÃO FERNANDES LEITE	221.350.652-34
242 JOSEFINA DEMARCHI SALAZAR	532.320.892-91	431 ARNALDO LOPES DOS SANTOS	139.241.172-68
245 LEIVINHA CONCEIÇÃO ROCHA NETO	349.388.262-91	437 ADAIAS PINTO DE CASTRO	138.880.722-04
246 JOSE DIVINO DA SILVA	285.795.342-91	439 SUZANA MENDEZ FORERO	022.892.552-54
250 LENE MOLINO FLORES	002.640.732-90	440 MARIA DE LOURDES RODRIGUES DOS SANTOS	815.037.682-87
258 LUCIDETE FREITAS ASSUMPTÃO	315.714.682-34	442 CARMEM MONTES	286.747.312-87
263 JOELMA VITORIANO SANTOS	836.402.072-20	443 MARIA DE LOURDES MEJIAS VALENTE	286.724.452-87
264 JESSENIA MERCADO MENDEZ	007.671.612-03	444 ANA CLETA NERI FERREIRA	179.942.682-34
266 JOSE ROBERTO SILVA GOMES	533.219.102-25	458 SERGIA VILA COSTA	162.724.392-53
267 JULIAN NOE MATARECO	524.616.452-72	459 RAQUEL MERCADO JOAQUIM	906.732.122-20
269 JOSÉ PAULO DE MELO	286.713.762-49	460 ALZENIRA AMARAL DA COSTA	940.621.022-34
271 JOSEFA RUFINO DA SILVA	485.947.842-87	461 MORRIS GUSTAVO ELIAS SALVATIERRA	537.984.062-00
273 LILIAN JARLENE AGUILERA MENDES	032.954.792-59	468 ELIMAR DA SILVA AMORIM	019.189.812-05
274 JOÃO ROQUE DE LIMA	239.021.162-34	470 SUELEN GUANACOMA SOIRO	997.589.462-34
275 LEILA E SILVA DO NASCIMENTO	888.651.182-53	476 VANDERLI GOMES FONSECA	643.900.632-00
276 JUSCILENE TORRICO DOS SANTOS	555.880.852-72	480 MARIA DELVANIA ARANHA PEDRAZA	285.742.142-72
277 JONAS NUNES DA SILVA	760.561.802-63	486 ROSIANE RAMOS DOS SANTOS SOUZA	081.418.807-99
281 JOANA MORENO ANTELO	947.590.902-82	492 GRACIELA ALVES GUASSACE	385.714.982-53
282 LINDERMAN ELHAGE CARNEIRO	035.926.342-91	494 DAVID PEREIRA DA SILVA	940.722.212-87
284 JANE LOPES DA SILVA	552.926.072-15	495 BERNADETE MELGAR	115.207.012-68
285 JOELCY CRISTINA MONTE MACURAPE	964.505.682-91	499 JOELMA ALVES GUASSACE	864.878.762-91
287 JUCELIA SILVA DOS SANTOS	796.299.622-68	500 RONALDO GUALI MERCADO	592.169.722-20
289 JERRY VARGAS GALLARDO	973.190.072-15	502 RENE OPIMI	014.290.762-67
290 JULIA MAMANI MEDRANO	527.869.192-15	507 HELENA BIRÁ RAMOS	653.082.472-34
294 JOSE CHORE RODRIGUES	285.706.182-04	510 DEISY DORADO ANEZ	973.497.202-20
299 LÚCIO NOGUEIRA RABELO	968.308.672-15	512 ANGELA NONATO DA SILVA	771.806.582-00
301 SANTA NOÉ NOCO	183.271.172-20	526 AMARILDO GOMES DE LIMA	204.222.882-68
302 TAIZA VILACORTE DE MELO	007.360.522-08	537 CLAUDIA VERONICA ESPINOZA DA SILVA	521.918.342-72
303 TEOFILO MORAES	106.564.482-53	541 ANTONIO COELHO DE ANDRADE	106.634.602-04
306 IRLÂNDIA FERREIRA INUMA	756.210.022-53	547 AMARILDO BEZERRA	163.039.112-34
307 TAIS ANTELO PERES	846.632.512-34	551 RITA SOUZA RUFINO	706.833.872-00
311 TRINDAD GUALI ECHORES	183.276.212-20	553 DAVI DA SILVA LIMA	915.247.762-20
316 SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	037.122.812-34	556 ROSALVA MONTERO CÁLLER	996.508.512-91
324 WANDA ALVES DE SOUZA	139.228.402-30	557 DIVINA PAULA MENDONZA RODRIGUEZ	019.903.212-24
325 SOVEIDA HURTADO GUACAMA	548.755.012-34	558 TOMAS PALACHAY MACHUCA	991.886.512-15
326 WALDO NASCIMENTO XAVIER	090.881.052-00	560 CELSO JOSÉ DA COSTA	139.603.422-68
327 WILSON LIMA DA SILVA	052.260.662-87	561 RAIMUNDO DA SILVA MORAES	707.955.922-72
330 FRANCISMAR DORADO ANEZ	664.525.542-04	562 SORAIA SILVA DE LIMA	905.426.222-20
332 VILCILENE SILVA CHRISTOFORO	878.653.862-49	564 JOSÉ MARIA ALVES SOARES	750.798.602-00
334 IZABEL TABORGA LORAS	045.079.672-87	566 MACIEL PEÑA MENDONÇA	848.272.622-68
338 VALDEVINA FERREIRA COELHO	242.031.572-34	571 RAMAO ROMEIRO ROA	294.144.581-15
339 VITOR DOS SANTOS	162.726.172-91	572 RUBENS SANTOS DE SOUZA	025.368.532-09
341 ZULEIDE YANAMO ALVAREZ	970.748.532-91	575 ISAIAS SILVA DE OLIVEIRA	683.829.102-97
345 WILSON GONZAGA ALVES	204.165.472-49	582 FRANCISCA LUCÉLIA DOS SANTOS	349.358.782-15

583	DANIELA CHUQUI CUBA	000.234.472-65	585	ROSINETE DO NASCIMENTO BIRÁ	867.830.842-72
586	DEOGESON LUCINO ALVES	589.395.392-49	863	CLAUDIA DORADO DA SILVA	848.272.462-20
587	EDÍLIA RIVERO ALVAREZ	533.648.722-87	876	ALFREDO AMAPORIBA MARIOBO	540.735.702-00
589	FRANCISCAALCIONE LOPES	713.198.672-00	878	FRANCISCA DE MACEDO E SILVA	139.239.782-00
596	EDINALDO CARTAGENO AYALO	030.234.092-00	882	MARIA DAS GRAÇAS BRASIL CORRÊA	569.969.182-00
602	LUCIANA DA SILVA GOMES	959.012.802-53	883	CRISTIANE AGUILERA RAMALLO	009.958.122-17
603	LILIAN E SILVA DO NASCIMENTO	533.721.742-91	884	ANA CASSIA DA SILVA SANTIAGO	982.426.362-49
604	JOÃO PEDRO FERREIRA	397.239.099-87	885	JOÃO SEBASTIÃO NUNES	219.883.312-34
605	ELISANGELA COELHO DA SILVA	681.752.482-20	886	AUREA CORNELIO GONÇALVES	127.737.602-63
606	VALNIR MUNIZ FREIRE	051.409.272-68	889	FRANCISCO GILSON FURTADO DE LIMA	079.520.742-53
613	JOSÉ RUBENS ASIHAMA DE MAURO	183.500.622-15	896	IRIS DORADO RAMOS	019.904.962-96
614	FELIX GUARACHI ALVARADO	541.755.422-72	901	EURIDES SOUZA SALAZAR PEREIRA	528.428.942-00
616	JESSER FRANCISCO DE SOUZA	138.923.982-91	902	MAMEDY CAJARECO ATIÉRE	740.439.782-00
618	FRANCISCO ASSIS PAES GOMES	479.034.902-06	905	JOSÉ FRANCISCO AYALA MENDONÇA	512.282.462-20
622	CLEICIANI CÍCERO CAMARGO MEIRELES	008.499.272-77	910	CONCEIÇÃO CORTEZ DA SILVA	748.024.962-49
627	FRANCISCO JOAQUIM FILHO	025.976.912-68	912	PAULO DIAS DE MELO	831.560.702-20
628	TATIANE RAMOS DE ALBUQUERQUE	020.632.672-60	923	LOURIVAL RODRIGUES DE CASTRO	060.616.992-04
631	FRANCISCA DIVINA DIAS DE MELO	349.133.002-53	928	GILMAR BATISTA DE LIMA	003.783.262-01
632	FLAVIO FEITOSA DANTAS	710.480.732-20	929	ADÃO KARANTINO FERREIRA	349.145.872-20
636	GERALDO FABIO CUELLAR MENDES	258.055.172-72	930	CARMEN MONTERO CALLER	702.124.272-70
641	FRANCINETE INUMA DE MELO	022.645.092-95	940	PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA	334.722.382-91
642	FRANCISCO XAVIER DO NASCIMENTO	637.976.312-00	944	TONI VELEZ DE SOUZA	957.880.182-34
645	ADRIANO BARROSO GOMES	058.326.592-87	954	MARIA ESTHER QUINONES MORENO	537.352.932-04
648	VILMAR ALVES DA SILVA	420.078.442-49	958	WILSON RIVAS MONTANA	329.977.952-49
649	ELIANE DE OLIVEIRA SCHULZE	011.274.942-95	BENEFICIÁRIOS INAPTOS A PERMANECEREM NO AUXÍLIO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ – MIRIM/RO		
650	EDILSON GUILHERME SCHULZE	272.296.452-04	CADNome do Titular	CPF	
654	FRANCISCO INUMA	183.502.162-04	16	ALCILENE AGUSTINHO DOS SANTOS	659.457.512-00
656	FÁTIMA MARIA TARTARO	581.211.882-53	18	ADRIANA AGUSTINHO DOS SANTOS	010.052.892-98
659	FRANCILENE GONÇALVES DE SOUZA	325.857.132-53	22	ANILDA FERREIRA DA CUNHA	106.584.912-53
661	FRANCIELE FERREIRA DA ROCHA	003.709.262-69	24	ANTÔNIO FRANCISCO LOPES DA SILVA	286.715.202-00
667	MARLENE ALVES GUASSACE	659.272.302-53	30	AURIENE FAÇANHA DE SOUZA	532.509.582-04
668	MAYARA ALVES SOARES	064.617.126-74	38	ALDO MONTEIRO DE MIRANDA	286.743.322-34
669	OLVÍDIO CANGATY DE LIMA	202.514.082-72	39	AUGUSTO VILA COSTA MARTINS	242.033.272-53
678	ROZANI GUABIRABA CLARO	845.257.202-63	57	CUSTÓDIA DOMINGUES PENHA	350.216.752-49
683	REINALDO FERNANDES CLARO	298.130.772-04	59	CARMEM GONÇALVES DA SILVA	418.600.982-15
684	SILVANA SILVA DE LIMA	892.928.712-34	61	CARMEM PEDROZA	748.608.362-00
686	LAURARIBEIRO	078.973.082-00	62	CÉLIO ROBERTO ZAMORA VILAFORTE	990.864.762-87
689	GÉSSICA ONARRY CHAVES	000.179.862-65	63	CLEONICE RODRIGUES CUNHA	547.106.692-87
690	MARIAASTROGILDA DE LIMA	385.675.472-53	75	CARINA MOSQUEIRA SUCUBANO	935.110.272-68
695	GUMERCINDO MORENO ANTELO	009.582.002-70	79	DANISIA FLORES GOMEZ	751.020.802-53
699	GUILHERME PINEDO	106.566.002-25	82	DARLENE SILVA LOBATO	810.342.532-04
701	HERMENEGILDO ALVAREZ REYES	519.767.302-87	83	DEBORAH CASTRO ALVIZ	535.371.732-53
703	MARINALVA MENACHO CEZARI	532.833.682-87	85	DEUZIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA SALES	702.496.602-53
709	MARIA JOSINA FERREIRA	285.762.762-91	89	ELIZABETE GUIMARÃES MERCADO	468.860.442-49
711	WILFREDO VELASCO GUSMAN	277.114.982-68	94	ELIELSON DA SILVA GONÇALVES	325.820.132-34
713	GIAN TORRES LOPES	885.275.222-68	112	FRANCISCO DO NASCIMENTO DE ALMEIDA	712.809.952-20
717	ALMEZINDAA. DE OLIVEIRA	034.702.507-23	113	ESTEFANIA RIVAS MAILERA	015.939.292-69
718	SEBASTIÃO DASSINAKIS DA SILVA	021.873.882-04	114	ERENALDA RODRIGUES	115.214.302-68
721	LOLA ROSA ARZA	349.174.702-34	116	FRANCISCAAMUTARI AVILHANEDA	349.148.382-49
722	MARIA JÚLIA DE ALMEIDA MACURAP	992.131.332-00	118	FELIPE AGUILLERA FILHO	569.879.432-49
723	PAULO HENRIQUE NERY DA CRUZ	990.191.322-53	120	FRANCISCA MILENA BRASIL CORREA	772.539.732-91
725	NEZILDA MARQUES DE FREITAS	205.175.991-04	128	WALTER TRINIDAD SALAZAR SANCHE	673.490.992-15
726	MARIA HELENA SOARES MENDEZ	026.742.742-55	133	FRANCISCA CHICABA MUQUEMA	970.568.802-82
730	YOMAR VARGAS HURTADO	517.233.012-72	136	EDILEUZA DE OLIVEIRA GERONIMO	668.673.202-87
739	CARMEN MONTERO COSERUNA	515.913.242-20	137	ERICA DE CASSIA FONSECA DE ARAUJO	530.013.702-20
740	EDISON MIRANDA DE JESUS	126.688.268-53	140	GILDA CANOÉ	026.709.162-10
749	MARIA DE FÁTIMA RAMOS DA SILVA	385.668.852-87	146	HELENA HORTIZ	697.221.612-53
751	FRANCISCO VARGAS GOMES	896.547.652-68	147	GERARDO GOMES ATIARE	541.210.432-00
755	JOSUÉ DOS SANTOS SILVA	442.574.491-87	153	IZABEL MONTEIRO ARIAS	286.751.422-34
757	MARIA EDUARDA DE ALMEIDA MACURAP	035.088.052-20	157	GERCIMAR PEREIRA DA SILVA	931.092.882-49
758	PAULO DIAS SOUZA	080.626.251-68	166	RITA SOUZA FERREIRA	774.164.062-34
760	MARIA GOMES DOS SANTOS	079.028.672-68	171	ROSIMAR C. DA SILVA	349.217.292-04
766	MARIA LINDOMAR DA SILVA	921.089.702-15	177	ROSINEIDE DO NASCIMENTO BIRA	385.687.132-20
780	MARIA IVANETE DA SILVA FREITAS	704.137.202-25	178	REINALDO DE SOUZA LIMA	933.088.762-72
789	MARIA CARMEM MENDEZ FORERO	544.326.502-49	180	MARIA FRANCIANE AVILHANEDA DA SILVA	039.269.732-77
793	MICHELE DOS SANTOS ALVES	997.001.582-68	183	NELSO RODRIGUES PASSOS	285.707.742-49
795	MARIA CAROLINDA DA CONCEIÇÃO	139.263.572-15	188	NARA MARIA MENDES SIMÃO	616.888.512-91
796	MARLIETE NERY MORAIS	701.744.312-87	189	MARIA APARECIDA BARBOSA	668.962.669-53
798	MARIANA CORTEZ VARGAS	011.667.732-56	199	NEMIAS PEREIRA MENDES	864.120.602-78
825	MARCELO GOMES CARDOSO	995.234.502-04	200	MARINETE ALVES BACELAR	977.366.782-00
834	ROBERTO DOURADO	115.333.582-49	217	MARIA TRINDADE ALVES	908.722.232-72
836	ORLANDINO JUSTINIANO DA SILVA	115.319.322-15	220	MARIA HELENA RIVAS CHAVEZ	239.000.912-34
846	MICHELA RIVAS ROJAS	007.536.392-54	221	MARIA VILMA DE AMORIM PEREIRA	827.532.372-04
851	MARCELO MONTEIRO MERCADO	861.747.112-34			
855	RAIMUNDA AGUSTINHO DOS SANTOS	242.049.942-53			
857	RODRIGO PEREIRA MEDEIROS	793.303.472-15			

223	MARCIA EGUIGENES CARTAGERRA	004.626.502-35	482	SEBASTIANA VIEIRA DA SILVA	682.145.612-72
235	MARILDA PEREIRA ALVES	843.831.272-15	483	SOFIA MENDEZ CUELLAR	788.865.462-20
236	MARCELA FERREIRA SIQUEIRA	008.262.832-76	485	ANA MIGUEL DA SILVA	699.924.362-04
238	NARJARA GOMES PAIXÃO	797.669.512-68	487	ANA CLAUDIA CORREIA LOPES	533.067.242-20
239	MARIA DE JESUS VILAR DE ALMEIDA	286.696.062-91	490	SUZANA ALVES DA SILVA	138.927.542-68
241	LUCINEIDE FERREIRA DA SILVA	977.997.852-68	491	DOMITILA MERCEDES ANGOS	115.263.272-87
243	LUD L. GUTIERREZ	545.549.182-20	493	CARMEM ANTELO FORRERO	351.804.042-15
249	ALBETISA OLIVEIRA PAES MINGARDO	349.377.302-15	503	ALBANIR BATISTA DE LIMA	577.472.292-91
252	JUMA CRISTINA SOUZA LOPES	998.797.272-15	504	RAFAEL DARTANYAN LIMA GOMES	656.094.252-04
253	JOSE GONÇALVES QUEIROZ	191.703.432-68	505	SEBASTIÃO FERREIRA FILHO	051.416.642-87
254	JORGE REATEGUI SOARES	051.404.042-49	508	RAIMUNDO MACHADO CARDOSO	078.973.832-53
255	LEDSON FERREIRA PINTO	204.142.692-68	509	RICARDO ANTERZANA FILHO	060.631.012-68
259	JOSE EVILÁZIO CORTEZ	106.565.022-15	513	MARIA ALZENIR PEREIRA DA SILVA	640.641.582-53
265	JUCILÉIA PEREIRA DINIZ	669.840.172-20	516	RAQUEL DA COSTA VALE	640.735.562-15
268	JUAN CAYADURO YAUNE	546.200.232-72	517	MARLENE DE SOUZA CHORÉ	113.428.542-68
272	JARDICE BEZERRA	739.311.522-00	520	REINALDO MENDEZ CUELLAR	730.438.262-72
278	LUIZ WILSNER OJOPI CUELLAR	115.322.702-91	521	ARMANDO PINHEIRO DURAN	106.605.502-53
279	JOÃO SOLIZ MARQUES	940.376.472-49	524	ANA KELLY A. DO NASCIMENTO	008.071.652-04
291	ELISANGELA DA CRUZ LIMA	673.359.932-53	527	ROMULO SOL SOL CHAGAS	051.415.082-34
293	LUANA FERREIRA PIRES KARANTINO	020.912.211-04	529	ROZA DORADO DE SOUZA	603.443.262-68
295	JOELY COELHO SANTIAGO	757.725.822-91	530	RAIMUNDA ANDRADE MAIA GOMES	096.246.432-53
297	LUCKY LOHAN MARTINS DA SILVA	013.487.822-18	531	ANTONIO LUIS DA COSTA REBOUÇAS	831.700.142-34
305	TEREZINHA PEREIRA FLORES	162.781.432-91	532	ROSANIA DA SILVA ROMAN	018.123.402-57
309	TAILANE FONSECA DE ARAÚJO	030.649.282-28	535	RAIMUNDA ROSA	325.835.592-49
312	TEONIZIA MEJIAS VALENE	693.228.562-20	538	ARAGUACY FELIX RIBEIRO PANTOJA	286.742.782-72
318	SANDRA PANTOJA DE CASTRO	204.166.012-00	540	ROSIMAR PEREIRA ALVES	940.034.582-00
320	SEBASTIÃO RODRIGUES	286.690.612-87	550	ASLIM VACA VELASCO MORAES	997.397.472-72
323	THEREZINHA CRISPIM RIBEIRO	044.973.252-53	552	KÁTIA MORENO DEMARCHI	998.940.412-72
329	WALMIR RAMOS DA CRUZ	843.834.292-20	554	ADEMIR GUACANO	115.363.222-53
333	VIVIANE PAEZ DOS SANTOS	995.855.612-04	569	ARCENIA VARGAS GOMEZ	693.165.032-72
336	VALDINEI BARROSO DA COSTA	845.156.352-04	570	GERALDA PEREIRA FERNANDES	709.758.252-91
337	VERÔNICA CUELLAR MELGAR	539.541.492-49	574	GILCÊNIO JÚLIO GARCIA DE OLIVEIRA	850.659.272-00
342	WALZUMIRA MELO DA COSTA	590.561.772-49	577	SILVANA PEREIRA CAMARGO	861.956.382-34
343	LUCILETE PAES VIEIRA	277.158.682-72	578	AMANDA MENACHO CEZARI	809.552.742-49
344	VALDEMARINA PESSOA DE LIA	575.694.102-97	584	FABIOLA RUFINO DA SILVA	003.035.642-37
349	DAIANA ONARRY CHAVES	003.525.712-17	588	WILSON DORADO RODRIGUES	078.996.102-49
355	CARLOS YAMAMOTO CHAVEZ	285.794.962-68	590	EUNICE RAMIRES DE LIMA	012.291.942-40
357	CAROLINA AGUILERA CORDOVA	060.613.032-20	591	EDILSON PEREZ DA SILVA	883.760.872-15
359	BAZILIA PINHEIRO MORAIS	127.742.272-91	593	LUDIMAR SILVA CARNEIRO	474.932.832-49
361	LEIVI DE SOUZA ASSUMPTÃO	700.082.642-87	594	ELISÂNGELA CARTAGENA AYALA	981.501.382-34
364	SUELEN BATISTA FREITAS	890.932.672-72	595	LEIDIANE PEREIRA DE SOUZA	016.100.472-57
372	BRUNO AGUILERA	909.557.302-87	597	LAURA BEZERRA DE SOUZA	115.217.912-87
373	IZAMAR FERREIRA DE MENEZES	590.605.652-15	598	LUIZ BRAGA DINIZ	550.654.492-87
375	DONIZETI MOREIRA	204.224.822-34	600	ELVIA HUMAZA VARGAS	514.076.552-72
378	DIRCI DE AZEVEDO BRITO	035.833.842-53	608	FIDELIA MORENO ANTELO	329.973.022-34
380	ANA LUCIA PEREIRA RAMOS	385.695.402-30	609	EVA DE BRITO JOAQUIM ROMAN	664.487.782-68
385	WESCLEY OJOPI GIL JUNIOR	909.994.792-53	610	FABIANA PEREIRA DOS SANTOS	033.574.892-95
388	ISAURA CHOMA MASSAY	825.686.852-04	611	FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA FILHO	183.268.032-00
390	CRISTIANE DE OLIVEIRA SANTOS	349.218.182-15	612	ESPERANZA PENA MENDONÇA	096.263.012-87
392	JANETE GOMES CORREIA CUSTÓDIO	822.733.912-34	615	VANILCE PINHEIRO NERI	598.778.122-15
398	ARMANDO SILVA RODRIGUES	036.015.012-87	617	GEORGE HILTON LOBO SIQUEIRA	329.974.342-20
406	LUIZA TIMBO GONÇALVES	756.211.342-49	619	VALDEMIR CRISPIM ANES	579.308.212-34
413	ANGÉLICA FLORES VASQUES	221.485.902-00	624	JUVENAL JOSÉ DA SILVA	096.260.342-20
414	CLAUDIANA FERNANDEZ SALES	026.932.232-96	625	GUILHERME PARADA DOMINNGUES	127.750.292-72
420	FRANCISCO XAVIER PEREIRA MENDES	044.979.702-30	629	JOANA MENDONÇA DE ANTELO	030.528.002-30
421	MIREIA LINO	713.327.152-49	630	FRANCISCA DE LIMA FRANÇA MAIA	761.219.922-04
422	BRAULINO NASCIMENTO COSTA	106.631.422-53	637	FABIOLA DEMARCHE CORTEZ	972.201.322-04
424	ANILTON LAZARO	529.388.838-20	638	JEAN CARLOS ANDRADE MEIRA	679.745.462-04
435	MARIA DAS NEVES JACINTO ARAÚJO	162.769.902-30	647	OLEGARIO ANEZ PARADA	349.231.282-91
441	CARMEM MERCADO QUINTÃO	068.258.342-15	651	TACILA FERREIRA GOMES	922.592.782-72
446	MARINETE BATISTA E LIMA	349.401.462-00	652	ONEIZA CARVALHO DOS SANTOS	350.202.022-15
449	SERGIO DIVINO KARANTINO FERREIRA	758.387.532-34	653	FRANCISCA VIANA DA SILVA	950.200.042-00
451	ANA MARIA MAIA FARIAS	285.726.702-97	660	FRANCIMAR LOPES PEREIRA	770.329.932-49
452	DINA CORTEZ CALDERA	538.137.742-87	662	ROSENILDA SILVA ROMAN	581.901.392-15
456	DINEI DURAN GUASICO GOMES	349.225.712-72	663	MARCELO DORADO GONÇALVES	827.548.882-68
457	MARIA DE LOUDES GOMES DA SILVA	468.859.782-72	664	GILSON PEREIRA	566.337.425-68
462	SUZANA MOLINA CORTEZ	939.003.922-34	665	MARGARETH PEREIRA ALVES	880.597.402-10
463	ALFREDO MENDEZ OJOPI	789.418.652-04	666	FRANCISCA ALVES DA COSTA	004.256.182-50
464	JOANA DOS SANTOS PEREIRA	698.602.622-68	670	FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUZA JACQUES	019.231.822-50
465	ROSELI GOMES PINHEIRO	687.280.342-87	672	MERCEDES MERCADO	163.053.292-49
466	DINORA MENDONÇA SANCHEZ	349.305.742-34	673	JOSÉ SOARES PENHA	740.663.402-10
472	SONIA AGUILERA NAVIA	537.407.002-97	677	MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA	163.050.942-68
473	RUTH CHUMA CHAVEZ	468.859.942-00	679	MARIA CLEIDIANE BRAGA BARROSO	833.780.142-53
474	ROLES DURAN GUASICO	618.345.722-15	681	MARISTELA MATIAS DE LIMA	788.480.242-20
478	MARIA JOSÉ GOMES	315.710.182-04	685	MARIA DE FATIMA MERCADO QUINTÃO	285.810.592-87
481	AMARILDO ANASTACIO LOPES	775.561.272-49	692	MARINA FERREIRA RAMOS	349.149.602-06

696 MARIA DE LIMA FRANÇA 575.079.292-72
 698 HELI DUARTE MADURO 409.608.032-20
 700 MARIA ROSA DO NASCIMENTO 021.020.062-63
 702 MAURICIO AMOEDO COSTA 079.534.102-49
 704 MABEL ZABALA RIBEIRO 623.728.742-68
 705 MARIA SOCORRO VARGAS 179.949.182-04
 710 CINTHIA SILVA CAMPOS 799.600.902-30
 712 JOANA ALVES 286.696.732-15
 715 SIRLEY ROSA DE CARVALHO 304.592.572-34
 720 PEDRO LOBO SIQUEIRA 020.432.542-00
 724 MARIA ZILMA ALVES 309.779.401-87
 727 MARIA ELIENE GARCIA DA SILVA 864.335.552-68
 734 EZEQUIEL PALACHAI 115.362.682-91
 736 DANNER CUELLAR GUALY 008.725.092-65
 741 MANOEL JESUS DO NASCIMENTO CASTILHO 349.411.772-15
 745 MARINÊS DA SANTA CRUZ SILVA 420.302.262-20
 746 MARIA DE LIMA VITOR 139.254.582-04
 752 PEDRO HENRIQUE RUIZ XAVIER 037.414.082-04
 753 ELAINE GARCIA DA SILVA 021.481.492-02
 754 MARIA PEREIRA DE SOUZA E SILVA 570.262.892-68
 762 PAULO EPONINO SANTOS 488.652.907-06
 768 PEDRO JACINTO LOPES 005.767.002-15
 772 NALDEMIR RICARDO DE LIMA FILHO 805.515.722-72
 775 MARIA SILVANA CASTILHO MAIA 566.988.602-04
 781 MARIA IZABEL ARAUJO SILVA 316.997.152-20
 782 MARIA ISABEL AVILA CHAVES 511.675.572-04
 783 MIREIA SANJIREZ DA SILVA 034.762.072-85
 787 MARCIA DA SILVA GOMES 999.726.202-63
 788 ANDRE JOAQUIM QUINTÃO DE OLIVEIRA 752.134.002-72
 790 FRANCISCO WANDERLEI RIBEIRO DA SILVA 349.229.542-87
 791 EMERSON SUAREZ ROCA 438.171.142-49
 794 SEBASTIANA APARECIDA GOMES DA SILVA 689.396.982-15
 802 JOÃO CARLOS ALVAREZ DURAN 745.344.672-49
 805 CLAUDIA CHOMA MASSAY 810.136.202-91
 809 RENATO DE OLIVEIRA SANTOS 325.882.912-87
 812 REGINALDO DA SILVA 179.947.212-49
 813 MATHIAS PEDROZO QUINTAO NETO 963.795.022-20
 815 DENILSON LUCINO ALVES 469.508.422-87
 821 MARIA HELENA GIL 615.570.482-15
 823 JOILCE ROSA GOMES 631.580.602-30
 828 MARCELO DE JESUS NEVES 002.476.442-69
 829 JOAS DE SOUZA SALVADOR 758.245.072-87
 831 CLAUDINA KARANTINO 035.834.062-49
 835 ODETE PEREIRA DE OLIVEIRA 006.957.282-88
 837 ROSANA AMARAL DOS SANTOS 021.482.092-05
 840 ADELAIDE PORTOCARRERO DANTAS 349.208.462-15
 841 TATIANA PILAR JUSTINIANO 678.854.112-49
 844 WANILZA FÉLIX RIBEIRO 385.708.662-91
 845 ROSALINA GOMES PANTOJA 350.224.502-91
 849 MARINA CACERES ARO 533.461.302-15
 852 ARTEMIA MERCADO BAZAN 485.972.522-00
 853 PATRÍCIA MONTEIRO DURAN 757.860.282-91
 859 MATHIAS MERCADO FILHO 285.810.752-15
 860 ROSÂNGELA ALVES DA COSTA 954.027.302-10
 862 SAMIA SANTOS DE LIMA 037.965.462-85
 864 MARIA MADALENA DORADO PEREIRA 479.044.612-34
 865 RUPERTO TORRES FILHO 285.771.162-04
 866 FRANCISCO PAULO SERGIO DA SILVA 537.627.892-15
 867 EMMAVILLEGAS DE MORAES 139.229.712-53
 868 ELIES PASSOS PARADA 179.946.672-87
 869 EDUARDA CHUMA CHANATO 113.441.802-72
 871 CRISTIANE FLORES MORENO 786.093.302-06
 875 JOSE CARLOS DE LIMA BENTES 526.757.002-82
 879 ROSANGELA SILVA ROMAN DO NASCIMENTO 349.252.442-72
 887 CEZÁRIO CAVIQUIONI 444.256.009-91
 890 JOANA ALEXANDRINO DO NASCIMENTO 899.560.012-87
 892 PEDRO AZZI FILHO 693.218.092-87
 894 MARIA DO CARMO GOMES 204.166.602-15
 895 EDSON DE SOUZA SALES 300.906.101-30
 900 ANA EDUARDA DA SILVA LIMA 967.078.102-78
 904 ERASMO RUIZ CRUZ 239.024.852-72
 906 KAREL ZAFIR CORDOVA ROJAS 535.802.812-91
 907 JULIA DURAN GUARICO 638.027.592-49
 914 FRANCISCO DORADO ANES 221.346.462-68
 915 LIDIANE PORFÍRIO DOS SANTOS 2056096277
 916 ERMOCILDE PEREIRA GOMES 286.741.622-15

918 FRANCISCA ESMERALDA THOMÉ DA SILVA 179.890.782-87
 919 JÚLIA DOS SANTOS TAPIA 085.495.242-04
 920 NAIZA MEIRELES GALVÃO 096.209.152-91
 922 FABRÍCIA SOARES NEVES 842.933.302-91
 925 SALETE SOUZA NAJAR 55967086234
 926 HELENIR DA SILVA 479.044.022-20
 927 FERNANDA XIMENES HOLANDA 702.572.642-72
 933 FELICIA XAINER SAUCEDO CHAU 534.406.092-00
 934 JORGE CUELLAR CHAVES 350.208.902-78
 935 ANGELO GUANICHAVA TABOZA JUNIOR 618.480.262-34
 936 ELIMAR QUINTÃO PIMENTEL 183.502.322-34
 937 MARCOS EGUIGENES CARTAGERRA 863.530.552-34
 938 MAURICIO DIAS DOS SANTOS 013.426.972-19
 943 IRANIDA FERREIRA DO NASCIMENTO 000.398.182-76
 945 MARIA IVANETE FERREIRA RUFINO 350.206.952-20
 946 MARILENE GOMES TRINDADE 349.386.642-91
 953 AGEU GUANACOMA TABOZA 784.702.002-59
 955 JOSÉ SIRILO DA SILVA 838551142-34
 956 MARIA IRACEMA GOMES 139.271.592-04
 957 WALKER RIBEIRO DA SILVA 162.780.462-53
 959 FRANCISCO FARIAS DA CRUZ LIMA 023.027.682-21
 962 TEREZINHA SOUZA RUFINO 349.227.922-87
 963 GERÔNIMA MELO DA COSTA 127.740.142-04
 964 SOLANGE MELO DE CARVALHO 286.770.642-49
 965 CLAUDINA MELO DA COSTA REBOUÇA 162.730.602-15

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se. Registre-se.

Porto Velho, 10 de março de 2015.

ROSANA CRISTINA VIEIRA DE SOUZA

Diretora Executiva da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos – SEAE

Secretaria de Estado da Saúde

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Processo nº 01-1712.01334-00/2013

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, nos autos do Processo Administrativo nº 01-1712.01334-00/2013, torna público o Pregão Eletrônico nº 383/2014/SUPEL/RO, tendo por objeto a Aquisição de Equipamentos Médicos Hospitalares (Refrator Manual de Greens, Tonômetro de Ampliação, Lente Ocular de 20 Dioptrias e outros) para Montagem do Consultório de Atendimento Básico oftalmológico do Hospital Regional de Cacoal - HRC - SESA, em favor da empresa: **MAGNA MEDICA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ: 05.922.811/0001-93, vencedora dos itens (01/02/03/07/08), totalizando o valor de R\$ **16.358,00** (Dezesseis Mil Trezentos e Cinquenta e Oito Reais). Conforme Despacho exarado pela SUPEL, acostado às fls. nº 317 a 318. Publique-se.

Porto Velho, 09 de Março de 2015.

WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 01-1712.00986-0000/2014

A Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, segundo os termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, nos autos do Processo Administrativo Nº **01-1712.00986-0000/2014**, torna público a dispensa de licitação, tendo por objeto aquisição de medicamentos para abastecimento das unidades de saúde (Farmácia-CEAF) do Estado, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis de acordo com os limites estabelecidos na Lei 8.666/93, em favor das empresas: **MEIZLER UCB BIOPHARMA S.A.**, CNPJ: 64.711.500/0003-86, vencedora do item (4) no valor de R\$ 3.542,00 (Três mil quinhentos e quarenta e dois reais), totalizando o valor de R\$ **3.542,00** (Três mil quinhentos e quarenta e dois reais). Parecer Jurídico nº 560/PGE/2014. Publique-se.

Porto Velho, 04 de março de 2015.

WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

AGEVISA

PORTARIA Nº 044/GAB/AGEVISA-RO
Porto Velho-RO, 02 de março de 2015.

A Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto nº. 16.219 de 26 de setembro de 2011. Conforme Memorando nº. 017/GAB/AGEVISA, datado de 27/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. – **SUSPENDER**, por interesse da Administração Pública o gozo de Férias regulamentar da servidora ALMERINDA RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 300103810, ocupante do cargo de Assessor de Controle Interno, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, exercendo suas atividades laborais no CI/GAB/AGEVISA-RO, do período de 01 a 30/03/2015, referente ao exercício de 2015, a ser usufruída em data oportuna.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.
Maria Arlete da Gama Baldez
Diretora-Geral/AGEVISA-RO

PORTARIA Nº. 045/GAB/AGEVISA-RO
Porto Velho-RO, 03 de março de 2015.

A Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto nº. 16.219 de 26 de setembro de 2011. Considerando o Memorando nº.066/NVE/GTVEP/AGEVISA-RO, datado de 02/03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. – **REMARCAR** o gozo das Férias da servidora SURLANGE FREIRE RAMALHAES, matrícula nº 300039262, ocupante do cargo de Aux. em Enfermagem, pertencente ao Quadro de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, exercendo suas atividades laborais no NVE/GTVEP/AGEVISA-RO, do período de 01 a 30/03/2015, para 01 a 30/12/2015, referente ao exercício de 2014.

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.
Maria Arlete da Gama Baldez
Diretora-Geral/AGEVISA-RO

PORTARIA Nº 046/GAB/AGEVISA-RO Porto Velho, 9 de março de 2015.

A Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – AGEVISA/RO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 333 de 27.12.2005, publicado no DOE nº 0426 de 02.01.2006 e suas alterações bem como o Decreto nº. 16.219 de 26 de setembro de 2011. Considerando os Memorandos nº 003/NCI/AGEVISA-RO, datado de 05/03/2015.

RESOLVE:

Conceder de acordo com o artigo 74, Lei nº. 8112/90, e cabendo as despesas ao Estado, de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, do Convênio nº. 006 de 22.5.2002, o **Adicional por Serviço Extraordinário**, aos servidores, abaixo-relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal do ex-Território Federal de Rondônia, lotado na Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO, referente ao mês de **FEVEREIRO/2015**.

ORD	NOME	MATRICULA	HORAS
01	David Garrett da Costa Batalha	300123046	34

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.
Maria Arlete da Gama Baldez
Diretora-Geral/AGEVISA-RO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 616/2015.

A Diretora Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA-RO torna público a quem possa interessar que considerando o PARECER Nº. 11/2015/ASSESSORIA JURÍDICA/AGEVISA-RO, de 04/03/2015, exarado no Processo Administrativo Nº. 01-1734-00887-0000/2014, e diante de toda a documentação comprobatória constante no processo em epígrafe, bem como da fundamentação supra HOMOLOGAÇÃO com base no Art. 4º, Inciso XXII, da Lei Federal Nº. 10.520/2002 e Art. 7º, Inciso I, do Decreto Estadual Nº. 12.234/06 o Pregão Eletrônico Nº. 616/2014, cujo objeto é: aquisição de Veículos, para atender vários programas de Saúde vinculados ao governo Federal e a Agência de Vigilância em Saúde de Rondônia no período de 12 (doze) meses conforme descrito no memorando (fls. 02,05 e 14), e Termo de Referência às fls. 29/54, em favor da empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 59.275.792/0001-50, apresentou a menor e melhor proposta no item 01, perfazendo um total de) R\$ 1.143.600,00(um milhão cento e quarenta e três mil e seiscentos reais) .

Porto Velho/RO, 04 de março 2015.
MARIA ARLETE DA GAMA BALDEZ
Diretora Geral da AGEVISA-RO

HBAP

PORTARIA Nº 034/GAD/GAB/HBAP, de 23 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE BASE “Dr. ARY PINHEIRO”, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº. 9.997, de 3 de julho de 2002, e disposições seguintes,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar n.68 de 9.12.92, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, lotados no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, referente ao mês de **Janeiro/2015**.

Servidor (a)	Cargo	Matrícula	H.
ADALTO FERREIRA BONFIM	Técnico em Enfermagem	300056004	42
ALANO MIRANDA PEREIRA	Técnico em Enfermagem	300069346	36
ALCINEI FERREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	300011879	36
ALDAIR FERREIRA DE ARAUJO	Técnico em Enfermagem	300034909	36
ALTAIZA ROQUE DA COSTA	Auxiliar em Enfermagem	300022344	36
ALTEMARCIO RIBEIRO FERREIRA E SILVA	Técnico em Laboratório	300068926	36
ALZIRA FRANCISCA DE OLIVEIRA	Auxiliar em Enfermagem	300001433	36
ANA AMELIA DE ARAUJO	Técnico em Serviços de Saúde	300001229	36
ANA LUCIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	Auxiliar em Enfermagem	300001998	36
ANA MARIA DE LUCENA CORRÊA	Técnico em Enfermagem	300073966	06
ANDERSON FRANÇA MOREIRA	Técnico em Enfermagem	300073515	24
ANEZIA IZEL CUSTODIO	Técnico em Enfermagem	300093357	24
ANGELICA MARIA RIBEIRO DE SOUZA	Agente em Ativ. Administrativas	300001157	36
ANTONIA NAZARIO DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	300015905	42
AUDENIR DE PAULA ANDRADE	Auxiliar de Serviços de Saúde	300044689	36
AUGUSTINHA DENAIDE DA SILVA BATISTA	Auxiliar em Enfermagem	300001685	36
BENTA MARIADA SILVA	Agente de Serviços Gerais	300043507	36
CACILDA NERY TORRES	Técnico em Reabilitação	300001519	36
CARLA ALESSANDRA FELÍCIO DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem	300099736	24
CLEIDEOMAR SALES DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	300056896	36
CONSUELIA CARNEIRO DE MELO	Auxiliar em Enfermagem	300028235	24
CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	300038964	42
CRISTINA GOMES DOS PASSOS	Técnico em Enfermagem	300062625	36
DAMARIS BORGES JIMENES FILHA	Técnico em Enfermagem	300046413	36
DAYANE DELIMA BASTOS	Técnico em Enfermagem	300073247	12
DORILMA ARAUJO DE ALBUQUERQUE	Técnico em Enfermagem	300001996	36
DUCINEIA DE JESUS OLIVEIRA DA SILVA	Técnico em Enfermagem	300062656	42
EDNA TEIXEIRA FERRAZ	Auxiliar em Enfermagem	300001982	42
ELEIDE RIBEIRO MIRANDA	Oficial de Manutenção	300001164	42
ELINE MARCELO DA SILVA SANTOS	Técnico em Serviços de Saúde	300002035	36
ELISANGELA BATISTA SOBRINHA	Técnico em Enfermagem	300120385	36
ELLEN BASTOS OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	300093166	36
ENEIDA TEIXEIRA COLARES	Auxiliar de Serviços Gerais	300022938	40
FRANCINETE DE SOUZA BARROSO SILVA	Técnico em Enfermagem	300099472	24
FRANKLIN CASTELO OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem	300022945	42
GERLANE TABOSA BRAGA	Técnico em Enfermagem	300120379	36
HILTANIA MARCIA DA SILVA CUELLAR	Técnico em Enfermagem	300073449	12
IZAURINA DA SILVA COSTA	Técnico em Serviços de Saúde	300044521	36
JESUINA DA SILVA	Auxiliar em Enfermagem	300028223	36
JEVANITA ALVES DE FRANCA	Técnico em Enfermagem	300034954	42
JOANA MOREIRA DE PAULA	Auxiliar de Serviços Gerais	300043647	36

JOSE OLINTO DE ANDRADE NETO	Técnico em Enfermagem	300062847	36
JOSENIER PEREIRA DA SILVA	Auxiliar em Enfermagem	300022502	24
JOSICLEIDE DE JESUS SILVA	Técnico em Enfermagem	300093478	36
KARIO JOHNE VILHENA DE MIRANDA	Auxiliar de Serviços Gerais	300022742	42
LETICIA DESMAREST DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem	300052760	36
LUCIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	300014783	40
LUCIANO DE BRITO OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais	300019921	36
LUZIA MEDEIROS LUCHINI	Agente em Ativ. Adm.	300001562	30
LUZINETE ASSUNCAO LOPES	Auxiliar de Serviços de Saúde	300001520	36
MALBA DE JESUS QUEIROZ PINHEIRO	Técnico em Enfermagem	300053540	24
MARCIA CRISTINA QUEIROZ DE PINHO	Técnico em Enfermagem	300062840	36
MARCIA NOBOA DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem	300062666	24
MARCIAREGINA COSTA E SILVA	Técnico em Enfermagem	300102800	24
MARCO SILVA LIMA	Agente de Serviços Gerais	300043582	40
MARCUS ROBERTO DA SILVA	Técnico em Enfermagem	300034770	36
MARIA CUSTODIO FERREIRA	Técnico em Enfermagem	300073463	12
MARIA DE FATIMA BATISTA SILVA	Técnico em Enfermagem	300069348	24
MARIA DE FATIMA PEREIRA	Enfermeiro	300001927	42
MARIA DE JESUS PAULO DE OLIVEIRA	Auxiliar em Enfermagem	300001470	36
MARIA DE LOURDES CORREA LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	300044323	36
MARIA DE LOURDES DA SILVA	Auxiliar em Enfermagem	300001451	36
MARIA EUNICE PEREIRA SILVA	Auxiliar de Serviços de Saúde	300044534	36
MARIA MADALENA BEZERRA DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais	300001255	36
MARIA MADALENA PEREIRA DA SILVA	Auxiliar em Enfermagem	300069575	42
MARIA NEUZA FREITAS MEIRELES	Auxiliar de Serviços Gerais	300001675	24
MARIA OZEBIA NASCIMENTO MAGALHAES	Auxiliar em Enfermagem	300001254	36
MARIANGELA GOMES BELARMINO	Auxiliar em Enfermagem	300057506	24
MARICILDA DOS SANTOS PINHEIRO	Técnico em Enfermagem	300093077	36
MARLENE BATISTA FONSECA	Técnico em Enfermagem	300002007	24
MARILENE FERREIRA DE OLIVEIRA ALVES	Técnico em Enfermagem	300068954	12
MARY ESPIRITO SANTO PARENTE	Auxiliar em Enfermagem	300043488	36
MILENA BECKER DA SILVA SANTANA	Técnico em Enfermagem	300046543	24
MIRLANE FRANÇA SOBRINHO	Técnico em Enfermagem	300102108	36
NATALIA GONÇALVES SANTOS	Enfermeiro	300102125	42
NESTOR RAIMUNDO DE OLIVEIRA	Oficial de Manutenção	300043733	36
NEUMA ALVES DA ROCHA	Oficial de Manutenção	300002063	30
ORLANDINA DA SILVA ARAUJO	Auxiliar em Enfermagem	300001429	36
PATRICIA FERNANDA DE SOUZA SENAPIMENTEL	Enfermeiro	300034778	36
RAUL JOSE DE SOUZA	Auxiliar em Enfermagem	300034869	42
RITA DE FATIMA SILVA	Auxiliar em Enfermagem	300022566	36
ROSA DE MENEZES CAMPOS	Auxiliar de Serviços Gerais	300001268	36
ROSANGELA ADRIANE SOUZA DA CRUZ	Técnico em Enfermagem	300096128	24
ROSE SOUZA LIMA	Técnico em Enfermagem	300073246	24
ROSANE CASSARO	Técnico em Enfermagem	300099463	36
ROSILEI PEREIRA DE ASSIS SOUZA	Técnico em Enfermagem	300104462	36
ROSYMAR PEREIRA RODRIGUES	Técnico em Enfermagem	300044198	36
ROZINEIA VIDAL PINHEIRO DE SOUZA	Auxiliar em Enfermagem	300021476	24
SELMA ALVES DE SOUSA	Técnico em Serviços de Saúde	300022567	42
SUELEN FEITOSA PRATA CUNHA	Técnico em Enfermagem	300094099	24
THAIS CAPELLI DE CAMPOS	Enfermeiro	300126223	12
VALDELICE SENE ROCHA	Auxiliar em Enfermagem	300022404	36
VALQUIRIA NUNES DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	300044219	42

Nilson Cardoso Paniágua
Diretor Geral/HBAP

PORTARIA Nº 035/GAD/GAB/HBAP, de 23 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE BASE “Dr. ARY PINHEIRO”, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº. 9.997, de 3 de julho de 2002, e disposições seguintes,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Artigo 74 da Lei n. 8.112/90, e cabendo as despesas ao Estado de acordo com a Cláusula terceira, item 3.3, Convênio n. 006 de 22.5.2002, o **Adicional de Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal em extinção do ex-Território Federal de Rondônia, lotados no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, referente ao mês de **Janeiro/2015**.

Servidor (a)	Cargo	Matrícula	Siape	H
JORGE ANTONIO ROJAS	Agente Administrativo	300052349	695542	36
LELIO OLIVEIRA DE MELO	Agente Administrativo	300052346	694798	36
MARIA ALVINHA DOS SANTOS	Aux. de Op. de Serv. Diversos	300052358	694223	36
MARIA DO NASCIMENTO DE SOUZA	Aux. de Op. de Serv. Diversos	300052292	693802	36
MARIA NENCY DE ARAUJO ROCHA	Enfermeiro	300039351	703248	36
MAURICIO TOBIAS DE SOUZA	Agente Administrativo	300068200	704100	30
SEBASTIANA MARIA DA SILVA	Aux. de Op. de Serv. Diversos	300060609	694854	36
WALDA DANTAS MESQUITA	Aux. de Op. de Serv. Diversos	300052287	695617	36

Nilson Cardoso Paniágua
Diretor Geral/HBAP

PORTARIA Nº 036/GAD/GAB/HBAP, de 23 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR GERAL DO HOSPITAL DE BASE “Dr. ARY PINHEIRO”, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o disposto no art. 60 do Decreto Estadual nº. 9.997, de 3 de julho de 2002, e disposições seguintes,

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Artigo 92, Lei Complementar n.68 de 9.12.92, o **Adicional por Serviços Extraordinários**, aos servidores abaixo relacionados, exercendo atividades no Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, lotados na Secretaria de Estado da Saúde, referente ao mês de **Janeiro/2015**.

Servidor (a)	Cargo	Matrícula	H
DARLENE SEIXAS ZEED	Técnico em Enfermagem	300122034	24
FABIANA SANTOS FREITAS	Técnico em Enfermagem	300124978	24
FRANCISCO DO NASCIMENTO LEITE	Técnico em Enfermagem	300125032	12
JOCIANE MENEZES FERREIRA	Técnico em Enfermagem	300121360	24
LEYDE CONTI MARIÁLVIA	Técnico em Enfermagem	300121225	24
MARIA SOUSA SILVA	Técnico em Enfermagem	300125785	12
NILZETE BARROS AQUINO LEITE	Técnico em Enfermagem	300121532	24
OZANIR SILVA DE QUEIROZ	Técnico em Enfermagem	300125929	36
ROSEMARY DIAS DA SILVA	Técnico em Enfermagem	300129567	36
ROSANA DE JESUS BRITO FRAZÃO	Técnico em Enfermagem	300128225	36
RUTE MACHADO ALMEIDA	Técnico em Enfermagem	300129503	36
SOLANGE BARBOZA PEDRAZA	Técnico em Enfermagem	300125933	24
SUZANA PAULA BARBOSA	Técnico em Enfermagem	300121529	36

Nilson Cardoso Paniágua
Diretor Geral/HBAP

EDITAL N.º 002/CETAS/SESAU, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

A Direção Geral do Centro de Educação Técnico Profissional na Área de Saúde – CETAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 1339, de 20 de maio de 2004, resolve prorrogar até **16/03/2015**, o período de inscrição do Processo Seletivo Simplificado que objetiva a contratação de **Serviço para Atividades de Instrutoria e Tutoria** para execução do Curso de Qualificação: **I Etapa Formativa para o Agente Comunitário de Saúde**, no município de **Ji-PARANÁ/RO**, por não ter preenchido o nº de vagas constantes do Edital nº. 001/CETAS/SESAU de 24 de fevereiro de 2015, conforme Anexo Único deste Edital:

Porto Velho-RO, 10 de março de 2015.

SANDRA BORGES MORAES
Diretora Geral - Respondendo

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA PREVISTO E LOCAIS DE INSCRIÇÃO

ATIVIDADES	DATAS PREVISTAS
Divulgação do Edital	24 a 25/02/2015
Inscrições na sede do CETAS, Av. Rafael Vaz e Silva, 3047, Bairro Liberdade- Porto Velho-RO	26/02/2015 a 16/03/2015 (das 08h às 16h) exceto às sextas-feiras, das 08h às 13h
Inscrições em Ji-Paraná – Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Atenção Básica SEMUSA: Av. Menezes Filho n. 2460, Bairro 2 de Abril – Ji-Paraná/RO.	26/02/2015 a 16/03/2015 De segunda a quinta feira das 07:30 às 12:00 e das 14:00 às 17:30h Às sextas-feiras: das 07:30h as 13:30h
Análise de Currículos e Títulos	19 a 20/03/2015
Divulgação do Resultado Final	24/03/2015
Prazo para entrega dos Recursos	25 a 26/03/2015
Homologação do Resultado Final	30/03/2015
Previsão para Orientações Pedagógicas do CETAS	abril/2015

PORTARIA Nº. 20 GAB/CETAS Porto Velho (RO), 10 de março de 2015.

A DIRETORA GERAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL DA ÁREA DE SAÚDE – CETAS, no uso de suas atribuições legais, e conforme consta dos Editais nº. 001 e 002/CETAS/SESAU/2015, e Port. 002 GAB/CETAS/2015,

RESOLVE:

PRORROGAR até 16/03/2015, o período para os trabalhos da **Comissão de Recebimento de Currículos e Títulos** dos candidatos que se inscreverem no Processo Seletivo Simplificado, objetivando a contratação de Serviço para Atividades de Instrutoria e Tutoria para a execução do **Curso** de Qualificação: I Etapa Formativa para o Agente Comunitário de Saúde, para o município de **Ji-Paraná/RO**:

NOME

André Felipe Sousa Santos
Danusi Freitas dos Anjos
Francielde dos Santos Araújo
Joelma Rosária da Silva
Karolina Teixeira Terim

FUNÇÃO

Presidente
Membro
Membro
Membro
Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

SANDRA BORGES MORAES
Diretora Geral - Respondendo

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

ORGAO : 17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

EXERCICIO : 2014

REFERENCIA : DEZEMBRO:

ANEXO 01 DA LEI 4.320/64

09/03/2015

FOLHA: 1

R E C E I T A

D E S P E S A

RECEITAS CORRENTES	R\$	DESPESAS CORRENTES	R\$
RECEITA TRIBUTARIA	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.284.513,03
RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	JUROS E ENC. DA DIVIDA	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	980.206,11
RECEITA AGROPECUARIA	0,00		2.264.719,14
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		
RECEITA DE SERVICOS	0,00		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		
RECEITA INTRA ORCAMENTARI	0,00		
DEDUCOES P/FORM. FUNDEF	0,00		0,00
DEFICIT DO ORCAMENTO CORRENTE			2.264.719,14
SUB-TOTAL		SUB-TOTAL	2.264.719,14
RECEITAS DE CAPITAL		DESPESAS DE CAPITAL	
OPERACOES DE CREDITO	0,00	INVESTIMENTOS	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM.	0,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00
SUB-TOTAL		SUB-TOTAL	0,00
TOTAL		TOTAL	2.264.719,14

R E S U M O

RECEITA

DESPESA

RECEITAS E DESPESAS CORRENTES	0,00	2.264.719,14
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
SUB-TOTAL	0,00	2.264.719,14
DEFICIT ORCAMENTARIO	2.264.719,14	0,00
TOTAIS	2.264.719,14	2.264.719,14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

EXERCICIO : 2014 REFERENCIA : DEZEMBRO :
ANEXO 02 DA LEI 4.320/64 09/03/2015 FOLHA :

ORGAO 17.033 CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

CODIGO	DESCRICAO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		2.264.719,14
3.1.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.284.513,03
3.1.90.00	APLICACOES DIRETAS	1.217.256,72	
3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	75.106,38	
3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.118.942,08	
3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	21.253,65	
3.1.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.954,61	
3.1.91.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS ENTIDAD	67.256,31	
3.1.91.13	OBRIGACOES PATRONAIS	67.256,31	
3.3.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		980.206,11
3.3.90.00	APLICACOES DIRETAS	980.206,11	
3.3.90.14	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	75.440,00	
3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	40.617,70	
3.3.90.35	SERVICOS DE CONSULTORIA	23.489,30	
3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	104.358,99	
3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	674.399,84	
3.3.90.49	AUXILIO TRANSPORTE	37.637,60	
3.3.90.93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	24.262,68	
TOTAL DO ORGAO			2.264.719,14
TOTAL GERAL			2.264.719,14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

EXERCICIO : 2014

REFERENCIA : DEZEMBRO :

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

ANEXO 2A2 DA LEI 4.320/64

09/03/2015 FOLHA : 1

17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

CODIGO DA DESPESA	ESPECIFICACAO	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	CATEGORIA ECONOMICA
3.0.0.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	2.264.719,14
3.1.0.0.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	1.284.513,03	0,00
3.1.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	0,00	1.217.256,72	0,00	0,00
3.1.9.0.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	75.106,38	0,00	0,00	0,00
3.1.9.0.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	1.118.942,08	0,00	0,00	0,00
3.1.9.0.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	21.253,65	0,00	0,00	0,00
3.1.9.0.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL C	1.954,61	0,00	0,00	0,00
3.1.9.1.00.00	APLIC.DIR.DECOR.OPER.CRED. ORG.FUNDOS	0,00	67.256,31	0,00	0,00
3.1.9.1.13.00	OBRIGACOES PATRONAIS	67.256,31	0,00	0,00	0,00
3.3.0.0.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	980.206,11	0,00
3.3.9.0.00.00	APLICACOES DIRETAS	0,00	980.206,11	0,00	0,00
3.3.9.0.14.00	DESPESA DE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	75.440,00	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	40.617,70	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.35.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	23.489,30	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.36.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA	104.358,99	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.39.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA J	674.399,84	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.49.00	AUXILIO TRANSPORTE	37.637,60	0,00	0,00	0,00
3.3.9.0.93.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	24.262,68	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA

EXERCICIO : 2014

REFERENCIA : DEZEMBRO :

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DA UNIDADE ORCAMENTARIA DISCRIMINADA POR ELEMENTO

ANEXO 2A2 DA LEI 4.320/64

09/03/2015 FOLHA : 2

17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

RESUMO

DESPESAS CORRENTES :

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	:	1.284.513,03		
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	:	0,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	:	980.206,11	TOTAL DO GRUPO :	2.264.719,14

DESPESAS DE CAPITAL :

INVESTIMENTOS	:	0,00		
INVERSOES FINANCEIRAS	:	0,00		
AMORTIZACAO DA DIVIDA	:	0,00		
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	:	0,00		
RESERVA DE CONTINGENCIA	:	0,00	TOTAL DO GRUPO :	0,00

DESPESA TOTAL	:			2.264.719,14
---------------	---	--	--	--------------

EXERCÍCIO: 2014
REFERENCIA: DEZEMBRO:

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
ANEXO 06 DA LEI 4.320/64
PROGRAMA DE TRABALHO

DATA EMISSÃO: 09/03/2015
HORA EMISSÃO: 15:21:09
PÁGINA:

ORGAO	17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE			
UO	17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE			
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETO	ATIVIDADE	OPERACAO ESPECIAL	TOTAL
10	SAUDE		2.264.719,14		2.264.719,14
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		1.804.292,40		1.804.292,40
10.122.1015	GESTAO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECU		1.804.292,40		1.804.292,40
10.122.1015.2087	ASSEGURAR A MANUTENCAO ADMINISTRATIV		646.143,47		646.143,47
10.122.1015.2091	ATENDER A SERVIDORES COM AUXILIOS		61.900,28		61.900,28
10.122.1015.2234	ASSEGURAR A REMUNERACAO DE PESSOAL A		1.096.248,65		1.096.248,65
10.363	ENSINO PROFISSIONAL		460.426,74		460.426,74
10.363.1277	MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA		460.426,74		460.426,74
10.363.1277.2070	GESTAO DE PESSOAS		460.426,74		460.426,74
	TOTAL DA U.O.		2.264.719,14		2.264.719,14
	TOTAL DO ORGAO		2.264.719,14		2.264.719,14
	TOTAL GERAL		2.264.719,14		2.264.719,14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
PROGRAMA DE TRABALHO DE GOVERNO
DEMONSTRATIVO DE FUNCAO/SUBFUNCAO/PROGRAMA POR PROJETO/ATIVIDADE/OPERACAO ESPECIAL

EXERCICIO: 2014
ANEXO 07 DA LEI 4.320/64
REFERENCIA: DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 1

ORGAO : 17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETO	ATIVIDADE	OPERACAO ESPECIAL	TOTAL
10	SAUDE		2.264.719,14		2.264.719,14
10.122	ADMINISTRACAO GERAL		1.804.292,40		1.804.292,40
10.122.1015	GESTAO ADMINISTRATIVA DO PODER EXEC		1.804.292,40		1.804.292,40
10.363	ENSINO PROFISSIONAL		460.426,74		460.426,74
10.363.1277	MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA		460.426,74		460.426,74
	TOTAL		2.264.719,14		2.264.719,14
	TOTAL GERAL		2.264.719,14		2.264.719,14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNCOES, SUBFUNCAO E PROGRAMAS
CONFORME VINCULO COM OS RECURSOS
17033 CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

EXERCICIO: 2014
ANEXO 08 DA LEI 4.320/64
REFERENCIA:
09/03/2015 FOLHA:

ORGAO	17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE			
UO	17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE			
CODIGO		ESPECIFICACAO	ORDINARIO	VINCULADO	TOTAL
10		SAUDE	2.264.719,14		2.264.719,14
10.122		ADMINISTRACAO GERAL	1.804.292,40		1.804.292,40
10.122.1015.		GESTAO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECU	1.804.292,40		1.804.292,40
10.363		ENSINO PROFISSIONAL	460.426,74		460.426,74
10.363.1277.		MODERNIZACAO DA GESTAO PUBLICA	460.426,74		460.426,74
		TOTAL DA U.O.	2.264.719,14		2.264.719,14
		TOTAL GERAL	2.264.719,14		2.264.719,14

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 1

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME !	LEGISLATIVA !	JUDICIARIA !	ESSENCIAL A !	ADMINISTRACAO !
				JUSTICA !	
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 2

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO	NOME	DEFESA NACIONAL	SEGURANCA PUBLICA	RELACOES EXTERIORES	ASSISTENCIA SOCIAL
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 3

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME !	PREVIDENCIA !	SAUDE !	TRABALHO !	EDUCACAO !
		SOCIAL !			
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	0,00	2.264.719,14	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	2.264.719,14	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 4

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME !	CULTURA !	DIREITOS DA !	URBANISMO !	HABITACAO !
			CIDADANIA !		
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 5

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME	!	SANEAMENTO	!	GESTAO AMBIENTAL !
		!		!	CIENCIA E !
					TECNOLOGIA !
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE		0,00		0,00
					0,00
	TOTAL		0,00		0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 6

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME	!	ORGANIZACAO	!	INDUSTRIA !
		!	AGRARIA	!	COMERCIO E !
					SERVICOS !
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE		0,00		0,00
					0,00
	TOTAL		0,00		0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ORGAOS E FUNCOES

EXERCICIO : 2014
ANEXO 9 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 7

ORGAOS		FUNCOES			
CODIGO !	NOME	!	ENERGIA	!	TRANSPORTE !
		!		!	DESPORTO E !
					LAZER !
17.033	CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE		0,00		0,00
					0,00
	TOTAL		0,00		0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDONIA
COMPARATIVO DA RECEITA ORCADA COM A ARRECADADA

EXERCICIO : 2014
ANEXO 10 DA LEI 4.320/64

REFERENCIA : DEZEMBRO:
09/03/15 FOLHA: 1

ORGAO : 17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE
GESTAO : 17033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

CODIGO DA	TITULOS	RECEITA		DIFERENCA	
RECEITA		ORCADA	ARRECADADA	PARA MAIS	PARA MENOS
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.220.000,00			1.220.000,00
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.220.000,00			1.220.000,00
1.3.2.0.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.220.000,00			1.220.000,00
1.3.2.5.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.220.000,00			1.220.000,00
1.3.2.5.01.00	REMUNERACAO DE DEP. DE RECURSOS VIN	1.053.000,00			1.053.000,00
1.3.2.5.01.99	= RECEITA DE REM.DE OUT.DEPOS.BANC.	1.053.000,00			1.053.000,00
1.3.2.5.02.00	REMUNER.DE DEPOSITO DE RECURSOS NAO	167.000,00			167.000,00
1.3.2.5.02.99	REMUNER.DE OUTROS DEP. DE REC. NAO	167.000,00			167.000,00
TOTAL DO ORGAO		1.220.000,00	0,00		1.220.000,00
T O T A L		1.220.000,00	0,00		1.220.000,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA A NÍVEL DE GRUPO DE DESPESA

EXERCÍCIO: 2014
ANEXO 11 DA LEI 4.320/64

REFERÊNCIA: DEZEMBRO:
09/03/2015 FOLHA: 1

	-----> DESPESA AUTORIZADA <-----		-----> DESPESA REALIZADA <-----				
	DOTACAO INICIAL	CREDITO ESPECIAL				DIFERENÇAS	
	CRED. SUPLEMEN.	CREDITO EXTRAOR.	TOTAL	CREDITO UTILIZADO	CREDITO ESPECIAL	TOTAL	
	CRED. ANULADO						
ORGAO: 17.033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE							
30 DESPESAS CORRENTES							
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.708.793,00		1.708.793,00	1.284.513,03		1.284.513,03	424.279,97
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.152.284,84		1.152.284,84	980.206,11		980.206,11	172.078,73
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2.861.077,84		2.861.077,84	2.264.719,14		2.264.719,14	596.358,70
40 DESPESAS DE CAPITAL							
44 INVESTIMENTOS	260.000,00		260.000,00				260.000,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	260.000,00		260.000,00				260.000,00
TOTAL DO ORGAO: 17.033	3.121.077,84		3.121.077,84	2.264.719,14		2.264.719,14	856.358,70

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

UNIDADE GESTORA: 170033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAU
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO: ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 15:35:59
DATA EMISSÃO: 09/03/2015

	Saldo Exercício		Pagamento		Saldo para Exercício
Títulos	Anterior(a)	Inscrição(b)	Cancelamento(c)	Reclassificação(d)	Seguinte(e)
Restos a pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	412,16	21.067,73	0,00	-412,16	21.479,89
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	0,00	0,00	0,00	412,16	0,00
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	58.717,02	11.064,10	58.717,02	0,00	11.064,10
Restos a Pagar Não Processados de Exercício	2.926,20	0,00	0,00	0,00	2.926,20
Subtotal	62.055,38	32.131,83	58.717,02	0,00	35.470,19
	Saldo Exercício				Saldo para Exercício
Títulos	Anterior(a)	Retenções(b)	Recolhimento(c)	Reclassificação(d)	Seguinte(e)
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	756,00	124.971,19	124.971,19	0,00	756,00
Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00	64.330,68	64.330,68	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	1.801,18	119.829,26	119.829,26	0,00	1.801,18
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Municíp	298,46	21.953,81	21.953,81	0,00	298,46
Subtotal	2.855,64	331.084,94	331.084,94	0,00	2.855,64
Total Geral	64.911,02	363.216,77	389.801,96	0,00	38.325,83

UNIDADE GESTORA: 170083 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE

HORA EMISSÃO: 15:28:32

MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO:

DATA EMISSÃO: 09/03/2015

ANO REFERÊNCIA: 2014

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO

Ingressos			Despesas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	0,00	0,00	Despesa Orçamentária	2.264.719,14	2.002.327,71
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	1.894.292,40	1.766.186,95
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	460.426,74	236.140,76
Convênios	0,00	0,00	Convênios	0,00	0,00
Cota-Parte-Educação	0,00	0,00	Cota-Parte-Educação	0,00	0,00
Sistema Único de Saúde	0,00	0,00	Sistema Único de Saúde	460.426,74	236.140,76
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	0,00	0,00	Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transf. Financeira Recebida e Demais Ingressos	2.763.298,53	3.425.097,00	Transf. Financeiras Concedidas e Demais Despesas	0,00	0,00
Cotas recebidas	0,00	0,00	Cotas Concedidas	0,00	0,00
Repasse recebidos	2.075.086,01	3.064.952,92	Repasse Concedidos	0,00	0,00
Recursos arrecadados recebidos/interos	628.202,52	380.084,08	Recursos arrecadados concedidos/interos	0,00	0,00
Correspondência de débitos	0,00	0,00	Correspondência de Crédito	0,00	0,00
Transferências voluntárias	0,00	0,00	Transf. Concedidas Indep. Exerc. Orçamentário	0,00	0,00
Transferências recebidas entre UG/Órgão	0,00	0,00	Precatórios TJ	0,00	0,00
Ganhos com desin. de passivo financeiro	0,00	0,00	Devolução de Transferências Recebidas	0,00	0,00
Cota vinculada J.R.	0,00	0,00	Transferências Concedidas entre UG/Órgão	0,00	0,00
Variação patrimonial financeira	0,00	0,00	Movimento de Fundos a Crédito	0,00	0,00
			Perdas Financeiras	0,00	0,00
			Valores Diferidos	0,00	0,00
			Perdas de Investimentos Temporários	0,00	0,00
			Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Recebimentos extraordinários	2.763.897,25	4.864.780,92	Pagamentos Extraorçamentários	2.763.482,44	4.846.370,39
Inscrição RPP do Exercício	21.067,73	412,16	RPP pagos exercício anterior	0,00	40.943,19
Inscrição RPP do Exercício	11.064,10	58.717,02	RPP pagos do exercício anterior	58.717,02	0,00
Valores restituíveis - retenção	331.084,94	280.487,03	RPP pagos de exercícios anteriores	0,00	0,00
Haveres financeiros	2.400.680,48	4.524.004,71	RPP pagos de exercícios anteriores	0,00	725,00
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	1.160,00	Valores Restituíveis - Recolhimento	331.084,94	280.877,49
Ingressos diferidos	0,00	0,00	Haveres Financeiros	2.398.680,48	4.523.624,71
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	9.733.888,08	8.292.737,66	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	10.147.852,28	9.733.888,08
TOTAL	15.201.053,86	16.582.556,18	TOTAL	15.201.053,86	16.582.556,18

UNIDADE GESTORA: 170033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAU
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO:
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 15:26:44
DATA EMISSÃO: 09/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	-1.220.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	-1.220.000,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	-1.220.000,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Divers	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	-1.220.000,00
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	1.220.000,00	1.220.000,00	0,00	-1.220.000,00
DÉFICIT (IV)	1.575.537,00	1.901.077,84	2.264.719,14	363.641,30
TOTAL (V)=(III + IV)	2.795.537,00	3.121.077,84	2.264.719,14	-856.358,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada(e)	Despesas Empenhadas(f)	Despesas Liquidadas(g)	Despesas Pagas (h)	Saldo (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	2.477.684,00	2.861.077,84	2.264.719,14	2.253.655,04	2.232.587,31	596.358,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.598.793,00	1.708.793,00	1.284.513,03	1.284.513,03	1.284.513,03	424.279,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	878.891,00	1.152.284,84	980.206,11	969.142,01	948.074,28	172.078,73
DESPESAS DE CAPITAL	317.853,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
INVESTIMENTOS	317.853,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	2.795.537,00	3.121.077,84	2.264.719,14	2.253.655,04	2.232.587,31	856.358,70
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	2.795.537,00	3.121.077,84	2.264.719,14	2.253.655,04	2.232.587,31	856.358,70
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	2.795.537,00	3.121.077,84	2.264.719,14	0,00	0,00	856.358,70
TOTAL				2.253.655,04	2.232.587,31	

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	58.717,02	58.717,02	58.717,02	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	58.717,02	58.717,02	58.717,02	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	58.717,02	58.717,02	58.717,02	0,00	0,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	2.926,20	412,16	0,00	0,00	3.338,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.926,20	412,16	0,00	0,00	3.338,36
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.926,20	412,16	0,00	0,00	3.338,36

UNIDADE GESTORA: 170033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAU
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO:
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 15:34:02
DATA EMISSÃO: 09/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL

		Exercício Atual	Exercício Anterior			Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		10.273.415,86	9.839.474,87	PASSIVO CIRCULANTE		27.261,73	6.194,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.147.852,28	9.733.858,08	Pessoal a Pagar		0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Valores Restituíveis		0,00	0,00	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz		24.406,09	3.338,36
Demais Créditos a Curto Prazo		8.760,00	10.260,00	Obrigações Fiscais a CP		0,00	0,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo		0,00	0,00	Obrig de Repartição a outros Entes		0,00	0,00
Estoques		116.803,58	95.356,79	Valores Restituíveis		2.855,64	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Apropriações de Curto Prazo		0,00	0,00
				Demais Obrigações de Curto Prazo		0,00	2.855,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE		773.868,76	773.868,76	PASSIVO NAO-CIRCULANTE		0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo				Pessoal a Pagar		0,00	0,00
Créditos a Longo		0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos LP		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP		0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP		0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00	Demais Obrigações de Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	Resultado Diferido		0,00	0,00
Participações Permanentes		0,00	0,00				
Demais Investimentos Permanentes		0,00	0,00	TOTAL PASSIVO		27.261,73	6.194,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00				
Imobilizado		773.868,76	773.868,76				
Bens Moveis		773.868,76	773.868,76				
Bens Imoveis		0,00	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual		Exercício Anterior
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.		0,00	0,00				
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Intangível		0,00	0,00	Adiant P/ Futuro Aumento de Capita		0,00	0,00
Softwares		0,00	0,00	Reservas de Capital		0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.		0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis		0,00	0,00	Reservas de Lucros		0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada		0,00	0,00	Demais Reservas		0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável		0,00	0,00	Resultados Acumulados			
				Superavit/Déficits do Exercício		471.090,28	1.528.151,71
				Superáv/Défic de Exerc Anter		10.607.149,63	9.077.837,92
				Ajustes de exerc anteriores		-58.217,02	1.160,00
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.020.022,89	10.607.149,63
TOTAL >>>>		11.047.284,62	10.613.343,63	TOTAL >>>>		11.047.284,62	10.613.343,63
ATIVO FINANCEIRO		10.147.852,28	9.733.858,08	PASSIVO FINANCEIRO		38.325,83	64.911,02
ATIVO PERMANENTE		899.432,34	879.485,55	PASSIVO PERMANENTE			
				SALDO PATRIMONIAL		11.008.958,79	10.548.432,61
Compensações							
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
Exercício		Exercício		Exercício		Exercício	
Atual		Anterior		Atual		Anterior	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
Diárias Concedid(Pendente Prest Con		500,00	0,00			0,00	0,00
TOTAL		500,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA							
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL							
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		10.109.526,45					
Ordinária		50.994,65					
Vinculado		10.058.531,80					
SISTEMA UNICO DE SAUDE		10.058.531,80					

UNIDADE GESTORA: 170033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAUDE
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO:
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 15:36:43
DATA EMISSÃO: 09/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	628.202,52	0,00
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	628.202,52	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	628.202,52	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00
DESEMBOLSO	2.232.587,31	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	2.232.587,31	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00
JUDICIARIA	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	0,00	0,00
ADMINISTRACAO	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	0,00	0,00
RELACOES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAUDE	2.232.587,31	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCACAO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITACAO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTAO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIENCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00
COMERCIO E SERVICOS	0,00	0,00
COMUNICACOES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
A DEFINIR	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	- 1.604.384,79	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	- 1.604.384,79	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	9.733.858,08	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.129.473,29	0,00

UNIDADE GESTORA: 170033 - CENTRO EDUCACAO TEC PROFIS. DA AREA DE SAU

HORA EMISSÃO: 15:34:59

MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO:

DATA EMISSÃO: 09/03/2015

ANO REFERÊNCIA : 2014

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.703.298,53	3.425.037,60
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	2.703.298,53	3.425.037,60
Transferências Intragovernamentais	2.703.298,53	3.425.037,60
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.232.208,25	1.896.885,89
Pessoal e Encargos	1.346.413,31	1.121.799,33
Remuneração a Pessoal	1.180.221,99	971.936,79
Encargos Patronais	104.291,04	85.754,97
Benefícios a Pessoal	61.900,28	64.107,57
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	17,58
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	17,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	885.794,94	774.877,44
Uso de Material de Consumo	19.170,91	20.943,00
Serviços	866.624,03	753.934,44
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	191,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	191,54
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedida	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Resultado Patrimonial do Período	471.090,28	1.528.151,71

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

(decorrentes da execução orçamentária)

Incorporação de ativo	0,00	39.602,92
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

SEPAZ

PROCESSO: 01-1707-00.0008/2014

INTERESSADO: SEPAZ

ASSUNTO: Contratação de Entidade para aquisição de vagas Teraupética.

TERMO DE RECONHECIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DE DESPESA.

Considerando as disposições contidas no Art. 2º do Decreto nº 5459 de 11 de fevereiro de 1992; Considerando as disposições contidas no Decreto 19.343 de 27 de novembro 2014, Artigo 1º; o qual define datas limites para o encerramento do exercício financeiro de 2014;

Considerando que as notas fiscais referente aos meses de novembro e dezembro não chegaram e em tempo hábil na Coordenadoria de Administração e finanças, para emissão do Documento de Liquidação, conforme se verifica a as fls. 524 e 592;

Considerando que as notas de empenhos foram canceladas pela SEPOG, conforme Nota de Empenho fls. 639;

Considerando que se trata de despesa continuada conforme **Contrato 073/Pge/2014**;

Considerando que não houve por parte dos Ordenadores de Despesa da **SEPAZ** a vontade em infringir ou burlar a legislação realizando despesa sem prévio empenho, até porque, a intenção do legislador quando da exigência do prévio empenhamento ocorre para se evitar o descontrole orçamentário, o não foi o caso, uma vez que a mesma consta na Lei Orçamentária Anual;

Pelo presente instrumento, **RECONHECO E HOMOLOGO a despesa em favor da Empresa: Casa Família Roseta**, no valor total de **R\$ 23.743,84** (vinte e três mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos), referente aos meses novembro e dezembro/2014

Porto Velho, 20 de fevereiro de 2015.

Thiago Leite Flores Pereira
Superintendente Estadual de
Promoção da Paz

Secretaria de Estado da Educação**TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64 e, considerando os termos do Parecer nº 005/GCI/2015 às fls. 549 a 550 do Processo Administrativo nº 01.1601.06091-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pela Servidora Gislene Soares

da Cruz pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Cerejeiras – RO, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil Reais), referente à concessão normal e/ou Proafi, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 16.558/2012, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 09 de março de 2015

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64 e, considerando os termos do Parecer nº 010/GCI/2015 às fls. 367 a 368 do Processo Administrativo nº 01.1601.05545-0000/2013, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pela Servidora Gislene Soares da Cruz pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Cerejeiras – RO, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil Reais), referente à concessão normal e/ou Proafi, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 16.558/2012, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 09 de março de 2015

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64 torna público para conhecimento dos interessados que, considerando os termos do Parecer nº 06/GCI/2015 às fls. 214 a 215, Processo Administrativo nº 01.1601.05696-0000/2013, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de

Suprimento de Fundos apresentada pela Servidora Maria Roos de Castro, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de São Francisco – RO, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), referente à concessão normal e/ou Proafi, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 16.558/2012, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 09 de março 2015

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, considerando a Informação nº 63/GCI/Seduc/2015, Pagamento de Despesa, da Gerência de Controle Interno, folhas 346/348; o Termo de recebimento dos serviços, folha 342; o Relatório de acompanhamento e fiscalização dos serviços, folha 343; a Justificativa e o Despacho da Coordenadora Administrativa e Financeira - Coaf/Seduc, folhas 358/359; a vigência do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 146/PGE/2013, folha 298; a Nota de Empenho nº 2015NE00438, folha 357; e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 01-1601.01776-00/2013, que tem como objeto o pagamento da diferença referente ao reajuste do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 146/PGE-2013, da locação do imóvel onde funciona o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA Vale do Guaporé, situado na avenida Sete de Setembro, nº 661, Centro, no município de Seringueiras - RO, HOMOLOGA a despesa em favor de Glória Cristina Torres, CPF nº 662.403.012-72, no valor total de R\$ 289,04 (duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos), referente ao período de 08 a 30 de outubro e os meses de novembro e dezembro de 2014.

Porto Velho, 09 de março de 2015.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, considerando a Informação nº 59/GCI/Seduc/2015 - Pagamento da Despesa, da Gerência de Controle Interno-GCI/Seduc, fls. 146/147; o Termo de Recebimento dos Serviços, fl. 138; o Relatório de Acompanhamento e

Fiscalização dos Serviços, fl. 139; a Justificativa e o Despacho da Coordenadora Administrativa e Financeira - Coaf/Seduc, fls. 149/150; a vigência do Contrato nº 279/PGE-2014, fls. 71/73; a Nota de Empenho nº 2015NE00144 e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 01-1601.07099-0000/2013/Seduc-RO, volume I, que tem como objeto a locação do imóvel onde funciona a Coordenadoria Regional de Educação-CRE, localizada na Avenida Paraná, nº 3916, no município de São Francisco do Guaporé-RO, HOMOLOGA a despesa, em favor de Maurília Amorim da Silva dos Reis, CPF nº 272.030.692-49, no valor total de R\$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais), referente ao mês de janeiro de 2015.

Porto Velho, 09 de março de 2015.
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64, e considerando os termos do Parecer nº 07/GCI/2015 às fls. 143 a 144, Processo Administrativo nº 01.1601.02110-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pela Servidora Maria Roos de Castro, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de São Francisco – RO, no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), referente à concessão normal e/ou Proafi, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 16.558/2012, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 09 de março 2015
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64, e considerando os termos do Parecer nº 025/GCI/2015 à fl.137, Processo Administrativo nº 01.1601.04699-0000/2013, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pela Servidora Maria Lúcia Tenório da Silva, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Porto Velho RO, no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), referente à concessão normal e/ou Proafi, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 16.558/2012, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da li-

quidação e pagamento da despesa. Permaneçam os presentes autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 09 de março de 2015
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64, e considerando os termos do Parecer nº 007/2015/GCI/SEDUC, às fls. 56 a 58, do Processo Administrativo nº 01-1601.11256-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pelo servidora Edilene Ferreira Gama, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Extrema - RO, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referente concessão normal de Suprimento de Fundos, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 13.245/2007, e Portaria nº 1510/2011/GAB/SEDUC, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 06 março de 2015
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64, e considerando os termos do Parecer nº 04/GCI/2015 às fls. 49 a 51, do Processo Administrativo nº 01.1601.11673-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pelo servidor Eber Ferreira Alves pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Pimenta Bueno - RO, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), referente concessão normal de Suprimento de Fundos, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 13.245/2007, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/Seduc, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho - RO, 06 de março de 2015.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei n. 872, de 28 de dezembro de 1999, e na Lei n. 4.320/64, e considerando os termos do Parecer n. 008/2015/GCI/Seduc, fls. 59 a 61, constante do Processo Administrativo n. 01-1601.11174-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pelo servidora Genedithe Rodrigues Torres, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Ouro Preto d'Oeste - RO, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente à concessão normal de Suprimento de Fundos, instituído através do Decreto n. 10.851/2003 e suas alterações, Decreto n. 13.245/2007, e Portaria n. 1510/2011-GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa.

Porto Velho, 5 de março de 2015.
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei n. 872, de 28 de dezembro de 1999, e na Lei n. 4.320/64, e considerando os termos do Parecer n. 018/2015/GCI/Seduc, fls. 47 a 50, constante do Processo Administrativo n. 01-1601.10994-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pelo servidor Edson Soares Nogueira, pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Vilhena -RO, no valor de R\$ 2.000,00, referente à concessão normal de Suprimento de Fundos, instituído através do Decreto n. 10.851/2003 e suas alterações, Decreto n. 13.245/2007, e Portaria n. 1510/2011-GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa.

Porto Velho, 5 de março de 2015.
MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 826/2015-GAB/SEDUC
Porto Velho, 04 de março de 2015.

Concede Autorização para Reorganização de Ensino ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Ariquemes, localizado no município de Ariquemes - RO e dá outras providências.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, e considerando o disposto na Resolução nº 1.075/2012-CEE/RO, prorrogada pela Resolução nº 1.187/2014-CEE/RO, e no Parecer Técnico nº 10/2015 /GE/Seduc,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder por 04 (quatro) anos Autorização para Reorganização de Ensino ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Ariquemes, pertencente à Rede Pública Estadual de Ensino, localizado no município de Ariquemes - RO, para a implantação e oferta do Curso Semestral - EJA de Ensino Fundamental do 5º ao 8º ano e de Ensino Médio.

Parágrafo único. Os estudos dos estudantes e os documentos lícitamente expedidos pelo CEEJA referentes ao Curso Semestral - EJA de Ensino Fundamental do 5º ao 8º ano e de Ensino Médio ofertado no ano de 2014 estão convalidados por portarias específicas, expedidas por esta Secretaria.

Art. 2º O CEEJA Ariquemes fica autorizado a expedir Certificação de conclusão ou Declaração de Proficiência por área de conhecimento do Ensino Fundamental e de Ensino Médio aos Jovens e Adultos que tenham prestado exames do ENCCEJA ou ENEM, na forma da lei vigente.

Art. 3º A direção da escola deve manter toda a documentação e informações referentes ao funcionamento da escola, da vida escolar dos estudantes e funcionários, organizada e atualizada sistematicamente, conforme especifica o Art. 12 da Portaria nº 215/2014-GAB/Seduc, de 14/01/2014.

Art. 4º O Centro escola observará o disposto nas Portarias vigentes emitidas por esta Secretaria quanto aos critérios para a avaliação e recuperação da aprendizagem, o cumprimento das Matrizes Curriculares Unificadas e do Referencial Curricular Estadual.

Art. 5º O CEEJA Ariquemes deverá atender as recomendações emitidas no Parecer Técnico nº 10/2015-GE/Seduc, de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 829/2015-GAB/SEDUC Porto Velho, 04 de março de 2015.

Concede Prorrogação de Autorização de Funcionamento à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Otino de Freitas, localizada no município de Porto Velho - RO e dá outras providências.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, e considerando o disposto na Resolução nº 1.075/2012-CEE/RO, prorrogada pela Resolução nº 1.187/2014-CEE/RO, e no Parecer Técnico nº 12/2015 /GE/Seduc,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder por 04 (quatro) anos Prorrogação da Autorização de Funcionamento concedida pela Portaria nº 1.366/2011-GAB/Seduc, de 14/03/2011, à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Otino de Freitas, pertencente à Rede Pública Estadual de Ensino, localizada no município de Porto Velho - RO, para a oferta da Educação Básica, sendo:

I- Ensino Fundamental:

- a) Regular do 6º ao 9º ano;
- b) Curso Semestral - EJA do 5º ao 8º ano

II- Ensino Médio:

- a) Regular do 1º ao 3º ano; e
- b) Curso Semestral - EJA do 1º ao 3º ano.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Projeto de Correção de Fluxo na Metodologia Telecurso para Educação de Jovens e Adultos - EJA do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental até o encerramento da (s) turma (s).

Art. 3º A direção da escola deve manter toda a documentação e informações referentes ao funcionamento da escola, da vida escolar dos estudantes e funcionários, organizada e atualizada sistematicamente, conforme especifica o Art. 12 da Portaria nº 215/2014-GAB/Seduc, de 14/01/2014.

Art. 4º A escola observará o disposto nas Portarias vigentes emitidas por esta Secretaria quanto aos critérios para a avaliação e recuperação da aprendizagem, o cumprimento das Matrizes Curriculares Unificadas e do Referencial Curricular Estadual.

Art. 5º Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. José Otino de Freitas deverá atender as recomendações emitidas no Parecer Técnico nº 12/2015-GE/Seduc, de 23 de fevereiro de 2015.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 830/2015-GAB/SEDUC Porto Velho, 04 de março de 2015.

Concede Autorização de Funcionamento à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho, localizada no município de Ministro Andreazza - RO e dá outras providências.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, e considerando o disposto na Resolução nº 1.075/2012-CEE/RO, prorrogada pela Resolução nº 1.187/2014-CEE/RO, e no Parecer Técnico nº 11/2015 /GE/Seduc,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder por 04 (quatro) anos Autorização de Funcionamento à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho, pertencente à Rede Pública Estadual de Ensino, localizada no município de Ministro Andreazza - RO, para a oferta do Curso Semestral - EJA do 1º ao 3º ano do Ensino Médio.

Parágrafo único. Os estudos dos estudantes e os documentos lícitamente expedidos pela escola referentes às etapas de ensino e modalidade de educação estão convalidados por portarias específicas, expedidas anualmente por esta Secretaria até a data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A direção da escola deve manter toda a documentação e informações referentes ao funcionamento da escola, da vida escolar dos estudantes e funcionários, organizada e atualizada sistematicamente, conforme especifica o Art. 12 da Portaria nº 215/2014-GAB/Seduc, de 14/01/2014.

Art. 3º A escola observará o disposto nas Portarias vigentes emitidas por esta Secretaria quanto aos critérios para a avaliação e recuperação da aprendizagem, o cumprimento das Matrizes Curriculares Unificadas e do Referencial Curricular Estadual.

Art. 4º A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nilo Coelho deverá atender as recomendações emitidas no Parecer Técnico nº 11/2015-GE/Seduc, de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 831/2015-GAB/SEDUC Porto Velho, 06 de março de 2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de janeiro de 2015, a servidora Francisca Valdecira Fialis Diniz, matrícula n. 300098137, Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, para exercer a função de Coordenadora Estadual do Programa Ensino Médio Inovador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARIONETE SANAASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 828/2015-GAB/SEDUC Porto Velho, 06 de março de 2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de janeiro de 2015, a servidora Rosane Seitz Magalhães, matrícula n. 300050887, Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, para exercer a função de Coordenadora Estadual do Programa Relação Escola Comunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 811/15/GAB/SEDUC Porto Velho, 02/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos.

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, por interesse da Administração pública, o gozo de férias do(a) servidor(a) MARIA JOELMA DE OLIVEIRA DA SILVA, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, cargo Técnico Educacional NI, lotado(a) no NRH/SEDUC localizada no município de Porto Velho, Matrícula nº 300024195, no período de 01/03/2015 a 30/03/2015, ficando as mesmas para fruição em 01/10/2015 a 30/10/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 877/15/GAB/SEDUC Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos.

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, a partir de 02/03/2015, o(a) servidor(a) JOSE MAURICIO DE CARVALHO, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300058451, da função de Diretor(a) da EEEFM Campos Sales, Tipologia 02, localizada no Município de São Francisco do Guaporé/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 878/15/GAB/SEDUC Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 096/CRE/SFG/SEDUC de 29/01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 16/01/2015, o(a) servidor(a) CESAR FURTADO BAÚ, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300058089, para exercer a função de Diretor(a) do EEEFM TUPÃ, Tipologia 01, localizado no Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 882/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 097/CRE/SFG/SEDUC de 29/01/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 16/01/2015, o(a) servidor(a) MARIA APARECIDA FELIPE ROCHA, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300019815, para exercer a função de Vice-diretor(a) do EEEFM TUPÃ, Tipologia 01, localizado no Município de Ji-Paraná/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 883/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 017/CRE/SFG/SEDUC de 12/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, a partir de 02/02/2015, o(a) servidor(a) EDNA GIMENEZ DA SILVA, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Téc. Educacional NII, matrícula nº 300052685, da função de Secretário(a) do CEEJA Jose Alves de Almeida, Tipologia 01, localizado no Município de Costa Marques/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 884/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 018/CRE/SFG/SEDUC de 12/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 02/02/2015, o(a) servidor(a) ADENILZA MENDES LEITE, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Téc. Educacional NII, matrícula nº 300052879, para exercer a função de Secretário(a) do CEEJA Jose Alves de Almeida, Tipologia 01, localizado no Município de Costa Marques/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 885/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 030/CRE/PVH/SEDUC de 03/03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 01/03/2015, o(a) servidor(a) CLEUZA FERREIRA DIAS, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300051434, para exercer a função de Vice-diretor(a) da EEEFM Tiradentes, Tipologia 03, localizada no Distrito de Jaci-Paraná/Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 886/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos do Memo. nº 272/CRE/PVH/SEDUC de 10/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, a partir de 01/02/2015, o(a) servidor(a) MARCELO CAVALCANTE MORAES, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Tec. Educacional, matrícula nº 300105893, da função de Secretário(a) da EEEFM General Osório, Tipologia 02, localizada no Distrito de Calama, Baixo Madeira/Município de Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 887/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 027/CRE/PVH/SEDUC de 25/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, a partir de 01/02/2015, o(a) servidor(a) ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA MENDES, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Tec. Educacional, matrícula nº 300059598, da função de Secretário(a) da EEEFM Maria Carmosina Pinheiro, Tipologia 03, localizada no Município de Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 888/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos da Ordem de Serviço nº 028/CRE/PVH/SEDUC de 25/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 01/02/2015, o(a) servidor(a) FRANCILENE MUNIZ MAGALHÃES DE SOUZA, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Tec. Educacional, matrícula nº 300117380, para exercer a função de Secretário(a) da EEEFM Maria Carmosina Pinheiro, Tipologia 03, localizada no Município de Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 889/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 04/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos do Memo. nº 025/CRE/PVH/SEDUC de 13/02/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 01/02/2015, o(a) servidor(a) REINALDO ROQUE DOS SANTOS MENEZES, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Tec. Educacional, matrícula nº 30057415, para exercer a função de Secretário(a) da EEEFM General Osório, Tipologia 02, localizada no Distrito de Calama, Baixo Madeira/Município de Porto Velho/RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 957/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 06/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos do Memo. nº 010/CCEED/GAB/SEDUC de 03/03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 16/01/2015, o(a) servidor(a) FLAVIO SPRICIGO DE SOUZA, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300099173, para exercer a função de Diretor(a) da EEEFM Joaquim Pereira da Rocha, Tipologia 03, localizada no Município de Machadinho D' Oeste /RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 958/15/GAB/SEDUC

Porto Velho, 06/03/2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia, considerando os termos do Memo. nº 010/CCEED/GAB/SEDUC de 03/03/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, a contar de 16/01/2015, o(a) servidor(a) LOVANI LORAINÉ FLOCKS, pertencente ao quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Prof. Classe "C", matrícula nº 300051243, para exercer a função de Vice-diretor(a) da EEEFM Joaquim Pereira da Rocha, Tipologia 03, localizada no Município de Machadinho D' Oeste /RO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marionete Sana Assunção
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA N. 827/2015-GAB/SEDUC

Porto Velho, 06 de março de 2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a contar de 1º de janeiro de 2015, a servidora Edna Carla Neves do Amaral, matrícula n. 300028047, Professor Classe C, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, para exercer a função de Coordenadora Estadual do Programa mais Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MARIONETE SANA ASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

EDITAL N. 03/2015 - GAB/SEDUC

PROCESSO SIMPLIFICADO DE ELEIÇÃO DE VICE-DIRETOR DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO – 2015 – ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ALMIRANTE TAMANDARÉ – GUAJARÁ-MIRIM - RO E ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ALBERTO NEPOMUCENO – MACHADINHO DO OESTE - RO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 - VI, da Constituição do Estado de Rondônia, por meio da Comissão Coordenadora Estadual, instituída pela Portaria n. 1713/2014-GAB/Secuc, nos termos da Lei n. 3.018, de 17 de abril de 2013, publicada no DOE n. 2198, que dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia, e da Portaria n. 220/2014-GAB/Secuc, publicada no DOE n. 2395, de 06 de fevereiro de 2014, Portaria n. 1817/2014-GAB/Secuc, de 15 de outubro de 2014, que Regulamenta o Processo de Eleição para Diretores e Vice-Diretores Escolares, convoca as Unidades Escolares que integram a rede Pública Estadual de Ensino, orientadas pelas

Coordenadorias Regionais de Educação – CREs/Seduc, para que tornem público o Processo de Eleição de Vice-Diretor das Escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, mediante a realização de Eleições Diretas, em virtude de vacância.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo de Eleição de Vice-Diretor das Escolas – Escola Estadual de Ensino Fundamental Almirante Tamandaré – Guajará-Mirim – RO e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Alberto Nepomuceno – Machadinho do Oeste – RO, da rede Pública Estadual de Ensino será regido por este Edital, pela Lei n. 3.018, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE n. 2198, de 17 de abril de 2013 e, pelo disposto na Portaria n. 220/2014-GAB/Seduc, publicada no DOE n. 2395, de 06 de fevereiro de 2014.

1.2 O presente Edital deverá ser amplamente divulgado no âmbito da Escola Pública Estadual a partir da data de sua publicação.

2. DA CANDIDATURA

2.1 Para concorrer à eleição para o cargo de Vice-Diretor o candidato deverá ter conhecimento das atribuições inerentes ao cargo, conforme o disposto no artigo 57 e inciso da Lei n. 3.018/2013. E de acordo com o disposto no artigo 31 podem candidatar-se os profissionais do magistério pertencentes ao Quadro Permanente do Pessoal Civil do Estado de Rondônia ou ao Quadro do Governo Federal à disposição do Estado, com vínculo de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, que preencham os requisitos abaixo especificados:

I – não esteja no cumprimento de estágio probatório até a data da inscrição do candidato;

II – não tenha sido condenado em nenhum processo administrativo disciplinar;

III – não possuir sentença criminal condenatória transitada em julgado;

IV – não esteja inadimplente com prestações de contas junto à Secretaria de Estado da Educação - Seduc e/ou unidade escolar;

V – não esteja concorrendo a um terceiro mandato consecutivo na mesma Unidade Escolar; e

VI – apresente uma das seguintes formações:

a) Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar ou estudos correspondentes em nível de graduação ou de pós-graduação;

b) Pedagogia nas demais habilitações, desde que tenha 5 (cinco) anos civil de exercício profissional inclusive contrato emergencial na Rede Pública Estadual de Educação, e, no mínimo 1 (um) ano civil lotado na Unidade Escolar até a data da inscrição do candidato;

c) Licenciatura, desde que tenha 5 (cinco) anos civil de exercício profissional inclusive contrato emergencial na Rede Pública Estadual de Educação e, no mínimo 1 (um) ano civil lotado na Unidade Escolar até a data da inscrição do candidato;

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas na unidade escolar, junto à Comissão Mista, no período de 16 e 17 de março de 2015, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h.

3.2 O requerimento de registro do nome do candidato será feito em duas vias endereçadas ao Presidente da Comissão Eleitoral Escolar, assinado pelo candidato ao cargo de Vice-Diretor, acompanhado dos documentos previstos no artigo 4º da Portaria n. 220/2014-GAB/Seduc.

I- ficha de qualificação dos candidatos, em duas vias assinadas, conforme o modelo adotado para o processo de Eleições, que consta como anexo da Portaria n. 220/2014-GAB/Seduc;

II- cópias dos títulos de habilitação escolar dos candidatos;

III- cópia do RG, CPF e uma foto 3x4 atual;

IV- cópia do último contracheque;

V- declaração, de cada candidato, de que não cumpre penalidades administrativas, cível e criminal;

VI- certidões negativas do tribunal de Contas, da Secretaria Estadual da Fazenda, cível e criminal;

VII- certidão negativa emitida pela Coordenadoria Geral de Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Educação – CGPC/Seduc que, não constam inadimplências relativas às prestações de contas tanto de Programas Federais quanto dos Estaduais, quando se tratar de candidatos que estejam no exercício da Direção ou da Vice Direção ou que sejam membros dos Conselhos Escolares;

VIII - cópia do Memorando de Lotação na Escola para os candidatos que se enquadrarem na alínea “b” e “c” do inciso VI do item 2.1 desse Edital;

IX- outros documentos que venham a ser incorporados no processo de eleições pela Comissão Coordenadora Estadual.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1 A Comissão Mista analisará no prazo de 1 (um) dia e deferirá pela inscrição da candidatura de Vice-Diretor, a contar do recebimento do Requerimento de Inscrição do candidato.

4.2 Se a Comissão Mista indeferir o candidato inscrito, cabe recurso no prazo de 1 (um) dia, a partir da divulgação do indeferido.

5. DA DIVULGAÇÃO DO CANDIDATO A GESTÃO ESCOLAR

5.1 Os candidatos deverão se apresentar à comunidade escolar, no período de 19 e 20 de março de 2015.

5.2 As regras para divulgação do candidato à Gestão Escolar estão dispostas nos artigos 6º e 7º da Portaria n. 220/2014-GAB/Seduc.

6. DO PROCESSO ELEITORAL SIMPLIFICADO

6.1 A eleição ao cargo de Vice-Diretor ocorrerá na Unidade Escolar da Rede Pública de Ensino do Estado de Rondônia, no dia 23 de março de 2015, no horário das 8h às 21h, por meio de votação direta e facultativa, sendo que, na unidade escolar só serão aptos a votar no processo simplificado:

I – Os conselheiros escolares que representam os pais ou responsáveis formais e os conselheiros representantes dos estudantes da escola com idade exigida;

II – Os profissionais da Educação lotados na escola.

7. DA APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO

7.1 A apuração dos votos será feita em sessão única aberta à comunidade escolar, logo após o fechamento das urnas, em local previamente definido pela Comissão Mista Eleitoral Escolar.

7.2 Será eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

8. DOS RECURSOS REFERENTES AOS RESULTADOS

8.1 Os recursos deverão ser interpostos de acordo com o artigo 24 da Portaria n. 220/2014-GAB/Seduc.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS

9.1 A Comissão Mista homologará os resultados conforme Anexo Único deste Edital.

10. DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO

10.1 As Portarias de Nomeação serão expedidas pela Secretaria de Estado da Educação – Seduc até a posse do candidato eleito.

11. DA POSSE

11.1 A posse do eleito ocorrerá no dia 30 de março de 2015, mediante assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade da Gestão Escolar, para cumprimento do término do mandato do triênio de 2015 a 2017.

Porto Velho, 09 de março de 2015.
MARIONETE SANA ASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

ANEXO ÚNICO

Ações/Atividades	Fevereiro 2015	Março 2015
Oficialização do pedido de renúncia do cargo	X	
Nomeação da Comissão Mista do processo eletivo simplificado		9 e 10
Publicação do Edital da Eleição		11
Eleição e composição da Comissão Eleitoral Escolar		12
Divulgação do edital – site da Seduc/CRE e Escola		13
Inscrição dos candidatos		16 e 17
Apresentação de recurso referente à homologação da inscrição		18
Apresentação do candidato para a comunidade escolar (campanha eleitoral)		19 e 20
Eleição		23
Apresentação de recurso		24
Análise de recurso		25
Homologação dos resultados.		26
Posse do eleito.		30

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base no disposto no artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 872, de 28/12/99, e na Lei nº 4.320/64, e considerando os termos do Parecer nº 015/2015/GCI/Seduc, às fls. 88 a 100, do Processo Administrativo nº 01.1601.11673-0000/2014, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas de adiantamento de Suprimento de Fundos apresentada pelo servidor Eber Ferreira Alves pertencente ao quadro de servidores da Secretaria de Estado da Educação, residente no município de Pimenta Bueno/RO, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente concessão normal de Suprimento de Fundos, instituído através do Decreto nº 10.851/2003 e suas alterações, Decreto nº 13.245/2007, e Portaria nº 1510/2011/GAB/Seduc, inobstante a apuração de possível irregularidade que possa advir por conta da liquidação e pagamento da despesa. Permaneçam os autos em arquivo na Diretoria Administrativa e Financeira - DAF/SEDUC, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal

Porto Velho - RO, 09 de março de 2015.
MARIONETE SANA ASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 1014/2015-GAB/SEDUC
Porto Velho, 10 de março de 2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão destinada a certificar notas fiscais, bem como emitir relatório dos serviços prestados referente às Passagens Terrestres, objeto do Processo Administrativo nº 01-1601.11691-000/2014 e Hospedagem, Alimentação e aluguel de espaço físico, objeto do Processo Administrativo nº 01-1601.07752-000/2014, que tratam da Formação Inicial Para Professores Indígenas - Projeto AÇAÍ III.

Art. 2º Designar os servidores a seguir relacionados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão ora instituída.

1- Flávio Luiz Gonçalves dos Santos, matrícula nº 300127406, CEEI/SEB/GE/Seduc;

2- Vera Lúcia de Oliveira Souza, matrícula nº 300027047, CEEI/SEB/GE/Seduc;

3- Alécio Valois Pereira de Araújo, matrícula nº 300058655, CEEI/SEB/GE/Seduc.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º dezembro de 2014.

MARIONETE SANA ASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

PORTARIA Nº 1033/2015-GAB/SEDUC
Porto Velho, 11 de março de 2015.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71 da Constituição do Estado de Rondônia,

RESOLVE:

Artigo 1º Dar nova composição à Comissão destinada a certificar os recibos e assinar relatórios relativos à Prestação de Serviços de Locação de Imóvel onde funciona a Escola Estadual Ensino Fundamental SAMARITANA, situado a Rua Benjamin Constante, nº 946 esquina com Rua José Bonifácio – bairro Olaria, no município de Porto Velho, objeto do Processo Administrativo de nº 01.1601-06532-0000/2008. Instituída por meio da Portaria nº 0482/2013/GAB/Seduc, de 07 de Fevereiro de 2013, ficando assim constituída:

Art. 2º - Designar os servidores a baixo relacionados para comporem a Comissão ora instituída.

1. Herclus Antônio Coelho de Lima - Matrícula - nº 300114293;
2. Francimilde Batista da Costa - Matrícula - nº 300039371.
3. Adilson Ferreira de Souza - Matrícula - nº 300001611.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de Janeiro de 2015.

MARIONETE SANA ASSUNÇÃO
Secretária Adjunta de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados que, com base nos termos dos artigos 75 e 76 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011, e considerando o Parecer nº 027/DPC/CGE/2015, de 03/03/2015 na fl. 981 do Processo Administrativo nº 01-1601.04086-0000/2013, APROVA e HOMOLOGA a Prestação de Contas, referente à 2ª parcela no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), do Transporte Escolar do Convênio nº 138/PGE/2013 de "aquisição de serviços de locação e manutenção de Veículos adequados ao Transporte Escolar", em favor da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte D'Oeste - RO. Objetos dos Processos administrativos nº 01.1601.00201-0000/2013, (Concessão), 01.1601.04086-0000/2014 (2ª Parcela) – 2015NL01134.

Permaneçam os presentes autos em arquivo na DAF/Seduc, à disposição de Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, durante o prazo legal.

Porto Velho, 10 de março de 2015.

APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA
Secretária de Estado da Educação

SECEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor de R\$ 10.908,52 (dez mil, novecentos e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente a junho de 2014, em favor do Fundo Penitenciário Estadual – FUPEN; CNPJ: 15.837.081/0001-56. Tendo em vista que é de responsabilidade desta Superintendência. Processo Administrativo nº 01.2001.000223.0000/2012.

Porto Velho, 06 de Março de 2015.

RODNEI ANTONIO PAES
Superintendente Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Superintendência Estadual do Esporte, da Cultura e do Lazer – SECEL torna público a quem interessar, segundo os termos do artigo 26, caput, da lei federal nº 8.666/93, nos autos do processo administrativo nº 16.0004.00064-0000/2014, que foi dispensada a licitação objetivando a Confecção das carteiras de identificação dos artesãos do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender as necessidades desta SECEL e Subunidades, no valor de R\$ 3.260,00 (Três mil e duzentos e sessenta reais), em favor da empresa L.L. Ribeirão Informática LTDA-ME, CNPJ 10.907.918/0001-72.

Porto Velho, 05 de Março de 2015.

Rodnei Antônio Paes
Superintendente de Estado/SECEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a despesa no valor de R\$ 3.260,00 (Três mil e duzentos e sessenta reais), em favor da Empresa L.L. Ribeirão Informática LTDA-ME, CNPJ 10.907.918/0001-72, proveniente da Confecção das carteiras de identificação dos artesãos do Estado de Rondônia. Tendo em vista que é de responsabilidade desta Superintendência. Processo Administrativo nº 16.0004.00064-0000/2014.

Porto Velho, 05 de Março de 2015.

Rodnei Antônio Paes
Superintendente de Estado/SECEL

**Sec. de Segurança, Defesa e
Cidadania**

Portaria nº 018/15-GAB/SESDEC Porto Velho, 09 de março de 2015.

O Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 36 e seus incisos da Lei Complementar nº 733, de 10.10.2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de acompanhamento, fiscalização e recebimento de obras, bens e serviços referentes ao Programa do Governo Federal "Crack, é possível vencer", designando para tanto os servidores abaixo relacionados:

Presidente:

- ALEXANDRE FRANCISCO, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 300029720.

Membros:

- MICHEL CLEMENTINO DE SOUZA, CB PM, matrícula nº 100064472;

- JOSÉ WILLAM DA SILVA ASSIS, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 300016411.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANTONIO CARLOS DOS REIS
Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania

Portaria nº 017/15-GAB/SESDEC Porto Velho, 06 de março de 2015.

O Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 733, de 10.10.2013, em seu Art. 36 e incisos; em cumprimento as determinações legais dispostas no artigo 37, da Constituição Federal, Lei Federal n. 4.320/64, que dita as Normas Gerais de Direito Financeiro, Lei Federal n. 8.666/93, que rege os Procedimentos Licitatórios, Lei Complementar n. 101/2000, que trata da Responsabilidade Fiscal e em especial a Lei Complementar n. 758/2014, que trata sobre as competências dos Controles Setoriais.

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar os servidores abaixo relacionados, técnicos e auditores da Gerência de Controle Interno desta Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, para realizarem Auditoria Preventiva, referente ao 1º semestre 2015, na execução dos serviços prestados por empresas contratadas/terceirizadas, bem como nos contratos de despesas continuadas, aquisições, locações, diárias e suprimento de fundo, junto às unidades da PM, PC, BM e demais Setores, Departamentos e Gerências vinculadas a SESDEC.

Servidor	Função	Matrícula	Lotação
Adonias Soares da Silva Júnior	Gerente de Controle Interno em exercício	300059994	GCI
Jon Adson Ferreira da Silva	Assistente de Controle Interno	300098671	GCI
Lilian Cristina Ferracioli	Assistente de Controle Interno	300444533	GCI

Artigo 2º. A equipe constituída executará suas atribuições "in loco", com fins de constatar possíveis inadequações passíveis de saneamentos.

Artigo 3º. O prazo para apresentação do relatório conclusivo será de 10 (dez) dias úteis, a partir do encerramento dos trabalhos de auditoria.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ANTONIO CARLOS DOS REIS
Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania

Polícia Civil

EXTRATO DE PORTARIA Nº 072/2015/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março de 2015.

A CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO o teor da Sindicância Administrativa Disciplinar nº. 099/2014/SPA/COR/PC/RO e, anexos.

R E S O L V E :

I - INSTAURAR o competente Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar autoria e materialidade de eventuais responsabilidades administrativas - funcionais decorrentes dos fatos noticiados através dos documentos supramencionados.

II- DESIGNAR os servidores **Thiago Araújo Laiola**, Delegado de Polícia, 3ª Classe, matrícula nº 300059888, **Noelle Caroline Xavier Ribas Leite**, Delegada de Polícia, 3ª Classe, matrícula 300059714, **Uhanderly da Silva Costa**, Delegada de Polícia, 3ª Classe, matrícula 300022597, respectivamente, Presidente, 2º e 3º membros da **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para a formalização do apuratório, com base na Portaria nº 072/2015/COR/PC/RO, a qual deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, CITANDO de tudo, desde o início o servidor envolvido primando pelos ditames do devido processo legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMpra-SE.

Rúbia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil

EXTRATO DE PORTARIA Nº 073/2015/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março de 2015.

A CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL/RO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO teor da Sindicância Administrativa nº 036/2014/SPA/COR/PC/RO, datada de 29.04.2014, Processo Administrativo Disciplinar nº. 040/2014/CEPAD/COR/PC/RO de 25.09.2014 e, anexos.

R E S O L V E :

I - REINSTAURAR o competente Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar autoria e materialidade de eventuais responsabilidades administrativas - funcionais decorrentes dos fatos noticiados através dos documentos supramencionados.

II - DESIGNAR os servidores, **Antônio Paixão dos Santos**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula 300011639, **Edvaldo Barbosa Queiroz**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula 300015202, **Noelle Caroline Xavier Ribas Leite**, Delegada de Polícia, 3ª Classe, matrícula 300059714, respectivamente, Presidente, 2º e 3º membros, da **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para a formalização do apuratório, com base na Portaria nº 073/2015/COR/PC/RO, a qual deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, CITANDO de tudo, desde o início o servidor acusado envolvido primando pelos ditames do devido processo legal, observando-se a legislação funcional pertinente.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMpra-SE.

Rúbia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil

EXTRATO DE PORTARIA Nº 074/2015/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março de 2015.

A CORREGEDORA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV, do artigo 59, 67 e 68, todos da Lei Complementar nº 76/93 e,

CONSIDERANDO o teor da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 083/2014/SPA/COP/PC/RO datada de 28.08.2014 e, anexos.

R E S O L V E :

I - INSTAURAR o competente Processo Administrativo Disciplinar com o objetivo de apurar autoria e materialidade de eventuais responsabilidades administrativas - funcionais decorrentes dos fatos noticiados através dos documentos supramencionados.

II- DESIGNAR os servidores **Uhanderly da Silva Costa**, Delegada de Polícia, 3ª Classe, matrícula 300022597, **Fernando Otílio Ciraulo Santos**, Perito Criminal, 3ª Classe, matrícula nº 300021533, **Noelle Caroline Xavier Ribas Leite**, Delegada de Polícia, 3ª Classe, matrícula 300059714, respectivamente, Presidente, 2º e 3º membros, da **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, para a formalização do apuratório,

com base na Portaria nº 074/2015/COR/PC/RO, a qual deverá iniciar os trabalhos no prazo legal, CITANDO de tudo, desde o início o servidor envolvido primando pelos ditames do devido processo legal.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Rúbia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 075/2015/GAB/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março de 2015.

ACORREGEDORA GERAL DA POLÍCIA CIVIL/RO, no uso das atribuições legais etc...

R E S O L V E :

RETIFICAR os termos da PORTARIA nº 067/2015/GAB/COR/PC/RO, de 19 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2653, de 05 de março de 2015.

ONDE SE LÊ:

(...) Porto Velho, 19 de fevereiro de 2015.

LEIA-SE:

(...) Porto Velho, 04 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rubia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil/RO

PORTARIA Nº 076/2015/GAB/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março 2015.

A CORREGEDORA GERAL DA POLÍCIA CIVIL/RO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 59, III, e 68 da Lei Complementar nº. 76/93 e,

CONSIDERANDO o que restou apurado do Processo Administrativo Disciplinar 014/2014/2ºCPPAD/COR/PC/RO, datado de 07/11/2014.

R E S O L V E :

SUSPENDER por **03 (dias)**, pelo descumprimento do dever previsto no **inciso V** do **artigo 38**, e pela transgressão do **inciso XL** do **artigo 39**, todos da Lei Complementar nº 76/93, a servidora **PÂMELA CAVALCANTE BARROS**, Escrivã de Polícia, 2ª Classe, matrícula nº 300104920, pertencente ao quadro de pessoal permanente do Estado de Rondônia.

A penalidade será cumprida a partir da ciência da servidora, salvo se interposto recurso.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rúbia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil

PORTARIA Nº 077/2015/GAB/COR/PC/RO.
Porto Velho, 09 de março de 2015.

A CORREGEDORA GERAL DA POLÍCIA CIVIL/RO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 59, III, e 68 da Lei Complementar nº. 76/93 e,

CONSIDERANDO o que restou apurado do Processo Administrativo Disciplinar nº 014/2014/2ºCPPAD/COR/PC/RO, datado de 07/11/2014.

R E S O L V E :

ABSOLVER, a servidora **PÂMELA CAVALCANTE BARROS**, Escrivã de Polícia, 1ª Classe, matrícula 300104920, da transgressão prevista no **artigo 39, inciso XLIV** da Lei Complementar nº 76/93, pertencente ao quadro de pessoal permanente do Estado de Rondônia, isentando-a de penalidade no âmbito administrativo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.
Rubia Saldanha de Freitas
Corregedora Geral da Polícia Civil

EDITAL DE COMPARECIMENTO

A Gerente de Administração e Finanças da Polícia Civil do Estado de Rondônia solicita o comparecimento do servidor **GUILHERME VLÁXIO DA PENHA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 300059881, a fim de justificar suas faltas ao serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos no período de 01/11/2014 a 28/02/2015, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da última publicação deste edital.

Porto Velho, 09 de março de 2015.
IVANEIDE SOARES DA SILVA
Gerente de Administração e Finanças
Polícia Civil/RO

EDITAL DE COMPARECIMENTO

A Gerente de Administração e Finanças da Polícia Civil do Estado de Rondônia solicita o comparecimento do servidor **MEIRELANDE ARAÚJO DA SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº 300105804, a fim de justificar suas faltas ao serviço por mais de 15 (quinze) dias consecutivos no período de 01/11/2014 a 28/02/2015, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da última publicação deste edital.

Porto Velho, 09 de março de 2015.
IVANEIDE SOARES DA SILVA
Gerente de Administração e Finanças
Polícia Civil/RO

PORTARIA nº 002/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – A vaga aberta com a aposentadoria compulsória da Delegada de Polícia, Classe Especial, **LUCIA RINALDI**, matrícula nº 300015827, deverá ser ocupada pelo Delegado de Polícia, Terceira Classe, **LUIZ ROBERTO DE MATOS**, matrícula nº 300021509;

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 003/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – A vaga aberta com a aposentadoria compulsória do Agente de Criminalística, Terceira Classe, **LEVI PINHEIRO DA SILVA**, matrícula nº 300059813, deverá ser ocupada pelo Agente de Criminalística, Segunda Classe, **DANIEL BERG GOMES LIMA**, matrícula nº 300059795;

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 004/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 14109 de 26 de fevereiro de 2009, publicado no DOE nº 1192 de 27/02/2009.

RESOLVE:

I – Tornar publico que a vaga aberta com o falecimento ocorrido em 01/12/2014 da servidora Agente de Polícia, Terceira Classe, **SHIRLEY MARTINS UNIS DUTRA**, matrícula nº 300022686, deverá ser ocupada pelo Agente de Polícia, Segunda Classe, **JACSON PADILHA DA SILVEIRA**, matrícula nº 300059959;

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 005/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – As vagas abertas com as aposentadorias compulsória dos Agentes de Polícia, Classe Especial, deveram ser ocupadas pelos Agentes de Polícia, Terceira Classe, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR À SER PROMOVIDO		VAGA ABERTA POR	
Matricula	NOME	Matricula	NOME
300021599	Luis Fernando Amutares	300006847	Carlos Pereira de Souza
300021596	Joaquim Justiniano da Silva	300016992	Dilma Maria de Souza Cabrini
300021734	Francisco Chagas da Silva	300016994	Edvaldo Leite de Barros
300021609	Walter Alves	300012125	Ivan Gomes Maia
300021608	Vidal Vez da Costa	300016404	Ivan Ribeiro de Andrade
300021756	Rosimeire Pedro R. de Mora	300007269	João da Silva Barros

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 006/2015/SEC EXECUTIVA/CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 14109 de 26 de fevereiro de 2009, publicado no DOE nº 1192 de 27/02/2009.

RESOLVE:

I – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria do servidor Agente de Polícia, Classe Especial, LUIZ GREGORIO ELEUTERIO, matricula nº 300012133, deverá ser ocupada pela Agente de Polícia, Terceira Classe, MONICA ARAUJO SALES, matricula nº 300029735;

II – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria do servidor Agente de Polícia, Classe Especial, MAURICIO CICERO DE SOUZA, matricula nº 300012150, deverá ser ocupada pelo Agente de Polícia, Terceira Classe, CARLOS ROGERIO LUZ BURTON, matricula nº 300021587;

III – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria da servidora Agente de Polícia, Classe Especial, EVANI VEIBER, matricula nº 30001209, deverá ser ocupada pelo Agente de Polícia, Terceira Classe, SADICA CHIANCA CURY, matricula nº 300022683;

IV – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 007/2015/SEC EXECUTIVA/CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – As vagas abertas com as aposentadorias compulsória dos Delegados de Polícia, Classe Especial, deveram ser ocupadas pelos Delegados de Polícia, Terceira Classe, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR À SER PROMOVIDO		VAGA ABERTA POR	
Matricula	NOME	Matricula	NOME
300021504	Helio Teixeira Lopes Filho	300006827	Elvio Azevedo Tavares
300021514	Elizeu Muller de Siqueira	300002287	Mahmoud Fawzi El Rafihi

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 008/2015/SEC EXECUTIVA/CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – As vagas abertas com as aposentadorias compulsória dos Escrivães de Polícia, Classe Especial, deveram ser ocupadas pelos Escrivães de Polícia, Terceira Classe, conforme quadro abaixo:

SERVIDOR À SER PROMOVIDO		VAGA ABERTA POR	
Matricula	NOME	Matricula	NOME
300021653	Mercione Gloria de M. G Silva	300011659	Francisco Reis de Carvalho
300021644	Maria de Nazare do Nascimento	300017903	Joana F. Iurczak Machado
300021647	Moacir Bastos Ribeiro Filho	300011665	Newton Martins Matos

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 009/2015/SEC EXECUTIVA/CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 14109 de 26 de fevereiro de 2009, publicado no DOE nº 1192 de 27/02/2009.

RESOLVE:

I – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria do servidor Escrivão de Polícia, Classe Especial, MARCOS ANTONIO NEVES, matricula nº 300017551, deverá ser ocupada pelo Escrivão de Polícia, Terceira Classe, PAULO EDSON DE LIMA, matricula nº 300021658;

II – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria do servidor Escrivão de Polícia, Classe Especial, NADIR DE SOUZA CORSINO, matricula nº 300017876, deverá ser ocupada pela Escrivã de Polícia, Terceira Classe, ANTONIA VIEIRA LIMA SANTOS, matricula nº 300021616;

III – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria do servidor Escrivão de Polícia, Classe Especial, FRANCISCO ANTONIO VAZ, matricula nº 300017537, deverá ser ocupada pelo Escrivão de Polícia, Terceira Classe, ALDO ALAN CARDOSO, matricula nº 300021611;

IV – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

PORTARIA nº 010/2015/SEC EXECUTIVA/CONSUPOL/PC/RO.

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 14109 de 26 de fevereiro de 2009, publicado no DOE nº 1192 de 27/02/2009.

RESOLVE:

I – Tornar publico que a vaga aberta com o falecimento do servidor Escrivão de Polícia, Classe Especial, ZENALDO PACELLI DE SOUZA LIMA, matricula nº 300001866, deverá ser ocupada pela Escrivã de Polícia, Terceira Classe, SULAMITA ALENCAR FERREIRA, matricula nº 300021666;

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

**PORTARIA nº 011/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.**

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o § 1º, I da Lei Complementar (Federal) nº 144/2014, de 15/05/2014, publicada no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2014, que regulamenta a aposentadoria compulsória do policial civil, a qual deve ocorrer aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

RESOLVE:

I – A vaga aberta com a aposentadoria compulsória do Médico Legista, Classe Especial, LEVINDO CUSTODIO PRIMO, matrícula nº 300021557, deverá ser ocupada pelo Médico Legista, Terceira Classe, ELIU DE FREITAS CABRAL, matrícula nº 300021527.

II – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

**PORTARIA nº 012/2015/SEC EXECUTIVA/
CONSUPOL/PC/RO.**

O Secretário Executivo do Conselho Superior de Polícia, Bel. Mahmoud Fawzi El Rafihi, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 14109 de 26 de fevereiro de 2009, publicado no DOE nº 1192 de 27/02/2009.

RESOLVE:

I – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria voluntária ocorrida em 03/09/2014 do servidor Perito Criminal, Classe Especial, SADY FERNANDES DE ARAUJO JUNIOR, matrícula nº 300016422, deverá ser ocupada pelo Perito Criminal, Terceira Classe, PEDRO CARVALHO, matrícula nº 300021543;

II – Tornar publico que a vaga aberta com a aposentadoria voluntária ocorrida em 11/12/2014 da servidora Perita Criminal, Classe Especial, ANGELINA MARIA DA MAIA JURACY, matrícula nº 300016429, deverá ser ocupada pelo Perito Criminal, Terceira Classe, PIO RENATO FACCIONI, matrícula nº 300021545.

III – O Decreto de promoção definitivo será emitido no mês de Março/2015, quando ocorrerá o processo de promoção regulamentado por decreto governamental.

Publique-se e Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de março de 2015.

Mahmoud Fawzi El Rafihi
Secretário Executivo/CONSUPOL

**PORTARIA Nº 002/2015 – COMISSÃO DE
PROMOCAO/CONSUPOL/PC/RO**

A Comissão de Promoção, nomeada através da Portaria. 001/2015-PRESIDENCIA/CONSUPOL/PC/RO de 09 de FEVEREIRO de 2015, publicada no Diário Oficial nº 2641 em data de 12/02/2015, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Excluir o nome da servidora Agente de Polícia 1ª Classe CRISTIANE MELO do ANEXO ÚNICO da Portaria 001/2015 – COMISSÃO DE PROMOÇÃO/CONSUPOL/PC/RO.

II – Retificar o quantitativo de aptos para ascender à 2ª Classe no cargo de Agente de Polícia;
- Onde se lê : APTOS = 180(cento e oitenta);
- Leia-se: APTOS = 174(cento e setenta e quatro).

III – Excluir o nome do servidor Delegado de Polícia 1ª Classe ALEXANDRE CESAR DOS SANTOS do ANEXO ÚNICO da Portaria 001/2015 – COMISSÃO DE PROMOÇÃO/CONSUPOL/PC/RO.

IV - Excluir o nome do servidor Delegado de Polícia 1ª Classe DENNIS ANTONIO LEITE BORGES do ANEXO ÚNICO da Portaria 001/2015 – COMISSÃO DE PROMOÇÃO/CONSUPOL/PC/RO.

V – Retificar o quantitativo de aptos para ascender à 2ª Classe no cargo de Delegado de Polícia;
- Onde se lê : APTOS = 27(vinte e sete);
- Leia-se: APTOS = 25(vinte e cinco).

VI – Retificar o quantitativo de aptos para ascender à 2ª Classe no cargo de Técnico em Necropsia;
- Onde se lê : APTOS = 03(tres);
- Leia-se: APTOS = 02(dois).

Porto Velho-RO, 09 de MARÇO de 2015.

Túlio Anderson Rodrigues da Costa
Presidente

Celso de Sousa Santos
Membro

Samir Fouad Aboud
Membro

Polícia Militar

**PORTARIA Nº. 016/DP-3,
DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

**Dispõe sobre Licenciamento “Ex-Offício” de
Praça PM e dá outras providências.**

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando que o **CB PM RE 100007296-2 SILVIO STANLEY TALHARI**, foi desligado do Curso de Formação de Sargento (CFS/2014), conforme Termo de Desligamento do Curso de Formação de Sargento (CFS/2014), datado de 09 de janeiro

de 2015, encaminhado a esta Diretoria, através do Ofício nº 060/Dpto de Ensino/CRH, de 03 de março de 2015,

Considerando que **CB PM RE 10007296-2 SILVIO STANLEY TALHARI**, foi empossado em cargo público civil permanente, conforme Termo de Posse do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para exercer o cargo de Analista Judiciário II (Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador), datado de 09 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Licenciar “Ex-Offício” o **CB PM RE 10007296-2 SILVIO STANLEY TALHARI**, do serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, de acordo com o inciso V do artigo 89, combinado com o Inciso II do Art. 112 do Decreto-Lei nº. 09-A, de 09 de março de 1982, por haver sido empossado em cargo público civil permanente, conforme Termo de Posse do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, datado de 09 de janeiro de 2015, para exercer o cargo de Analista Judiciário II (Especialidade: Oficial de Justiça Avaliador), nomeado pelo Ato nº 1252/2014, de 10 de Dezembro de 2014, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 15/12/2014, publicado no dia 16/12/2014, nos termos do Art. 70, item XXIV, da Lei Complementar, nº 17, de 23/01/97, publicada no Diário Oficial de 15/04/97 (Dispõe sobre a Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas), conforme requerido na Informação nº 002/Div Adm/2º BPM, de 12/01/2015, encaminhada a esta Diretoria através do Ofício nº 020/Div. Adm/2º BPM, de 12 de janeiro de 2015.

Art. 2º Determinar ao Comandante do 2º BPM, que desligue o referido Policial Militar do estado de efetivo daquela OPM.

Art. 3º Determinar à Diretoria de Pessoal a remessa de uma via desta Portaria à SESDEC para providenciar junto à Folha de Pagamento a cessação dos seus vencimentos, nos termos do art. 5º da Lei nº. 1.063/2.002,

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a contar de 09 de janeiro de 2015.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

**PORTARIA Nº 040/DP-3,
DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

Dispõe sobre Exclusão a Bem da Disciplina de Praça PM e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando os termos do Decreto nº 19.303, de 05 de novembro de 2014, que negou provimento ao recurso interposto pelo **CB PM RE 10005353-8 ILTON FREZZE DA SILVA** publicado no Diário Oficial do Estado nº 2576, de 05 de novembro de 2014, que manteve a decisão exarada por meio da Portaria nº 0174/CORREGEPOM/2013, de 23 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2317, de 10/10/2013, a qual impôs a pena de Exclusão a Bem da Disciplina do

CB PM RE 10005353-8 ILTON FREZZE DA SILVA, constantes do Conselho de Disciplina, com RGF nº 13.03.2571, instaurado pela Portaria nº 032/CORREGEPOM/2013, de 14/02/2013, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2165, de 28/02/2013, encaminhado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 00617/ Depto. Correição/ CORREGEPOM-2014, de 17 de outubro de 2014.

Considerando a Retificação do referido Decreto, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2597, de 04 de dezembro de 2014, encaminhada a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 0657/ Depto. Correição/ CORREGEPOM-2014, de 10 de dezembro de 2014.

Considerando a Retificação do referido Decreto, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2634, de 03 de fevereiro de 2015, encaminhada a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 0012/ Depto. Correição/ CORREGEPOM-2015, de 14 de janeiro de 2015.

Considerando a Retificação do referido Decreto, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2648, de 26 de fevereiro de 2015, encaminhada através do Ofício nº 112/2015/COTEL, de 26 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Excluir a Bem da Disciplina o **CB PM RE 10005353-8 ILTON FREZZE DA SILVA**, do serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, de acordo com Inciso VI do Artigo 89, e Inciso III do Artigo 115 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982 (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA), em cumprimento aos termos do Decreto nº 19.303, de 05 de novembro de 2014, que negou provimento ao recurso interposto pelo referido graduado, publicado no Diário Oficial do Estado nº 2576, de 05 de novembro de 2014,

Art. 2º Determinar ao Comandante do 4º BPM, que apresente o referido policial militar à Junta Militar de Saúde, para ser submetido à inspeção de saúde por motivo de exclusão do Quadro de Praça da PMRO.

Art. 3º Determinar ao Comandante do 4º BPM, que desligue o referido policial militar do estado efetivo daquela OPM.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Pessoal a remessa de uma via desta portaria à SESDEC, para providenciar junto a Folha de Pagamento a cessação dos seus vencimentos, nos termos do Art. 5º da Lei nº 1063/2002.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

**PORTARIA Nº 046/DP-3,
DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

Dispõe sobre Licenciamento “Ex-Offício” de Praça PM e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando que o **CB PM RE 10007128-1 ELIZEU ADRIANO MACHADO**, encontrava-se afastado temporariamente das funções policiais militares, para frequentar o Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso – Investigador de Polícia, com início o dia 20 de outubro de 2014, conforme Portaria nº 647/DP-3, de 08/12/2014, publicada em Diário Oficial do Estado nº 2599, de 08/12/2014,

Considerando que o **CB PM RE 10007128-1 ELIZEU ADRIANO MACHADO**, apresentou-se em sua subunidade de lotação, do 3º BPM, na data de 30 de dezembro de 2014, a fim de retornar suas funções policiais militares, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015,

Considerando que o **CB PM RE 10007128-1 ELIZEU ADRIANO MACHADO**, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 584/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, conforme requerido na Informação do 3º BPM, datada de 26/01/2015, encaminhada a esta Diretoria através do Ofício nº 090/RH/Div Adm/3º BPM, de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Restabelecer os vencimentos do **CB PM RE 10007128-1 ELIZEU ADRIANO MACHADO**, a contar de 30 de dezembro de 2014 a 26 de janeiro de 2015, por ter retornado as funções policiais militares ao Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015.

Art. 2º Licenciar “Ex-Offício” o **CB PM RE 10007128-1 ELIZEU ADRIANO MACHADO**, do serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, de acordo com o inciso V do artigo 89, combinado com o Inciso II do Art. 112 do Decreto-Lei nº. 09-A, de 09 de março de 1982, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 584/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, com Homologação do Resultado Final, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de dezembro de 2014, nomeado através do Ato Governamental nº 24264/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 2014.

Art. 3º Determinar ao Comandante do 3º BPM, que desligue o referido Policial Militar do estado de efetivo daquela OPM.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Pessoal a remessa de uma via desta Portaria à SESDEC para providenciar junto a Folha de Pagamento a cessação definitiva dos seus vencimentos, nos termos do art. 5º da Lei nº. 1063/2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a contar de 26 de janeiro de 2015.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

**PORTARIA Nº 047/DP-3,
DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

Dispõe sobre Licenciamento “Ex-Offício” de Praça PM e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando que o **SD PM RE 10008309-7 JAILTON RODRIGUES PORTO**, encontrava-se afastado temporariamente das funções policiais militares, para frequentar o Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso – Investigador de Polícia, com início o dia 20 de outubro de 2014, conforme Portaria nº 528/DP-3, de 23/10/2014, publicada em Diário Oficial do Estado nº 2577, de 06/11/2014,

Considerando que o **SD PM RE 10008309-7 JAILTON RODRIGUES PORTO**, apresentou-se em sua subunidade de lotação, do 3º BPM, na data de 30 de dezembro de 2014, a fim de retornar suas funções policiais militares, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015.

Considerando que o **SD PM RE 10008309-7 JAILTON RODRIGUES PORTO**, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 590/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, conforme requerido na Informação do 3º BPM, datada de 26/01/2015, encaminhada a esta Diretoria através do Ofício nº 091/RH/Div Adm/3º BPM, de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Restabelecer os vencimentos do **SD PM RE 10008309-7 JAILTON RODRIGUES PORTO** a contar de 30 de dezembro de 2014 a 26 de janeiro de 2015, por ter retornado as funções policiais militares ao Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015.

Art. 2º Licenciar “Ex-Offício” o, do serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, de acordo com o inciso V do artigo 89, combinado com o Inciso II do Art. 112 do Decreto-Lei nº. 09-A, de 09 de março de 1982, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no

Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 590/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, com Homologação do Resultado Final, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de dezembro de 2014, nomeado através do Ato Governamental nº 24264/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 2014.

Art. 3º Determinar ao Comandante do 3º BPM, que desligue o referido Policial Militar do estado de efetivo daquela OPM.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Pessoal a remessa de uma via desta Portaria à SESDEC para providenciar junto à Folha de Pagamento a cessação definitiva dos seus vencimentos, nos termos do art. 5º da Lei nº. 1063/2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a contar de 26 de janeiro de 2015.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

PORTARIA Nº 048/DP-3,
DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre Licenciamento “Ex-Offício” de Praça PM e dá outras providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando que o **SD PM RE 10009412-1 FELIPE SOLÉ TEIXEIRA**, encontrava-se afastado temporariamente das funções policiais militares, para frequentar o Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso – Investigador de Polícia, com início o dia 20 de outubro de 2014, conforme Portaria nº 646/DP-3, de 08/12/2014, publicada em Diário Oficial do Estado nº 2599, de 08/12/2014,

Considerando que o **SD PM RE 10009412-1 FELIPE SOLÉ TEIXEIRA**, apresentou-se em sua subunidade de lotação, do 3º BPM, na data de 30 de dezembro de 2014, a fim de retornar suas funções policiais militares, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015.

Considerando que o **SD PM RE 10009412-1 FELIPE SOLÉ TEIXEIRA**, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 583/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, conforme requerido na Informação do 3º BPM, datada de 26/01/2015, encaminhada a esta Diretoria através do Ofício nº 092/RH/Div Adm/3º BPM, de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Restabelecer os vencimentos do **SD PM RE 10009412-1 FELIPE SOLÉ TEIXEIRA**, a contar de 30 de dezembro de 2014 a 26 de janeiro de 2015, por ter retornado as funções policiais militares ao Quadro de Praças da Polícia Militar do Estado de Rondônia, após o término do Curso de Formação de Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso, informado a esta Diretoria de Pessoal, através do Ofício nº 047/RH/Div. Adm/3º BPM, de 20/01/2015.

Art. 2º Licenciar “Ex-Offício” o **SD PM RE 10009412-1 FELIPE SOLÉ TEIXEIRA**, do serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Rondônia, de acordo com o inciso V do artigo 89, combinado com o Inciso II do Art. 112 do Decreto-Lei nº. 09-A, de 09 de março de 1982, foi empossado em cargo público civil permanente, para exercer o cargo de Investigador de Polícia, por ter sido aprovado no Concurso Público, a contar de 26 de janeiro de 2015, conforme Termo de Posse nº 583/2015/Gerência de Provimento, Manutenção e Monitoramento/Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Polícia Judiciária Civil, do Estado do Mato Grosso, com Homologação do Resultado Final, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de dezembro de 2014, nomeado através do Ato Governamental nº 24264/2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 2014.

Art. 3º Determinar ao Comandante do 3º BPM, que desligue o referido Policial Militar do estado de efetivo daquela OPM.

Art. 4º Determinar à Diretoria de Pessoal a remessa de uma via desta Portaria à SESDEC para providenciar junto à Folha de Pagamento a cessação definitiva dos seus vencimentos, nos termos do art. 5º da Lei nº. 1063/2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a contar de 26 de janeiro de 2015.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

PORTARIA Nº 054/DP-3,
DE 09 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre Agregação de Praça PM e dá Outras Providências.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 10, e inciso XX do artigo 12, combinado com Inciso I, do Artigo 8º, Artigo 13, e inciso I do artigo 14 do Regulamento Geral da PMRO (R/1), aprovado pelo Decreto-Lei nº 12.722, de 13 de março de 2007,

Considerando que foi decretada pela Justiça Estadual Comum, a Prisão do **3º SGT PM RE 10005278-0 JOSÉ VITORINO DE LIMA**, em cumprimento a Guia de Recolhimento de Preso nº 751/2015 (IP nº 733/2015), de 28 de fevereiro de 2015, expedida pelo Plantão de Polícia – Central de Flagrantes/Polícia Civil, da Comarca de Porto Velho-RO, encaminhado a esta Diretoria através do Ofício nº 160/Seç Corr./CCORPM, de 03 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Agregar o **3º SGT PM RE 10005278-0 JOSÉ VITORINO DE LIMA**, ao Quadro de Praças da Polícia Militar, conforme a letra “i” do inciso IV, do § 1º do Art. 79 do Decreto-Lei nº 09-A, de 09 de março de 1982, por ter sido recolhido ao Complexo de Correição da Polícia Militar do Estado de Rondônia, na data de 28 de fevereiro de 2015, permanecendo à disposição da Justiça Estadual Comum.

Art. 2º Passá-lo à condição de adido ao 5º BPM, para fins de controle e escrituração de alteração, enquanto permanecer nessa situação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 28 de fevereiro de 2015.

GERALDO ELISIO LÊDA DE ATAÍDE– CEL PM
Respondendo pelo Comando Geral da PMRO

Nilton Gonçalves Kisner - TC QOPM
Diretor de Pessoal

DETRAN

PORTARIA Nº 965/GAB/DETRAN-RO
EM 04.03.2015.

ADIRETORA GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, art. 22 e seus incisos;

Considerando as decisões prolatadas nos Autos do Processo nº 0011432-76.2013.822.0000 (Ação Cautelar Inominada) e 0000195-11.2014.822.0000 (Dissídio Coletivo de Greve), que julgou improcedentes os pedidos formulados pelo Sindicato dos Servidores do DETRAN.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para comporem sem ônus, Comissão com a finalidade de realizar levantamento dos servidores que aderiram à greve, dias de falta, horas e/ou valores a serem compensados, bem como sugestão de atividades como forma de compensação, conforme cargo, lotação e setor, forma a de execução e fiscalização do cumprimento das horas e levantamento dos custos x benefícios para implantação do procedimento.

· Alexandre Lopes Machado –
Matrícula nº 300091115
· Ramon Marcelo Barbosa dos Santos –
Matrícula nº 300097433
· Ronaldo de Sousa Savaris –
Matrícula nº 300097504

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, estabelecendo o prazo de 07 (sete) dias para a conclusão dos trabalhos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Antônio Manoel Rebello Chagas
Diretora Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 982/GAB/DETRAN-RO
EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.696/2015 de 12.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Psicológica Especial, para realização de Exames

de Sanidade Física e Mental em JOÃO MARIA DOS SANTOS, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 803659 SESDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 288.050.892-49, residente no Município Rolim de Moura/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os psicólogos infrarrelacionados para comporem a referida junta psicológica no Município de Rolim de Moura/RO:

- LETICIA FULANETI CARVALHO – CRP: 12765/RO;
- VALDELICE TEIXEIRA DA SILVA OLIVEIRA – CRP: 20/04169/RO;
- ADRIANA TELES DE CARVALHO – CRP: 10219/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 983/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.697/2015 de 12.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOAS DUTRA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 2074703 SSP/MG, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 432.897.706-72, residente no Município Ji-Paraná/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Ji - Paraná/RO:

- LEVINDO CUSTÓDIO PRIMO – CRM: 112/RO;
- ANTÔNIO ALVES MADRUGA – CRM: 443/RO;
- JAKUES MENDONÇA RIBEIRO – CRM: 354/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 984/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.759/2015 de 13.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSIANE DE LIMA SILVA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 46658467-2 SSP/SP, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 386.265.088-08, residente no Município Pimenta Bueno/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Pimenta Bueno/RO:

- LAÉRCIO APARECIDO SANTIAGO – CRM: 159/RO;
- ESTÁQUIO CASTRO MELO – CRM: 203/RO;
- STÊNIO EMANUEL SALVIANO DE MACEDO – CRM: 3091/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 985/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.761/2015 de 13.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em EDUARDO DOS SANTOS LIMA,

portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 875514 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 529.881.122-15, residente no Município Porto Velho/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO:

- FRANCISCO XAVIER PARENTE – CRM: 216/RO;
- ROSA ALVES BRAGA OLIVEIRA – CRM: 542/RO;
- SIDRÔNIO TIMÓTEO DA SILVA – CRM: 184/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 986/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.760/2015 de 13.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em WILSON DE ABREU SALOMÃO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 279530 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 260.491.712-20, residente no Município Cacoal/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Cacoal/RO:

- MÁRCIO UMINO – CRM: 1406/RO;
- EDSON UMINO – CRM: 2000/RO;
- ESTÁQUIO DE CASTRO MELO – CRM: 203/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 987/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.980/2015 de 23.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em VALQUIMAR DIAS DE OLIVEIRA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 733595 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 716.643.272-15, residente no Município Espigão do Oeste/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Espigão do Oeste/RO:

- EDSON UMINO – CRM: 2000/RO;
- MÁRCIO UMINO – CRM: 1406/RO;
- STÊNIO EMANUEL SALVIANO DE MACEDO – CRM: 3091/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 988/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.983/2015 de 23.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSÉ DIAS DA SILVA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 82657 SSP/RO,

inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 084.716.902-25, residente no Município Porto Velho/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO:

- CLÁUDIO DE PAULA – CRM: 824/RO;
- FRANCISCO XAVIER PARENTE – CRM: 216/RO;
- SEBASTIÃO FERREIRA CAMPOS – CRM: 557/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 989/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.892/2015 de 23.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em RONALDO OLIVEIRA VELOSO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 000865726 SEDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 839.259.022-87, residente no Município Ji - Paraná/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Ji - Paraná/RO:

- LEVINDO CUSTÓDIO PRIMO – CRM: 112/RO;
- ANTÔNIO ALVES MADRUGA – CRM: 443/RO;
- JAQUES MENDONÇA RIBEIRO – CRM: 354/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 990/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.979/2015 de 23.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSÉ CARLOS TEODORIO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 381402 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 349.023.412-04, residente no Município Alto Paraíso/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Alto Paraíso/RO:

- IVAN DA COSTA VELHO – CRM: 145/RO;
- ROBERTO CARVALHO MUSSI FOGALI – CRM: 370/RO;
- IZAUMI DIAS DE CASTRO – CRM: 945/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 991/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.982/2015 de 23.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em ASSIS JULIO DO NASCIMENTO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 544169 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 635.179.222-34, residente no Município Porto Velho/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO:

- VICTOR JESUS VILLAR JUSTINIANO – CRM: 441/RO;
- SEBASTIÃO FERREIRA CAMPOS – CRM: 557/RO;
- ROSA ALVES BRAGA OLIVEIRA – CRM: 542/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 992/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.981/2015 de 23.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em PETRONILDO ALVES NASCIMENTO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 11315 SEDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 035.713.002-20, residente no Município Porto Velho/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO:

- SPENCER VAICIUNAS – CRM: 2589/RO;
- KARLANOCRATO L. VAICIUNAS – CRM: 2590/RO;
- SERGIO DE ALMEIDA BASANO – CRM: 1253/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 993/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.900/2015 de 20.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Psicológica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSÉ LIVERSINO MIRANDA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 00000134472 SEDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 559.792.622-53, residente no Município Ariquemes/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os psicólogos infrarrelacionados para comporem a referida junta psicológica no Município de Ariquemes/RO:

- ALESSANDRA BARRETO MOREIRA – CRP: 20/1828;
- MARIA CRISTINA ROMAN SOARES – CRP: 20/313;
- EDI DE OLIVEIRA – CRP: 20/0936;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 994/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.897/2015 de 20.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSÉ JUSTINO DE LIMA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 000636733 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 653.640.662-15, residente no Município Vilhena/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Vilhena/RO:

- RICARDO MARIM D'IGLESIAS VIEIRA – CRM: 1604/RO;
- RAFAEL ALBUQUERQUE – CRM: 1985/RO;
- ROBERTO MITSUAKI NAGANO – CRM: 201/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 995/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.401/2015 de 04.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JOSÉ CARLOS DE SOUZA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 325798 SESEDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 759.109.262-68, residente no Município Seringueiras/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Seringueiras/RO:

- JOÃO BATISTALOURENÇO DE MACEDO – CRM: 963/RO;
- AELVIA DE JESUS BORGES – CRM: 946/RO;
- JOHNNY RODRIGUES DA SILVA – CRM: 2054/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 996/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.895/2015 de 20.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em JORGE LUIZ FERNANDES SCHLEE, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 083034322 IFP/RJ, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 483.393.937-15, residente no Município Cacoal/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Cacoal/RO:

- ANYZABEL LIBERALINO MARTINS – CRM: 2006/RO;
- MÁRCIO UMINO – CRM: 1406/RO;
- EDSON UMINO – CRM: 2000/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 997/GAB/DETRAN-RO EM 04.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.569/2015 de 09.02.2015;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Psicológica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em DILMA CENTURIAO DE OLIVEIRA SANTANA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 339772 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 243.439.862-68, residente no Município Pimenta Bueno/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os psicólogos infrarrelacionados para comporem a referida junta psicológica no Município de Pimenta Bueno/RO:

- VANESSA YAMAGUCHI SANCHES – CRP: 20/5484;
- GIUSEPPE RINO SALIERNO – CRP: 20/0332;
- CRISTIANE ALÉSSIO PEREIRA DA COSTA – CRP: 20/3945;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 1003/GAB/DETRAN-RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº. 369, de 22.02.2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando o Parecer nº 04/2015/CPF/DETRAN-RO, de 24.02.2015;

Considerando o que consta no Relatório de Progressão Funcional dos Servidores do DETRAN-RO da Comissão de Progressão Funcional, conforme consta no Processo Administrativo nº 1.305/2014/DETRAN-RO de 28.01.2014, e em atendimento ao disposto no Art. 17 da Lei Estadual nº. 1.638/2006, que dispõe sobre a reestrutura e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RO;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER, progressão funcional dos servidores deste Departamento Estadual de Trânsito, conforme Anexo I desta Portaria, nos termos da Lei Estadual nº. 1.638, de 08.06.2006.

Art. 2º - Fica aberto o prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação desta portaria para que o servidor, achando-se prejudicado, possa contestar o referido enquadramento, peticionando através de requerimento a Direção Geral que analisará e julgará o recurso.

Art. 3º - Procedam-se os demais registros e anotações funcionais de estilo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto
DETRAN/RO

ANEXO I

MATRÍCULA	NOME	ADMISSÃO	LOTAÇÃO	CARGO	MÉDIA DE PONTOS	%	CLASSE/REFERENCIA ATUAL	NOVA
300092631	LUCIANO DOS SANTOS ALMEIDA	05/11/2009	PIMENTA BUENO	AGENTE ADMINISTRATIVO	34	85	1ª B	1ª C
300092695	DEODECLER MEDIUM GUERRA	10/11/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	35	88	1ª B	1ª C
300092895	SILVANA CRISTIANA DOS SANTOS	16/11/2009	BURITIS	AUX. ADMINISTRATIVO	39	98	1ª B	1ª C
300092802	VALDENILDO DE JESUS MIRANDA	17/11/2009	MACHADINHO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	39	97	1ª B	1ª C
300092908	FLAVIA LEMOS FELICIO	19/11/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	36	91	1ª B	1ª C
300092890	LAUDELIN DE OLIVEIRA GAMA	19/11/2009	PORTO VELHO	AGENTE DE TRÂNSITO	34	84	1ª B	1ª C
300092806	EDINAMAR LIMA DA SILVA	19/11/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300092818	LUANA RAMOS DOS SANTOS	18/11/2009	OURO PRETO D'OESTE	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300092704	MARIA LILIAN FAUSTINO	19/11/2009	MIRANTE DA SERRA	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	99	1ª B	1ª C
300092694	ADILSON RODRIGUES	19/11/2009	SANTA LUZIA D'OESTE	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	39	97	1ª B	1ª C
300092723	LEONARDO FERREIRA DA SILVA	20/11/2009	BURITIS	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	40	100	1ª B	1ª C
300092714	APARCIO MALINOWSKI	20/11/2009	OURO PRETO D'OESTE	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300092767	DOUGLAS DA SILVA TAVARES	20/11/2009	OURO PRETO D'OESTE	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300092884	PRISCILA OKADA	20/11/2009	OURO PRETO D'OESTE	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300092826	JULIO CESAR GONÇALVES	20/11/2009	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	37	92	1ª B	1ª C
300092725	MARIA IRIS CRISTINA BARROS	23/11/2009	BURITIS	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	40	100	1ª B	1ª C
300092905	SINTIA ROSSATO DE OLIVEIRA	23/11/2009	MACHADINHO	AUX. ADMINISTRATIVO	37	93	1ª B	1ª C
300092922	REINALDO ALVES DE SOUZA	23/11/2009	PIMENTA BUENO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	38	95	1ª B	1ª C
300092929	OZANIRA ROZENO NETA	23/11/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	36	91	1ª B	1ª C

300092927	RENAN DIEGO OLIVEIRA ALCANTARA	24/11/2009	PORTO VELHO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	36	91	1ª B	1ª C
300092926	ELIENAI PEREIRA DO NASCIMENTO	24/11/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	32	79	1ª B	1ª C
300092935	EVALDO DE OLIVEIRA SILVA	24/11/2009	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	AGENTE DE TRÂNSITO	33	83	1ª B	1ª C
300092931	DAIANE SILVA SOUZA CARVALHO	25/11/2009	CAOAL	AGENTE ADMINISTRATIVO	39	99	1ª B	1ª C
300093385	SUELEN DOS SANTOS CORTEZ	25/11/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	38	94	1ª B	1ª C
300092925	CRISTIANE DE SOUZA ALVES LACERDA	25/11/2009	NOVA UNIÃO	AUX. ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300092940	EDNA ANDRADE DA SILVA	25/11/2009	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	35	88	1ª B	1ª C
300092942	SILVIA JULIA DA SILVA	25/11/2009	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	AUX. EM FISCALIZAÇÃO	36	89	1ª B	1ª C
300093070	FLAVIA TENORIO DE MATOS	26/11/2009	PIMENTA BUENO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	37	92	1ª B	1ª C
300093401	MARCOS SILVEIRA DA SILVA	27/11/2009	MINISTRO ANDREA ZAZA	AGENTE DE TRÂNSITO	39	98	1ª B	1ª C
300093392	TAINA CRISTINA GOMES PEREIRA	27/11/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	36	90	1ª B	1ª C
300093940	ANA PAULA COSTA E SILVA	02/12/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	36	91	1ª B	1ª C
300093625	JOSE NILDA ALMEIDA DE BARROS	02/12/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	36	90	1ª B	1ª C
300093933	MANSULENA CARLA FABRIS	15/12/2009	GUAJARA MIRIM	AGENTE ADMINISTRATIVO	37	92	1ª B	1ª C
300093947	SUELI DE PAULA BARBOSA VENTURA	17/12/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	36	90	1ª B	1ª C
300094253	SUELI SILVA DE OLIVEIRA	21/12/2009	PORTO VELHO	PEDAGOGA	36	90	1ª B	1ª C
300093895	MIRLEY SUELEM ANDRADE	21/12/2009	OURO PRETO D'OESTE	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300093950	MARCILENE DE ALMEIDA ALBUQUERQUE	21/12/2009	PIMENTA BUENO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	36	91	1ª B	1ª C
300093961	RENATA AMODEO SOUZA	22/12/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300093958	VINICIUS DOS SANTOS GAMA	23/12/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	39	98	1ª B	1ª C
300093959	ALEX LABORDA DE OLIVEIRA	23/12/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300093963	JOSE EDIMILSON SALGUEIRO	28/12/2009	CUJUBIM	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300094255	EDENYR ALBINO	28/12/2009	PORTO VELHO	AGENTE DE TRÂNSITO	40	99	1ª B	1ª C
300093965	SAMUEL MASTERSON DE MELO	28/12/2009	VILHENA	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300094036	IGHOR TEIXEIRA DE CASTRO	29/12/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300072771	LUCIANA LOBATO DA SILVA	16/01/2008	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	37	94	1ª B	1ª C
		03/12/2012						
300072608	DIONES CEZAR PEREIRA FUENTES	17/01/2008	CAOAL	AUX. ADMINISTRATIVO	26	64	1ª B	1ª C
300082212	SUELY TAVARES ROSA	05/01/2009	CAOAL	AUX. ADMINISTRATIVO	34	86	1ª B	1ª C
300087912	CAIO CESAR ESTEVES LOPES	19/05/2009	PORTO VELHO	AUX. ADMINISTRATIVO	38	94	1ª B	1ª C
300088185	PHILIPPE DIONISIO MENDONÇA	19/05/2009	PORTO VELHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	40	100	1ª B	1ª C
300088111	RAPHAEL ERIK FERNANDES DE ARAUJO	21/05/2009	PORTO VELHO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	40	100	1ª B	1ª C
300093955	JOE ARAUJO DOS SANTOS	23/12/2009	PORTO VELHO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	38	94	1ª B	1ª C
300093956	ELDER NOGUEIRA DA SILVA	23/12/2009	PORTO VELHO	AUX. EM FISC. DE TRÂNSITO	37	93	1ª B	1ª C

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto
DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1004/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 22 da Lei Complementar n. 369, de 22.02.2007 c/c o inciso VI, Art. 22 da lei nº. 9.503, de 23.09.1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e;

Considerando o disposto no inciso II do artigo 3º, c/c artigos 8º e 9º, todos da Resolução 182/2005-CONTRAN e demais dispositivos correlatos, e;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 14.631/2.011, de 08.12.2011;

R E S O L V E:

Art. 1º - INSTAURAR – Processo Administrativo para apurar responsabilidade do(a) condutor(a) LEONARDO VIEIRA INÁCIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o nº. 945.267.702-30 e Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº. 626479114, registro sob o nº. 04159382995, devidamente qualificado (a) nos autos *ut supra*, por inobservância ao(s) artigo(s) 165 e 175 da Lei nº. 9.503/97 (CTB), ocorrido no dia 25.11.2011, no Município de Ji-Paraná/RO, conforme Auto(s) de Infração de Trânsito – AIT nº. 10B0039088 e 10B0039087; Termo de Adoção de Medida Administrativa – TAMA nº. 116137 e tudo o que demais consta no bojo dos referidos autos.

Art. 2º - DETERMINAR a Diretoria Executiva de Habilitação, Medicina e Educação de Trânsito - DHMET adoção de medidas cabíveis quanto ao registro das informações no Sistema Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e outras que se fizerem necessárias, bem como NOTIFICAR o condutor(a) da referida instauração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.REGISTRE-SE.CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1005/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso V do art. 22 da Lei Complementar n. 369, de 22.02.2007 c/c o inciso VI, Art. 22 da lei nº. 9.503, de 23.09.1997 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, e;

Considerando o disposto no inciso II do artigo 3º, c/c artigos 8º e 9º, todos da Resolução 182/2005-CONTRAN e demais dispositivos correlatos, e;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 7.036/2.013, de 24.04.2013;

R E S O L V E:

Art. 1º - INSTAURAR – Processo Administrativo para apurar responsabilidade do(a) condutor(a) GLEIDSON GOMES MARQUES, inscrito(a) no Cadastro de

Pessoas Físicas – CPF/MF sob o nº. 798.735.962-91 e Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº. 405601956, registro sob o nº. 04892421446, devidamente qualificado (a) nos autos *ut supra*, por inobservância ao(s) artigo(s) 175 da Lei nº. 9.503/97 (CTB), ocorrido no dia 04.04.2015, no Município de Seringueiras/RO, conforme Auto(s) de Infração de Trânsito – AIT nº. 10B0205725; Termo de Adoção de Medida Administrativa – TAMA nº. 95903 e tudo o que demais consta no bojo dos referidos autos.

Art. 2º - DETERMINAR a Diretoria Executiva de Habilitação, Medicina e Educação de Trânsito - DHMET adoção de medidas cabíveis quanto ao registro das informações no Sistema Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e outras que se fizerem necessárias, bem como NOTIFICAR o condutor(a) da referida instauração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.REGISTRE-SE.CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1006/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e;

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 3.665, de 14.03.2014;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

R E S O L V E

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento da empresa Concessionária MASTTER MOTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E MOTOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia MASTTER MOTO inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.980.495/0003-36, situada na Rua Alexandre Guimarães, nº. 8138 – Tancredo Neves, no Município de Porto Velho/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1007/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 8.423/2.007, de 24.09.2007;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento da empresa Concessionária COMETA CENTER CAR VEÍCULOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia COMETA CENTER CAR inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.909.411/0001-18, situada na Avenida Capitão Silvío, nº. 2290 – Setor de Grad Areas, no Município de Ariquemes/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1008/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 12.611/2.013, de 24.07.2013;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento da empresa Concessionária MERCANTIL CANOPUS COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA, estabelecida com o nome fantasia CANOPUS MOTOS inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.974.456/0010-79, situada na Avenida Major Amarante, nº. 3100 – Centro, no Município de Vilhena/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1009/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 10.664/2.008, de 29.09.2008;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento da empresa Concessionária TIGRÃO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia TIGRÃO inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.880.596/0001-85, situada na Avenida Transcontinental, nº. 3004 – Bairro Jardim Aurélio Bernardi, no Município de Ji-Paraná/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1010/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 8.068/2.009, de 23.07.2009;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento da empresa Concessionária TIGRÃO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia TIGRÃO VEÍCULOS inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.880.596/0002-66, situada na Rodovia BR 364, nº. 2290 – Apoio Rodoviário, no Município de Ariquemes/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1011/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 239/2.013, de 03.01.2013;

RESOLVE

Art. 1º - CANCELAR com fundamento no Despacho nº. 163/2015/DEHMET/DETRAN-RO (fls. 23) e Nota Técnica nº. 1277/2015/GAB/DETRAN/RO (fls. 24) constantes nos autos do processo supracitado, a Permissão para Dirigir - PPD nº 626428624, Registro sob o nº. 05592150269, em nome de JADIR NUNES DE ASSUNÇÃO, Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 18254136 SSP/MT, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o nº. 016.789.971-61.

Art. 2º - DETERMINAR a Diretoria Executiva de Habilitação, Medicina e Educação de Trânsito - DHMET adoção de medidas cabíveis quanto ao registro das informações no Sistema Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e outras que se fizerem necessárias, bem como NOTIFICAR o(a) condutor(a) da decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1012/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 20.454/2.013, de 09.12.2013;

RESOLVE

Art. 1º - CANCELAR com fundamento no Despacho nº. 350/2015/DEHMET/DETRAN-RO (fls. 25) e Nota Técnica nº. 1278/2015/GAB/DETRAN/RO (fls. 26) constantes nos autos do processo supracitado, a Permissão para Dirigir - PPD nº 818873633, Registro sob o nº. 05897179630, em nome de MAURÍCIO BRAVIN FRANULINO, Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 1190505 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o nº. 016.284.512-03.

Art. 2º - DETERMINAR a Diretoria Executiva de Habilitação, Medicina e Educação de Trânsito - DHMET adoção de medidas cabíveis quanto ao registro das informações no Sistema Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e outras que se fizerem necessárias, bem como NOTIFICAR o(a) condutor(a) da decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1013/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 8.165/2.010, de 14.07.2010;

RESOLVE

Art. 1º - CANCELAR com fundamento no Despacho nº. 276/2015/DEHMET/DETRAN-RO (fls. 28) e Nota Técnica nº. 1791/2015/GAB/DETRAN/RO (fls. 29) constantes nos autos do processo supracitado, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH nº 309963702, Registro sob o nº. 04685879090, em nome de VICTOR VINICIUS PEREIRA RABELO, Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 1119675 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob o nº. 000.917.792-27.

Art. 2º - DETERMINAR a Diretoria Executiva de Habilitação, Medicina e Educação de Trânsito - DHMET adoção de medidas cabíveis quanto ao registro



das informações no Sistema Nacional de Carteira de Habilitação – RENACH e outras que se fizerem necessárias, bem como NOTIFICAR o(a) condutor(a) da decisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 1014/GAB/DETRAN-RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.699/2015 de 12.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Psicológica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em DAVID DE LIMA SILVA, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 1361887 SESDEC/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 002.731.992-00, residente no Município Rolim de Moura/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os psicólogos infrarrelacionados para comporem a referida junta psicológica no Município de Rolim de Moura/RO:

- LETICIA FULANETI CARVALHO – CRP: 12765/RO;
- VALDELICE TEIXEIRA DA SILVA OLIVEIRA – CRP: 20/04169/RO;
- ADRIANA TELES DE CARVALHO – CRP: 10219/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 1015/GAB/DETRAN-RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.698/2015 de 12.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em YANA RIBEIRO DE SOUZA MONTEIRO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 37673259-3 SSP/SP, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 799.396.942-53, residente no Município Ji - Paraná/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Ji - Paraná/RO:

- LEVINDO CUTÓDIO PRIMO – CRM: 112/RO;
- VALDELY HELENA TALAMONTE – CRM: 1565/RO;
- JOÃO DURVAL RAMALHO TRIGUEIRO MENDES – CRM: 890/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 1016/GAB/DETRAN-RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.695/2015 de 12.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em RENATO HILARIO ATANAZIO, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 000471807 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 407.959.342-20, residente no Município Jaru/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Jaru/RO:

- RONALDO DE SOUZA CAVALCANTI – CRM: 882/RO;
- WANDERLEY ANTONIO DE ARAUJO – CRM: 218/RO;
- DANIEL DE ABREU GONÇALVES – CRM: 839/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº 1017/GAB/DETRAN-RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 369, de 22 de fevereiro de 2007, Art. 22 e seus incisos;

Considerando os autos do Processo Administrativo nº. 1.763/2015 de 13.02.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que seja composta Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em CELSO KLOOS, portador(a) da Cédula de Identidade Registro Geral – RG nº. 121631 SSP/RO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF sob nº. 065.644.452-53, residente no Município Cacoal/RO, candidato(a) a condutor(a) de veículos automotores.

Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Cacoal/RO:

- MÁRCIO UMINO – CRM: 1406/RO;
- EDSON UMINO – CRM: 2000/RO;
- ESTAQUIO DE CASTRO MELO – CRM: 203/RO;

Art. 3º - O prazo para a realização da Junta Médica que trata o Art. 1º desta portaria é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua emissão.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto do DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1018/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 7.547/2.006, de 23.11.2006;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento a empresa Concessionária RONGO MOTOS LTDA, estabelecida com nome fantasia RONGO MOTOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.615.541/0001-14, situada na Rua Fortaleza, nº. 2052 – Setor 03, no Município de Ariquemes/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1019/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 1.110/2.012, de 26.01.2012;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

RESOLVE

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento a empresa Concessionária IVEL VEÍCULOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia HONDA IVEL inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.652.767/0002-76, situada na Av. Jamari, nº. 2622 – Setor 01, no Município de Ariquemes/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1020/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 4.331/2.006, de 30.06.2006;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

R E S O L V E

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento a empresa Concessionária NISSEY MOTORS LTDA, estabelecida com o nome fantasia NISSEY MOTORS inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.996.600/0001-02, situada na Rua da Beira, nº. 7670 – Bairro Jardim Eldorado, no Município de Porto Velho/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1021/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 2.541/2.011, de 25.02.2011;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

R E S O L V E

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento a empresa Concessionária IVEL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, estabelecida com o nome fantasia IVEL MOTORS inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.228.779/0001-71, situada na Av. Transcontinental, nº. 2663 – Bairro 02 de Abril, no Município de Ji-Paraná/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

PORTARIA Nº. 1022/GAB/DETRAN/RO EM 05.03.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22 de fevereiro de 2007; e,

Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº. 1.963/2.012, de 23.02.2012;

Considerando os termos da Portaria nº. 345/GAB/DETRAN/RO de 07.03.2006, que Estabelece critérios para a realização de vistoria em veículos novos (OKM) pelas concessionárias autorizadas.

R E S O L V E

Art. 1º - RENOVAR até o dia 31.12.2015, o Credenciamento a empresa Concessionária ATRIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA – EPP, estabelecida com o nome fantasia CYGNUS VEÍCULOS inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.311.657/0003-43, situada na Rua da Beira, nº. 6060 – Bairro Floresta, no Município de Porto Velho/RO, para realizar vistoria em veículos novos (OKM).

Art. 2º - Remetam-se os autos a Diretoria Executiva de Operações para registro, controle e comunicações necessárias.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto DETRAN/RO

ERRATA Nº. 036/GAB/DETRAN-RO EM 26.02.2015.

O DIRETOR GERAL ADJUNTO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN/RO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 369, de 22.02.2007, Art. 22;

Considerando o despacho da Divisão Médica nº 107/2015/DIVMED/DETRAN de 03.03.2015, P.A nº 1.635/2015 de 10.02.2015;

CORRIGE em parte o teor da Portaria nº. 814/GAB/DETRAN-RO de 19.02.2015,

que compôs a Junta Médica Especial, para realização de Exames de Sanidade Física e Mental em ALEXANDRE SANTOS ARAÚJO.

Onde se lê:

...Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO...

- CAMILA GARCIA TEIXEIRA SOARES – CRM: 2140/RO;
- SIDRÔNIO TIMÓTEO DASILVA – CRM: 184/RO;
- SÉRGIO CARDOSO G. FERREIRA – CRM: 865/RO;

Leia-se:

...Art. 2º - Designar os médicos infrarrelacionados para comporem a referida junta médica no Município de Porto Velho/RO...

- CAMILA GARCIA TEIXEIRA SOARES – CRM: 2140/RO;
- SIDRÔNIO TIMÓTEO DASILVA – CRM: 184/RO;
- LEONARDO MOREIRA PINTO – CRM: 1998/RO;

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Antonio Manoel Rebello das Chagas
Diretor Geral Adjunto
DETRAN/RO

Secretaria de Estado de Justiça

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 2101.00531-00/2014

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela equipe técnica do Controle Interno da Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS;

Considerando que a despesa encontra-se de acordo com as normas aplicáveis da Administração Pública conforme **DECRETO N. 18.728, DE 27 DE MARÇO DE 2014, portanto, APTA** para ser homologada nos termos do Artigo 18.

DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas, determinando à Gerência de Administração e Finanças que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário (s) **MESAQUE ANTONIO DE ALMEIDA, NIVERCINDO BARROS DA SILVA, VALTER NOGUEIRA SANTOS, EDILSON APARECIDO M. FIGUEIREDO** no Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM.

Tornar Público a presente Homologação nos termos do **DECRETO 17.145** de 1º de outubro de 2012.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

PROCESSO: 2101.00173-00/2015

Considerando que o presente processo foi objeto de análise pela equipe técnica do Controle Interno da Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS;

Considerando que a despesa encontra-se de acordo com as normas aplicáveis da Administração Pública conforme **DECRETO N. 18.728, DE 27 DE MARÇO DE 2014, portanto, APTA** para ser homologada nos termos do Artigo 18.

DECIDO:

HOMOLOGAR a presente prestação de contas, determinando à Gerência de Administração e Finanças que proceda a baixa da responsabilidade do(s) beneficiário (s) **ANA CLEIA DOS ANJOS** no Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM.

Tornar Público a presente Homologação nos termos do **DECRETO 17.145** de 1º de outubro de 2012.

Defensoria Pública

Ata da 144ª (Centésima quadragésima quarta) Reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, reunido em Sessão Ordinária realizada no dia 06/03/2015.

Aos seis dias do mês de março do ano dois mil e quinze, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões da Sede da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, em Porto Velho/RO, reuniram-se o Conselheiro Nato e Presidente da sessão Dr. Antonio Fontoura Coimbra, Defensor Público-Geral do Estado; o Conselheiro Nato Dr. Constantino Gorayeb Neto, Corregedor-Geral do Estado; os Conselheiros Eleitos de Entrância Especial, Dr. Hélio Vicente de Matos e Dra. Liliana dos Santos Torres Amaral; os Conselheiros Eleitos de Terceira Entrância, Dr. Guilherme Luís de Ornelas Silva, e Dr. Eduardo Weymar; e o Presidente da Associação dos Membros da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

(Amdepro), Dr. André Vilas Boas Gonçalves. Ausente justificadamente os Conselheiros Marcus Edson de Lima, Subdefensor Público-Geral, e José Alberto Oliveira de Paula Machado, Conselheiro Eleito de Terceira Entrância, em razão do gozo regular de férias. O Presidente realizou a contagem de presentes e, **havendo quórum regimental (art. 71 do RI) com a presença inicial de seis conselheiros votantes**, declarou instalada e aberta a reunião. Passou-se, então, às matérias de **EXPEDIENTE**, na ordem fixada pelo art. 69 do RI do CSDPE/RO. **I. Verificação de ata (art. 74 do RI):** a ata da reunião nº 142 do Conselho Superior, ordinária realizada em 06/02/2015, foi publicada no DOE-RO nº 2638, de 09/02/2015; a ata da reunião nº 143 do Conselho Superior, extraordinária realizada em 26/02/2015, foi publicada na edição do DOE-RO de 27/02/2015; até o momento, não foram registradas impugnações a qualquer das atas na Secretaria-Geral. Nesta ocasião, o Presidente da AMDEPRO suscitou que no item 11 da 142 Reunião Ordinária do Conselho Superior, constou a divergência da AMDEPRO. No entanto, esclareceu que, na realidade, não houve divergência e sim concordância com o Relator e sugeriu a elaboração de resolução que disciplinasse regras gerais para a elaboração do plano de atuação. **II. Comunicações e requerimentos (art. 75 do RI).** **a)** A Secretaria Geral do Conselho Superior recebeu requerimento da Comissão do Concurso solicitando a inclusão do processo nº 255/2014, que trata do I concurso de servidores, a fim de que se altere o edital para prever a isenção para hipossuficientes pelo "CAD ÚNICO", ainda que não exista previsão na legislação estadual, sustentando-se na jurisprudência do TCE-RO, a fim de que se evite o adiamento do cronograma geral do certame. **Foi adiante a palavra aos representantes da comissão presentes os Defensores Públicos Dr. Rafael de Castro Magalhães e Dr. Rafael Miyajima.** Os Conselheiros presentes aprovaram a inclusão do processo em condição *extrapauta*, com fulcro no artigo 80, § 1º, do RICSDPE/RO, sendo identificado na ata mais à frente. **b)** outras comunicações e requerimentos: O Conselheiro Eduardo Weymar: 1) propôs que os pares analisem e apreciem a sugestão para que as reuniões deste colegiado sejam realizadas após as 13h00min, a fim de democratizar os debates e permitir a participação de todos os membros. 2) requereu esclarecimentos dos motivos pelos quais ainda não fora paga a ajuda de custo aos Defensores Públicos promovidos na reunião ordinária anterior, tendo em vista a expressa declaração de que havia orçamento suficiente para tanto. Por fim, requer seja efetuado o pagamento no mês corrente. 3) requereu também que, desde já, seja lançado o edital para a promoção de 02 (duas) vagas para a categoria da Terceira Entrância, tendo em vista a expressa declaração na ata da Reunião 142 de que seriam abertas tais vagas e que há orçamento para tanto. Após discussão da sugestão e requerimentos acima apresentados, o Colegiado deliberou, por maioria, estabelecer o horário das próximas reuniões para as 15h00min. Vencidos, no ponto, os Conselheiros Eduardo Weymar e Constantino Gorayeb Neto, que votavam pelas 14h00min. Quanto ao segundo requerimento, o Sr. Presidente esclareceu que as ajudas de custo ainda não foram pagas uma vez que a folha de pagamento já havia sido fechada. Acrescentou, ainda, se possível, determinará a inclusão do pagamento ainda neste mês. Quanto ao terceiro requerimento, o Sr. Presidente esclareceu que na

ata da reunião ordinária constou que a promoção ocorreria nos meses de março e/ou abril e que, inclusive, já determinou que a Secretaria-Geral deste Conselho providenciasse a elaboração dos expedientes necessários para a promoção e preenchimento da vaga existente na classe especial da carreira. O Conselheiro Eduardo Weymar requereu a retificação do item 3 de sua manifestação, passando a constar pedido que seja nomeado relator para elaboração do respectivo edital. **III. Relato sobre providências (art. 76 do RI).** **a)** na última reunião, em apreciação ao processo nº 381/2014, que trata de núcleos sem defensor público, foi determinado que providenciasse o levantamento de custos das unidades sem Defensor Público – a Secretaria-Geral solicitou os dados da Divisão de Planejamento; o processo foi também encaminhando para a Corregedoria-Geral a fim de que esta elaborasse documento sobre o funcionamento desses núcleos. Pela ordem, o Corregedor-Geral expos as providências estudos que estão sendo realizados por aquela Corregedoria-Geral. O Conselheiro Guilherme Luis lembrou que este colegiado já firmou entendimento no sentido de que é absolutamente vedado Assessor de Defensor Público realizar a função privativa de Defensor Público, de modo que, qualquer notícia de descumprimento dessa orientação, deve ser comunicada aos órgãos correccionais respectivos. O Conselheiro Nato, Corregedor-Geral, acrescentou que esta colhendo sugestões para tal assunto e que está tomando as providências legais para os casos de atuação indevida de assessores que estão atuando indevidamente. **b)** a Secretaria-Geral informou que, desde a última reunião ordinária, foram recebidos os seguintes novos procedimentos: (b1) autuação de nº 205/2015, que trata de solicitação de regulamentação da lotação dos assessores de defensor público, de proposição da AMDEPRO, distribuído automaticamente à relatoria do Conselheiro Guilherme Luís, que já recebeu os autos; (b2) autuação de nº 265/2015, projeto de resolução para alteração da resolução de plantão a fim de prever compensação, de proposição da AMDEPRO, distribuído automaticamente à relatoria do Conselheiro Eduardo Weymar, entregue os autos por ocasião desta reunião; (b3) autuação de nº 264/2015, consulta sobre o marco inicial de antecedência para alteração de férias, de proposição da Assessoria Jurídica da DPE-RO, distribuído automaticamente à relatoria do Conselheiro Marcus Edson de Lima, que ainda não recebeu os autos por estar em gozo de férias. **c)** em cumprimento à determinação no MOMENTO ABERTO da reunião nº 142, foi entregue à AMDEPRO cópia do processo judicial que resultou na promoção do Defensor Público Jorge Moraes à entrância especial e solicitado parecer da Assessoria Jurídica sobre a viabilidade de impugnação da ordem judicial; por se tratar de matéria de complexidade razoável, e que não demanda urgência, a Assessoria Jurídica solicitou maior prazo para análise adequada. **d)** o relator do procedimento nº 805/2014, Dr. Hélio Vicente de Matos, devolveu os autos do processo à Secretaria-Geral e solicitou que fossem enviados ao setor de Convênios a fim de juntar informações sobre o convênio que está sendo negociado com a UNIR para formatação de Plano de Desenvolvimento Institucional, e depois para a Assessoria Jurídica a fim de que avalie se este possui o mesmo objeto de um Plano de Atuação; por esse motivo, o procedimento não foi incluído em pauta. **e)** a Secretaria Geral recebeu da

AMDEPRO o relatório estatístico de processos da Defensoria Pública em trâmite no Tribunal de Justiça, matéria referente a estudo estatístico que o Colegiado determinou a realização para instruir o processo nº 765/2014, que regulamenta a entrância especial; entretanto, não houve tempo útil para encerrar o sobrestamento e incluir o procedimento em pauta desta reunião, conforme solicitou o presidente da AMDEPRO, em razão de a Secretaria Geral ter recebido a informação somente no dia 05/03/2015 às 11:55 horas, após o prazo regimental exigido de cinco dias úteis de antecedência (art. 65, parágrafo único, do regimento interno). **f)** foram devolvidos pela Divisão de Planejamento os processos nº 784/2014 (criação de auxílio) e nº 78/2014 (correção monetária de auxílios) com estudo de impacto financeiro e orçamentário; como os processos somente foram recebidos ao final do dia 05/03/2015, não foi possível movimentar os processos para inclusão na pauta desta reunião. **g)** a Divisão de Tecnologia e Informática ainda não concluiu a programação dos sistemas indicados no art. 119 do Regimento Interno (para publicação de atos normativos e para acompanhamento virtual dos processos); enquanto isso, a Secretaria Geral irá disponibilizar link público *on line* para acesso aos seus cadernos virtuais e lista de processos em andamento, distribuído à lista de e-mails cadastrados e a quem os solicite através do e-mail conselhosuperior@defensoria.ro.gov.br. **h)** ficou estabelecido na reunião nº 142, de 05/12/2014 (ata no DOE 2601, 10.12.2014), que a Secretaria Geral auxiliasse a relatoria do processo nº 167/2011, Dra. Lílina dos Santos Amaral, a elaborar minuta de resolução para regulamentar a formação de lista triplíce para o cargo de Ouvidor-Geral; o Secretário-Geral elaborou a referida minuta, tendo como base o regimento da Defensoria Pública do Estado do Ceará, e realizou a inclusão do procedimento em pauta de reunião. **IV. Momento aberto (art. 77 do RI).** Inscrições para o momento aberto: (1) o Defensor Público George Barreto Filho, via e-mail; e (2) o Defensor Público Fabio Roberto de Oliveira Santos. Dada a palavra ao Dr. George Barreto Filho, esclareceu que compareceu nesta sessão porque seu recurso administrativo havia sido pautado para esta data. Solicitou, ademais, que seja intimado previamente da data em que o processo nº 889/2014 for pautado e requer, desde logo, seja autorizado o seu deslocamento quando do julgamento do mencionado processo. Por fim, solicitou que a Corregedoria-Geral tenha a cautela de não conceder férias a mais de 1/3 (um terço) dos membros do Núcleo de Vilhena no mesmo período, a fim de que não haja prejuízo na regular prestação dos serviços públicos. O Sr. Presidente esclareceu que o processo nº 889/2014 somente fora pautado para esta data porque havia sido informado pela Secretaria-Geral de que o voto do Relator seria apresentado nesta oportunidade, a despeito de estar em gozo regular de férias. Em seguida, dada a palavra ao Defensor Público Dr. Fabio Roberto de Oliveira Santos parabenizou e ressaltou a importância da transmissão *on line* das reuniões do Conselho Superior em parceria deste colegiado, Administração Superior e AMDEPRO. Aventou ainda a preocupação de alguns candidatos do I Concurso Público para o Quadro Administrativo da instituição acerca da lotação quando do provimento das vagas e a sua regionalização, a fim de proporcionar ampla concorrência e economicidade quando da remoção dos servidores nomeados. Reiterando as colocações do Conselheiro Eduardo Weymar,

verberou a necessidade de pagamento da ajuda de custo dos promovidos. Solicitou ao colegiado que deflagre, com brevidade, o edital das eleições para o provimento do cargo de Defensor Público-Geral do Estado, antecipando-se o planejamento. Enfatizou a necessidade de regulamentação do serviço voluntário e se colocou à disposição para colaborar com a sua experiência na área. Por fim, postulou que o Conselho Superior se manifeste sobre o funcionamento dos Núcleos sem Defensor Público lotado e das promoções para a Entrância Especial e Terceira Entrância. O Sr. Presidente esclareceu que o edital de eleição será lançado no momento adequado e a questão dos Núcleos sem Defensores lotados já é objeto de processo em trâmite neste Conselho. Quanto ao pagamento da ajuda de custo, também já fora esclarecido em momento inicial desta sessão. **Superado o expediente**, o Colegiado passou à discussão das matérias na **ORDEM DO DIA**, determinando ao Secretário-Geral do Conselho Superior que realizasse a leitura da pauta; o Presidente solicitou inversão de pauta, restando a ordem das matérias como segue. **Item 01 – Processo nº 167/2011 – Classe: Projeto de resolução – Assunto: regulamentação da Ouvidoria-Geral – proponente: Eduardo Weymar – Relator: Liliana dos Santos Torres Amaral; Item 02 – Processo nº 788/2014 – Classe: Projeto de resolução – Assunto: Prestação de serviço voluntário no âmbito da DPE-RO – Proponente: Amdepro – Relator: Hélio Vicente de Matos; Item 03 – Processo nº 889/2014 – Classe: Recurso administrativo – Assunto: Despromoção ou renúncia a promoção – Proponente: George Barreto Filho – Relator: José Alberto O. de P. Machado. EXTRAPAUTA (artigo 80, § 1º, do RICSDPE/RO). Item 04 – Processo nº 255/2014 – Classe: Concursos públicos – Assunto: I Concurso Público para provimento do quadro administrativo – Proponente: Conselho Superior. Passou-se ao conhecimento, análise e deliberação das matérias na Ordem do Dia. **Item 01 – Processo nº 167/2011 – Classe: Projeto de resolução – Assunto: regulamentação da Ouvidoria-Geral – proponente: Eduardo Weymar – Relator: Liliana dos Santos Torres Amaral.** Foi apresentada aos Conselheiros a minuta de resolução elaborada pelo Secretário-Geral do Conselho em atividade auxiliar à Conselheira Relatora, Dra Liliana dos Santos; o projeto regulamenta o procedimento eleitoral para formação da lista tripla de indicação do cargo de Ouvidor-Geral. A AMDEPRO solicitou vista dos autos, dada a complexidade da matéria. O Conselheiro Eduardo Weymar sugeriu que a minuta seja disponibilizada na plataforma *on line* ou por e-mail. **Item 02 – Processo nº 788/2014 – Classe: Projeto de resolução – Assunto: Prestação de serviço voluntário no âmbito da DPE-RO – Proponente: Amdepro – Relator: Hélio Vicente de Matos.** O Conselheiro Relator solicitou a retirada de pauta, tendo em vista que o Relator, Corregedor Auxiliar, esteve durante o mês passado em correição no interior do Estado, o que fora acolhido por unanimidade pelo Colegiado. O Conselheiro Eduardo Weymar solicitou a juntada aos autos de minuta que, no passado, ofereceu como sugestão. **Item 03 – Processo nº 889/2014 – Classe: Recurso administrativo – Assunto: Despromoção ou renúncia a promoção – Proponente: George Barreto Filho – Relator: José Alberto O. de P. Machado.** Processo retirado de pauta em razão**

das férias do Conselheiro Relator. **Item 04 – Processo nº 255/2014 – Classe: Concursos públicos – Assunto: I Concurso Público para provimento do quadro administrativo – Proponente: Conselho Superior.** Foi apresentada a proposta de alteração do edital do concurso para previsão de isenção por pessoas hipossuficientes. Iniciada a votação, o Conselheiro Eduardo Weymar concordou com a proposta, sugerindo que fosse acrescentada mais uma semana no prazo das inscrições, tendo em vista que os candidatos teriam perdido uma semana de prazo para se inscreverem. Seguida a votação, a proposta da Comissão do Concurso foi aprovada pelo Conselho Superior por unanimidade, na forma que proposta pela Comissão determinando a imediata publicação do edital de retificação. Encerrados os assuntos da Ordem do Dia, foi franqueada a palavra aos presentes para requerimentos e comunicações finais, o Conselheiro Guilherme Luis Ornelas Silva solicitou seja informado ao colegiado, pela Secretaria-Geral, sobre o andamento dos processos de regulamentação das titularidades de Primeira Entrância e Segunda Entrância, uma vez que, em momento anterior, o Conselheiro Guilherme Luis requereu a abertura de tais processos. Em seguida, o Sr. Presidente agradeceu à AMDEPRO pelo apoio em disponibilizar os instrumentos para a transmissão *on line* da presente reunião. O Presidente da AMDEPRO se colocou à disposição. Por fim, o Conselheiro Eduardo Weymar sugeriu que se avalie a possibilidade de criar um *link* no próprio site da Instituição para acompanhamento do andamento dos processos que tramitam neste Conselho Superior. Findo os trabalhos, foi realizada a leitura de ata pelo Secretário-Geral e os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, em aprová-la, determinando a sua publicação na imprensa oficial do Estado. Nada mais. Finalizada a reunião às 14h34min, sendo a ata lavrada por mim, Valmir Junior Rodrigues Fornazari, Defensor Público de Terceira Entrância, Secretário-Geral “Ad hoc” do CSDPE, _____, e assinada pelos presentes. Porto Velho, 06 de março de 2015.

Antonio Fontoura Coimbra
Defensor Público-Geral
Conselheiro Nato
Presidente

Constantino Gorayeb Neto
Corregedor-Geral
Conselheiro Nato

Liliana dos Santos Torres Amaral
Defensora Pública de Entrância Especial
Conselheira Eleita

Hélio Vicente de Matos
Defensor Público de Entrância Especial
Conselheiro Eleito

Eduardo Weymar
Defensor Público de Terceira Entrância
Conselheiro Eleito

Guilherme Luis de Ornelas Silva
Defensor Público de Terceira Entrância
Conselheiro Eleito

André Vilas Boas Gonçalves
Presidente da AMDEPRO

PORTARIA Nº 02/2015-DPE/JP
Ji-Paraná, 09 de março de 2015.

Procedimento para Apuração de Dano Individual e Coletivo PADIC nº 01/2015-DPE/NJP

O DEFENSOR PÚBLICO TITULAR DA 4ª DEFENSORIA PÚBLICA DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 80/1994; pela Lei Complementar Estadual nº 117/1994; pela Resolução nº 21, de 10/10/2014, do Conselho Superior da Defensoria Pública de Rondônia - CSDPRO;

CONSIDERANDO a pública e notória divulgação de imagens de pessoas presas e de vítimas de acidentes ou delitos por órgãos de comunicação social, tanto pela televisão quanto por websites;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana, a afirmação do Estado Democrático de Direito, a prevalência e efetividade dos direitos humanos;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 80/1994 dispõe que a Defensoria Pública tem por funções institucionais, dentre outras, promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico, promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes e promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos e sociais;

CONSIDERANDO a necessidade de um juízo de ponderação entre a liberdade de imprensa e os direitos individuais à imagem e à presunção de inocência;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências para a aferição de ameaças ou lesões a interesses e direitos individuais, difusos e coletivos à imagem das pessoas;

RESOLVE:

Art. 1º – Instaurar, de ofício, o presente Procedimento para Apuração de Dano Individual e Coletivo – PADIC, com fulcro no artigo 3º da Resolução nº 21, de 10/10/2014, do CSDPRO, nos termos seguintes:

I – Fundamento Legal: Lei Complementar Federal nº 80/1994; Lei Complementar Estadual nº 117/1994; Resolução nº 21, de 10/10/2014, do Conselho Superior da Defensoria Pública de Rondônia – CSDPRO.

II - Fato objeto do procedimento: exposição de imagens de pessoas presas e de vítimas de acidentes ou delitos por órgãos de comunicação social, tanto pela televisão quanto por websites.

III – Meios pelos quais a Defensoria Pública tomou conhecimento dos fatos: mídia (televisão e internet) e através de atendimentos a assistidos.

IV – Qualificação da pessoa física ou jurídica a quem o fato é atribuído: por tratar-se de vários fatos que vêm sendo noticiados na cidade de Ji-Paraná, neste momento inicial, ainda não é possível atribuir a responsabilidade a pessoas físicas ou jurídicas específicas.

Art. 2º - Designo o servidor Paulo Afonso Fonseca da Fonseca Júnior – Assessor de Defensor Público, matrícula 300113858, para secretariar os trabalhos deste PADIC, na forma do artigo 5º, parágrafo 1º, da Resolução nº 21, de 10/10/2014, do CSDPRO.

Art. 3º - Determino ao secretário que proceda com as seguintes diligências:

I – Autue-se esta Portaria e junte-se aos autos:
a) cópia da Resolução nº 21, de 10/10/2014, do CSDPRO;

b) a Ata da reunião realizada com os órgãos de imprensa e a Defensoria Pública em Ji-Paraná, em 14/10/2014;

c) a relação de sites, jornais impressos e online e programas de televisão que trabalhem com a divulgação de imagens de pessoas presas e de vítimas de acidentes ou delitos nesta comarca;

d) Matérias veiculadas em jornais impressos e virtuais em que sejam divulgadas imagens de pessoas presas e de vítimas de acidentes ou delitos nesta comarca;

e) DVD com gravações de vídeos em que sejam veiculadas em jornais escritos e virtuais em que sejam divulgadas imagens de pessoas presas e de vítimas de acidentes ou delitos nesta comarca;

II – Oficie-se ao Núcleo de Primeiro Atendimento de Ji-Paraná, solicitando informações sobre ações movidas em favor de assistidos que tiveram seu direito à imagem violado;

III – Oficie-se os jornais de circulação local, encaminhando cópia desta Portaria e solicitando a sua publicação;

IV – Encaminhe-se cópia desta Portaria à Chefia de Gabinete da Defensoria Pública, solicitando a publicação no Diário Oficial do Estado;

V – Comunique-se a instauração do presente PADIC ao Subdefensor Público Geral, com o encaminhamento de cópia desta Portaria;

VI – Após as diligências acima, voltem os autos conclusos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

EDUARDO WEYMAR

Defensor Público

Presidente do PADIC

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 3001.085.2014/DPE-RO

Interessada: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Assunto: Locação de imóvel para atender ao Posto Avançado de Atendimento da Zona Leste.

Considerando tudo o que dos autos constam, bem como o Parecer nº 131/2015/AJDPE-RO, bem como os documentos de regularidade fiscal do imóvel e proprietária, especialmente pautado na conveniência da Administração Pública, ratifico a dispensa de licitação, com base no art. 24, X da Lei 8.666/93, para locar o imóvel situado na Rua Plácido de Castro, nº 8742, bairro São Francisco, Porto Velho/RO de propriedade da Sra. Ilsa Campos Martins, neste ato representada pela SOCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ 15.850.639/0001-33, no valor mensal de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) mensais, sendo o valor anual total de R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).

Publique-se.

Porto Velho, 09 de março de 2015.

ANTONIO FONTOURA COIMBRA

Defensor Público-Geral do Estado

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2010/DPE/RO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2010/DPE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DOS NÚCLEOS DE ALTA FLORESTA/RO E ROLIM DE MOURA/RO QUE CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E INVOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES ROLIM DE MOURA LTDA-ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – DPE/RO, de um lado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Rua Padre Chiquinho, nº 913 - Pedrinhas, nesta Cidade, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, Dr. Antonio Fontoura Coimbra, portador da cédula de identidade nº 345.152 SSP/ES e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 574.416.007-82, residente e domiciliado nesta cidade, Porto Velho-RO, doravante designada **CONTRATANTE**, e **INVOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES ROLIM DE MOURA LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.889.320.0001/56, com sede na cidade de Rolim de Moura/RO, na Av. Porto Velho, nº 5316, Bairro Centro, neste ato representada por seu representante legal, Renata Suellen Pinheiro Machado, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 9.227.469-4 SSP/PR e inscrita no CPF nº 046.737.569-08, residente e domiciliada em Rolim de Moura/RO, na Avenida Terezina, nº 5901, bairro Planalto, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente na conformidade do Processo Administrativo nº 3001.095.2010/DPE-ANEXO II, na forma seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

§ 1º. Por meio deste prorroga-se a vigência do contrato por mais 03 (três) meses, sendo de 28.02.2014 a 28.05.2015, somente para o Núcleo de Rolim de Moura;

§ 2º. O valor para atender ao Núcleo de Rolim de Moura será R\$ 1.716,54 (mil setecentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos).

§ 3º. A despesa correrá por conta da seguinte programação: 03122204321820000 – Elemento de despesa: 33.90.39, no valor de R\$ 1.109,10 (mil cento e nove reais e dez centavos), já consignado no Orçamento Programa da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE/RO para atender o exercício deste ano, por meio da Nota de Crédito nº 2015NC00112 e pela Nota de Empenho nº 2015NE00143, para atender esse período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

As demais cláusulas do Contrato nº 048/2010, são ratificadas e continuam em pleno vigor para as partes, alterando-se somente o firmado neste aditivo.

Este Termo Aditivo, que passa a integrar o instrumento do CONTRATO Nº 048/2010/DPE, é lavrado e registrado às fls. 045 do Livro Especial de Registros de Contratos nº 009/2015, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, extraindo-se as cópias necessárias para publicação, devidamente certificadas pela Assessoria Jurídica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Porto Velho/RO, 03 de março de 2015.

ANTONIO FONTOURA COIMBRA

Defensor Público-Geral

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2012/DPE-RO.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E OBRIGATÓRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO - CELSP – **ULBRA JI-PARANÁ**, PARA PROGRAMA DE ESTÁGIO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA – DPE/RO, de um lado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Rua Padre Chiquinho, nº 913 - Pedrinhas, nesta Cidade, neste ato representada pelo Subdefensor Público-Geral do Estado, Dr. Marcus Edson de Lima, portador da cédula de identidade nº 29275167-9 SSP/SP e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 275.148.728-19, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Velho-RO, doravante designada **DEFENSORIA**, e de outro lado **COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO – CELSP (ULBRA JI-PARANÁ)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 88.332.580/0017-22, com sede na Av. Engº. Manfredo B. Almeida da Fonseca, nº 762, bairro Jd. Aurélio Bernardi, Ji-Paraná/RO, neste ato representada por Valmir Miguel de Souza, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade nº 1036371043 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 462.498.699-72, doravante designada **FACULDADE**, resolvem firmar o presente aditivo na conformidade do Processo Administrativo nº 3001.707.2013-DPE, com as cláusulas a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada por igual período a vigência do CONVENIO Nº 002/2014 celebrado em 05 de fevereiro de 2015, de maneira que o novo período de vigência será entre 05 de fevereiro de 2015 a 05 de fevereiro de 2016, o qual tem por objeto a realização de Estágio Não obrigatório e Obrigatório, aos estudantes da FACULDADE, na qualidade de bolsistas e não bolsistas, para o desempenho, na DEFENSORIA, de atividades correlatas a área de formação, em conformidade com o disposto no Art. 9º, Inciso I da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, nos turnos matutino e vespertino, de acordo com a disponibilidade do estagiário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do CONVENIO Nº 002/2014 de 05 de fevereiro de 2015 ficam ratificadas, alterando-se somente o firmado por este aditivo.

Porto Velho (RO), 03 de fevereiro de 2015.

ANTONIO FONTOURA COIMBRA

Defensor Público-Geral



Secretaria de Estado de Finanças

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS

EXERCÍCIO : 2014
ANEXO 01 DA LEI 4.320/64REFERENCIA : DEZEMBRO.
05/03/2015 FOLHA: 1

R E C E I T A			D E S P E S A		
RECEITAS CORRENTES	R\$		DESPESAS CORRENTES	R\$	
RECEITA TRIBUTARIA	3.505.169.123,85		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.116.787.177,91	
RECEITA CONTRIBUICOES	271.486.060,17		JUROS E ENC. DA DIVIDA	87.822.072,20	
RECEITA PATRIMONIAL	227.470.610,56		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.842.241.978,46	6.046.851.228,57
RECEITA AGROPECUARIA	0,00				
RECEITA INDUSTRIAL	0,00				
RECEITA DE SERVICOS	192.233.486,51				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	3.060.421.602,08				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	276.498.689,08				
DEDUCOES P/FORM. FUNDEB	-889.485.869,46				
RECEITA INTRA ORCAMENTARI	224.473.813,90	6.868.267.516,69			
			SUPERAVIT CORRENTE		821.416.288,12
SUBTOTAL		6.868.267.516,69	SUBTOTAL		6.868.267.516,69
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITOS	62.379.901,51		INVESTIMENTOS	533.609.949,53	
ALIENACOES DE BENS	369.435,28		INVERSOES FINANCEIRAS	6.506.718,70	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM.	3.720,79		AMORTIZACAO DA DIVIDA	139.592.448,66	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	27.795.907,27				
OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	90.548.964,85	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	679.709.116,89
DEFICIT CAPITAL		589.160.152,04			
SUBTOTAL		679.709.116,89	SUBTOTAL		679.709.116,89
TOTAL		7.547.976.633,58	TOTAL		7.547.976.633,58
R E S U M O			RECEITA		
RECEITAS E DESPESAS CORRENTES			6.868.267.516,69	6.046.851.228,57	
RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL			90.548.964,85	679.709.116,89	
SUB-TOTAL			6.958.816.481,54	6.726.560.345,46	
SUPERAVIT ORCAMENTARIO			0,00	232.256.136,08	
TOTAIS			6.958.816.481,54	6.958.816.481,54	

UNIDADE GESTORA: CONSOLIDADO
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014HORA EMISSÃO: 12:50:30
DATA EMISSÃO: 24/02/2015GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	6.615.389.927,00	6.860.648.380,70	6.868.267.516,69	7.619.135,99
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.002.297.143,00	3.029.266.221,57	3.027.361.112,85	-1.905.108,72
Impostos	2.920.715.305,00	2.945.676.127,20	2.939.527.964,45	-6.148.162,75
Taxas	81.581.838,00	83.590.094,37	87.833.148,40	4.243.054,03
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	355.709.110,00	355.709.110,00	495.959.874,07	140.250.764,07
Contrib. Sociais	355.709.110,00	355.709.110,00	495.959.874,07	140.250.764,07
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	180.760.378,00	180.760.378,00	227.470.610,56	46.710.232,56
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	5.050,00	5.050,00
Receitas de Valores Mobiliários	180.472.878,00	180.472.878,00	226.943.560,56	46.470.682,56
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	287.500,00	287.500,00	522.000,00	234.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	173.883.498,00	210.218.418,78	192.233.486,51	-17.984.932,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.613.945.818,00	2.785.853.298,10	2.648.743.743,62	-137.109.554,48
Transferências Intergovernamentais	2.599.318.640,00	2.738.142.992,20	2.621.381.142,77	-116.761.849,43
Transferências de Instituições Privadas	0,00	19.731.920,62	10.662.000,00	-9.069.920,62
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	1.575,00	1.575,00
Transferências de Convênios	14.627.178,00	27.978.385,28	16.699.025,85	-11.279.359,43
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	288.793.980,00	298.840.954,25	276.498.689,08	-22.342.265,17
Multas e Juros de Mora	32.694.948,00	42.189.406,05	69.480.992,17	27.291.586,12
Indenizações e Restituições	12.130.244,00	12.130.244,00	3.255.220,94	-8.875.023,06
Receita da Dívida Ativa	38.221.410,00	38.773.926,20	31.249.896,62	-7.524.029,58
Receitas Correntes Diversas	205.747.378,00	205.747.378,00	172.512.579,35	-33.234.798,65
RECEITAS DE CAPITAL	359.909.396,00	763.373.973,02	90.548.964,85	-672.825.008,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	267.448.775,00	598.106.221,94	62.379.901,51	-535.726.320,43
Operações de Crédito Internas	267.448.775,00	598.106.221,94	62.379.901,51	-535.726.320,43
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	880.000,00	369.435,28	-510.564,72
Alienação de Bens Móveis	0,00	880.000,00	369.435,28	-510.564,72
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	9.368,00	9.368,00	3.720,79	-5.647,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	92.451.253,00	164.378.383,08	27.795.907,27	-136.582.475,81
Transferências Intergovernamentais	7.904.368,00	16.598.818,00	4.763.906,21	-11.834.911,79
Transferências de Instituições Privadas	0,00	23.739.724,51	0,00	-23.739.724,51
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	84.546.885,00	124.039.840,57	23.032.001,06	-101.007.839,51
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	6.975.299.323,00	7.624.022.353,72	6.958.816.481,54	-665.205.872,18
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				



SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	6.975.299.323,00	7.624.022.353,72	6.958.816.481,54	-665.205.872,18
DÉFICIT (IV)	0,00	361.522.262,53	0,00	-361.522.262,53
TOTAL (V)=(III + IV)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.958.816.481,54	-1.026.728.134,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	361.522.262,53			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada(e)	Despesas Empenhadas(f)	Despesas Liquidadas(g)	Despesas Pagas (h)	Saldo (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	5.982.075.090,00	6.534.706.752,20	6.046.851.228,57	5.935.579.289,40	5.783.679.999,65	487.855.523,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.158.935.955,00	3.231.777.191,97	3.116.787.177,91	3.100.969.671,51	3.032.142.292,75	114.990.014,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	120.508.000,00	87.828.072,20	87.822.072,20	87.822.072,20	87.822.072,20	6.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.702.631.135,00	3.215.101.488,03	2.842.241.978,46	2.746.787.545,69	2.663.715.634,70	372.859.509,57
DESPESAS DE CAPITAL	887.858.792,00	1.373.234.514,05	679.709.116,89	439.669.625,02	404.085.137,58	693.525.397,16
INVESTIMENTOS	732.785.437,00	1.223.303.462,85	533.609.949,53	296.570.457,66	261.074.898,92	689.693.513,32
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.181.212,00	10.337.930,70	6.506.718,70	3.506.718,70	3.417.790,00	3.831.212,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	149.892.143,00	139.593.120,50	139.592.448,66	139.592.448,66	139.592.448,66	671,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	105.365.441,00	77.603.350,00	0,00	0,00	0,00	77.603.350,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.726.560.345,46	6.375.248.914,42	6.187.765.137,23	1.258.984.270,79
AMORTIS DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.726.560.345,46	6.375.248.914,42	6.187.765.137,23	1.258.984.270,79
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	232.256.136,08	0,00	0,00	-232.256.136,08
TOTAL (X) = (VIII + IX)	6.975.299.323,00	7.985.544.616,25	6.958.816.481,54	0,00	0,00	1.026.728.134,71

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	214.016.237,86	148.105.682,29	146.478.768,49	45.137.580,78	20.772.974,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	5.245.066,83	4.763.685,86	4.763.685,86	462.864,82	18.516,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	208.771.171,03	143.341.996,43	141.715.082,63	44.674.715,96	20.754.458,64
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	364.345.545,67	177.632.005,14	165.906.648,36	136.281.689,32	50.431.851,21
INVESTIMENTOS	0,00	363.852.508,29	177.632.005,14	165.906.648,36	135.788.651,94	50.431.851,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	493.037,38	0,00	0,00	493.037,38	0,00
TOTAL	0,00	578.361.783,53	325.737.687,43	312.385.416,85	181.419.270,10	71.204.826,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	-----Inscritos-----		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	18.287.056,04	138.089.102,49	107.588.270,47	34.325.583,53	14.462.304,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.834.112,13	72.780.665,51	41.370.844,83	31.740.623,86	1.503.308,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.452.943,91	65.308.436,98	66.217.425,64	2.584.959,67	12.958.995,58
DESPESAS DE CAPITAL	17.282.296,84	66.190.137,08	54.686.308,71	8.609.055,44	20.177.069,77
INVESTIMENTOS	17.282.296,84	66.190.137,08	54.686.308,71	8.609.055,44	20.177.069,77
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	35.569.352,88	204.279.239,57	162.274.579,18	42.934.638,97	34.639.374,30



ATIVO FINANCEIRO	947.139.219,90	933.678.605,94	PASSIVO FINANCEIRO	741.239.743,81	1.013.956.729,79
ATIVO PERMANENTE	12.831.691.878,12	11.611.067.927,54	PASSIVO PERMANENTE	5.145.323.845,40	5.301.145.798,58
SALDO PATRIMONIAL				7.892.267.508,81	6.229.644.005,11

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Avais a Executar	1.969,77	1.969,77	Convênios a Executar	66.400.305,71	561.095.589,20
Finanças a Executar	488.191,17	94.278,70	Empréstimos a Executar	1.442.408.392,92	1.408.032.922,74
Hipotecas a Executar	0,00	0,00	Responsabilidades com Terceiros	0,00	347.328.094,06
Seguro Garantia a Executar	2.932.768,61	3.578.992,72		0,00	0,00
Cauções a Executar	539.833,03	388.365,64		0,00	0,00
Convênios a Receber	40.105.401,98	48.395.932,42		0,00	0,00
Adiantamentos Concedidos	418.450,00	0,00		0,00	0,00
Suprim de Fundos(Pendente Prest Con	4.461.004,63	0,00		0,00	0,00
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	14.146.095,41	0,00		0,00	0,00
Outras Responsabilidades de Terceir	2.044.383,68	0,00		0,00	0,00
TOTAL	65.138.098,28	52.459.539,25	TOTAL	1.508.808.698,63	2.316.456.606,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	205.899.476,09
Ordinária	-30.681.491,71
Vinculado	236.580.967,80
COTA-PARTE DO FUNDO DE JUSTIÇA - FUJU	79.180.860,03
COTA-PARTE FUNRESPOL	2.555.834,20
COTA-PARTE FUNRESPOM	1.093.049,83
COTA-PARTE FEPRAM	8.317.891,03
COTA PARTE - SALARIO EDUCACAO	-2.594.008,35
SISTEMA UNICO DE SAUDE	-14.944.720,08
CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS	66.877.881,83
OPERACOES DE CREDITO INTERNA E EXTERNA	-97.923.941,98
CONTRAPARTIDA DO ESTADO	-1.684.082,54
RECURSOS ORDINARIO FUNDEB	7.497.367,18
TRANSF.FINAN.DA UNIAO P/DESERTO LEI 90615-98	1.494.487,72
COTA-PARTE FES	646.483,49
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	2.100.779,39
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	2.042.753,91
COTA-PARTE FUNESBOM	648.115,20
COTA-PARTE FUNDIMPER	554.264,72
COTA-PARTE - FITHA	-199.308,13
COTA-PARTE CIDE	7.127.659,26
RECURSOS DO FUNDO DE DESENV.INST.- FDI/TCE	422.736,50
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS P/ENTIDADES	168.477.943,61
RECURSOS CONVENIADOS DIRETAMENTE ADM INDIRETA	4.888.920,98

UNIDADE GESTORA: CONSOLIDADO
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 11:56:20
DATA EMISSÃO: 03/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	19.840.880.156,52	16.706.324.161,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.517.866.528,74	3.086.110.099,76
Impostos	3.417.335.975,45	3.005.077.345,40
Taxas	100.530.553,29	81.032.754,36
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	907.148.797,68	323.471.503,66
Contrib Sociais	907.148.797,68	323.471.503,66
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	184.526.449,35	178.004.832,87
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	184.526.449,35	178.004.832,87
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	443.614.884,98	632.875.194,19
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	24.880.182,43	64.232.714,42
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	226.962.064,45	116.488.714,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	191.772.638,10	452.153.765,22
Transferências e Delegações Recebidas	9.152.234.284,81	8.806.997.888,29
Transferências Intragovernamentais	6.065.289.755,80	6.057.030.138,96
Transferências Intergovernamentais	3.073.901.112,52	2.749.520.904,90
Transferências das Instituições Privadas	13.042.491,49	445.881,29
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	925,00	963,14
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	66.315.212,51	53.390.826,41
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	369.435,28	976.886,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	62.803.800,83	52.413.940,41
Desincorporação de Passivos	3.141.976,40	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.569.173.998,45	3.625.473.816,16
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	31.654.864,16	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	5.059.997.504,83	3.409.453.266,27
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	477.521.629,46	216.020.549,89

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.172.263.686,41	17.531.489.052,08
Pessoal e Encargos	3.337.337.073,70	3.155.134.426,55
Remuneração a Pessoal	2.738.318.138,55	2.604.477.658,22
Encargos Patronais	295.929.087,19	251.416.970,45
Benefícios a Pessoal	270.904.107,36	256.651.155,18
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	32.185.740,60	42.588.642,70
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	352.918.954,83	311.197.579,83
Aposentadorias e Reformas	271.427.337,75	242.548.967,88



Pensões	72.550.628,41	61.736.376,18
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	8.714.339,02	6.888.038,48
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	226.649,65	24.197,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	611.052.832,09	612.989.915,87
Uso de Material de Consumo	88.944.906,89	85.325.724,90
Serviços	522.107.425,20	527.664.190,97
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	500,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	272.104.894,58	1.336.836.808,49
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	87.822.072,82	125.835.283,63
Juros e Encargos de Mora	33.474,28	5.454,53
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	184.249.347,48	1.210.996.070,33
Transferências e Delegações Concedida	8.151.872.579,97	7.889.540.209,89
Transferências Intragovernamentais	6.077.547.597,35	6.037.387.670,75
Transferências Intergovernamentais	1.901.768.712,55	1.701.322.282,16
Transferências a Instituições Privadas	172.556.270,07	150.830.256,98
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	51.857.475,18	22.180.899,23
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	1.026.599,94	0,00
Perdas Involuntárias	50.830.875,24	22.180.899,23
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	56.242.149,57	50.163.563,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	927.412,23	748.028,67
Contribuições	55.314.737,34	49.415.534,97
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.338.877.726,49	4.153.445.648,58
Premiações	1.160.551,91	1.518.231,05
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	255.366,10	534.313,64
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	5.007.995.939,72	3.552.747.904,14
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	329.465.868,76	598.645.199,75
Resultado Patrimonial do Período	1.668.616.470,11	-825.164.890,74

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

Incorporação de ativo	540.116.668,23	395.423.117,79
Desincorporação de passivo	139.592.448,66	146.295.470,76
Incorporação de passivo	62.379.901,51	347.328.094,06
Desincorporação de ativo	373.156,07	976.886,00

ANEXO 16												
ESPECIFICAÇÃO DOS CONTRATOS		Saldo Devedor Anterior	Alterações No Exercício		Pagamentos Efetuados no Exercício					Saldo Devedor Final		
		31-dez-13	Reajustes	Liberações	Principal	Juros	Outros Encargos			TOTAL	31-dez-14	
							Correção e Mora	Comissão	Outros			
01. ADMINISTRAÇÃO DIRETA		2.258.172.939,97	2.418.996,29	88.767.778,62	100.900.505,27	86.475.022,69	0,00	514.684,68	0,00	187.890.212,64	2.248.459.209,61	
CONTRATOS CEF		0,00	1.574.277,82	0,00	11.507,30	2.623,80	0,00	918,33	0,00	15.049,43	1.562.770,52	
1	CT 348/94-71 PAC II Ji- Paraná CT0096	0,00	1.574.277,82	0,00	11.507,30	2.623,80	0,00	918,33	0,00	15.049,43	1.562.770,52	
2	CT 83.613-80 (Cj. Hab. Pimenta Bueno - 2ª etapa)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	CT 25.806-70 (Obras Saneamento / PORTO VELHO)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3	CT 25.807-95 (Obras Saneamento / Ji-PARANÁ)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRATOS LEI 8.727/93		44.580.303,13	844.718,47	0,00	23.491.372,09	1.598.928,49	0,00	34.442,04	0,00	25.124.742,62	21.933.649,51	
2	GERO CT5	1.066.438,56	535.784,81	0,00	1.602.223,37	11.198,45	0,00	395,42	0,00	1.613.817,24	0,00	
3	COHAB CT6	40.699.623,84	0,00	0,00	20.760.981,34	1.554.397,96	0,00	31.775,13	0,00	22.347.154,43	19.938.642,50	
4	BCI CT7	679.544,03	308.933,66	0,00	988.477,69	12.042,11	0,00	186,23	0,00	1.000.706,03	0,00	
5	BERON - HABITAÇÃO CT8	2.134.696,70	0,00	0,00	139.689,69	21.289,97	0,00	2.085,26	0,00	163.064,92	1.995.007,01	
CONTRATOS LEI 9.496/97		1.674.812.541,89	0,00	0,00	39.095.347,50	51.260.078,35	0,00	424.162,79	0,00	90.779.588,64	1.635.717.194,39	
6	LIQUIDAÇÃO DO BERON + AROS	1.674.812.541,89	0,00	0,00	39.095.347,50	51.260.078,35	0,00	424.162,79	0,00	90.779.588,64	1.635.717.194,39	
13	CONTA GRÁFICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14	EFICÁCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTRATOS EM DÓLAR		3.154.546,04	0,00	0,00	1.029.906,40	84.649,91	0,00	0,00	0,00	1.114.556,31	2.124.638,64	
7	COMISSÃO ANDINA DE FOMENTO - CAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7	BID - PNAFE (Modernização Tecnológica da SEFIN)	3.154.546,04	0,00	0,00	1.029.906,40	84.649,91	0,00	0,00	0,00	1.114.556,31	2.124.638,64	
OUTROS CONTRATOS		535.625.548,91	0,00	88.767.778,62	37.272.371,98	33.528.742,14	0,00	55.161,52	0,00	70.856.275,64	587.120.955,55	
11	CERON	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
12	DIV. ATIVA PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13	PARCEL. INSS SESAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
8	CAMINHO DA ESCOLA - BNDES CT82	2.662.219,88	0,00	0,00	1.030.536,48	168.961,48	0,00	0,00	0,00	1.199.497,96	1.631.683,40	
9	PROINVESTE - PRODESIN CT86	318.437.139,00	0,00	0,00	0,00	19.261.326,50	0,00	0,00	0,00	19.261.326,50	318.437.139,00	
10	PROFISCO CT87	2.503.077,95	0,00	0,00	0,00	79.963,36	0,00	1.497,20	0,00	81.460,56	2.503.077,95	
11	PROGRAMA EMERG. FINANCIAMENTO 1 CT81	75.082.666,88	0,00	0,00	14.077.999,92	5.357.694,67	0,00	0,00	0,00	19.435.694,59	61.004.666,96	
12	DV. ALE JUNTO IPERON	24.478.607,68	0,00	0,00	1.885.328,16	3.616.000,18	0,00	0,00	0,00	5.501.328,34	22.993.279,52	
18	PETROBRAS PARCELAM.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13	CT 228.681-52 Saneamento Para Todos CT80	13.426.277,53	0,00	0,00	1.208.913,66	272.532,65	0,00	40.812,09	0,00	1.522.258,40	12.217.363,87	
14	PROGRAMA EMERG. FINANCIAMENTO 2 CT84	13.492.704,41	0,00	26.387.877,11	5.037.547,08	2.287.590,74	0,00	12.852,23	0,00	7.337.990,05	34.843.034,44	
15	PIDISE/ BNDES CT85	0,00	0,00	62.379.901,51	1.190.507,90	2.484.672,56	0,00	0,00	0,00	3.675.180,46	61.189.393,61	
16	INSS - (Parcelamento de Contribuições Vencidas)	85.542.855,58	0,00	0,00	12.841.538,78	0,00	0,00	0,00	0,00	12.841.538,78	72.701.316,80	
20	LEI 9.424/96 - (Oper. Crédito Perdas do FUNDEF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
22	BNDES (Malha Rodoviária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
02. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		444.687.751,36	-29.536.032,86	0,00	38.691.943,39	793.219,75	0,00	39.144,76	0,00	39.524.307,90	376.459.775,11	
DÍVIDA EM DÓLAR		17.936.568,72	0,00	0,00	459.448,24	793.219,75	0,00	39.144,76	0,00	1.291.812,48	17.477.120,48	
18	BIB (CAERD)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
17	DMLP (Contrato 10/12883-2 - CAERD)	17.936.568,72	0,00	0,00	459.448,24	793.219,75	0,00	39.144,76	0,00	1.291.812,75	17.477.120,48	
24	LEI 7.976/89 (Contrato 10/12589 - CAERD)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTROS CONTRATOS ADM. INDIRETA		426.751.182,64	-29.536.032,86	0,00	38.232.495,15	0,00	0,00	0,00	0,00	38.232.495,15	358.982.654,63	
20	PAES/PASEP - DEVOP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
18	PAES/INSS - DEVOP	1.976.655,16	0,00	0,00	454.326,58	0,00	0,00	0,00	0,00	454.326,58	1.522.328,58	
19	REFISCEPRORD	21.471.241,57	-21.439.298,70	0,00	31.942,87	0,00	0,00	0,00	0,00	31.942,87	0,00	
20	PAES/INSS - CMR 1	168.238,18	0,00	0,00	42.517,54	0,00	0,00	0,00	0,00	42.517,54	125.720,64	
21	BERON REFINIS LEI 12.868/13 - CT88	10.838.298,38	0,00	0,00	767.430,33	0,00	0,00	0,00	0,00	767.430,33	10.070.868,05	
22	CEPRORD REFINIS LEI 12.868/13 - CT89	14.934.566,57	0,00	0,00	982.739,60	0,00	0,00	0,00	0,00	982.739,60	13.951.826,97	
23	IPERON-02/13/2013	20.052.135,84	0,00	0,00	4.278.399,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4.278.399,35	15.773.736,49	
24	IPERON-02/14/2013	191.924.495,24	0,00	0,00	10.237.433,77	0,00	0,00	0,00	0,00	10.237.433,77	181.687.061,47	
25	IPERON-02/56/2013	75.353.379,69	0,00	0,00	4.019.420,46	0,00	0,00	0,00	0,00	4.019.420,46	71.333.959,23	
26	IPERON-02/57/2013	75.352.637,47	0,00	0,00	16.077.523,18	0,00	0,00	0,00	0,00	16.077.523,18	59.275.114,29	
30	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27	FGTS/CEPRORD/PARCEL	158.378,99	0,00	0,00	93.052,53	0,00	0,00	0,00	0,00	93.052,53	65.326,46	
28	RONDOPOUP PARCELAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28	CDHUR REPARCELAMENTO Lei 11.941/09	229.237,41	0,00	0,00	108.791,20	0,00	0,00	0,00	0,00	108.791,20	120.446,21	
29	BERON REPARCELAMENTO	5.472.695,45	0,00	0,00	901.565,88	0,00	0,00	0,00	0,00	901.565,88	4.571.129,57	
31	BERON/INSS/PAEX Lei 11.941/09	8.096.734,16	-8.096.734,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
30	CDHUR/INSS/PAEX	722.488,53	0,00	0,00	237.351,86	0,00	0,00	0,00	0,00	237.351,86	485.136,67	
	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÍVIDA DO IPERON		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
32	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33	espaço livre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		2.702.860.691,33	-27.117.036,57	88.767.778,62	139.592.448,66	87.268.242,44	0,00	553.829,44	0,00	227.414.520,54	2.624.918.984,72	

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

UNIDADE GESTORA: CONSOLIDADO
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO. ANO REFERÊNCIA: 2014

HORA EMISSÃO: 11:22:56
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

Titulos	Saldo Exercício Anterior (a)	Inscrição (b)	Pagamento Cancelamento (c)	Reclassificação (d)	Saldo para Exercício Seguinte (e)
Restos a Pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	204.279.239,57	187.483.777,19	186.392.231,86	-17.887.007,71	187.483.777,19
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	16.661.833,14	0,00	4.244.469,28	17.887.007,71	30.304.371,57
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	578.361.783,53	351.311.431,04	529.938.070,20	-48.423.713,33	351.311.431,04
Restos a Pagar Não Processados de Exercício	18.915.169,74	0,00	14.572.517,01	48.423.713,33	52.766.366,06
Subtotal	818.218.025,98	538.795.208,23	735.147.288,35	0,00	621.865.945,86
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	73.200.585,69	658.276.516,53	666.714.461,12	0,00	64.762.641,10
Valores Restituíveis - Intra OFSS	41.271.052,79	215.118.492,68	248.741.686,38	0,00	7.647.859,09
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	78.292.597,39	254.185.913,63	286.648.773,36	0,00	45.829.737,66
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Municípios	2.974.467,94	10.909.357,58	12.750.265,42	0,00	1.133.560,10
Subtotal	195.738.703,81	1.138.490.280,42	1.214.855.186,28	0,00	119.373.797,95
Total Geral	1.013.956.729,79	1.677.285.488,65	1.950.002.474,63	0,00	741.239.743,81


 UNIDADE GESTORA: CONSOLIDADO
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 10:53:29
 DATA EMISSÃO: 06/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	11.924.808.163,37	0,00
RECEITAS DERIVADAS	3.799.881.657,25	0,00
Receita Tributária	3.027.361.112,85	0,00
Receita de Contribuições	495.959.874,07	0,00
Outras Receitas Derivadas	276.560.670,33	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	425.593.056,83	0,00
Receita Patrimonial	162.650.235,83	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	192.233.486,51	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	70.709.334,49	0,00
TRANSFERÊNCIAS	7.699.333.449,29	0,00
Intergovernamentais		
da União	2.663.803.148,86	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	308.841,60	0,00
Intragovernamentais	5.022.793.798,40	0,00
Transferências de Instituições Privadas	12.426.085,43	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	1.575,00	0,00
DESEMBOLSO	10.983.050.424,44	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	4.701.366.995,99	0,00
LEGISLATIVA	264.292.574,07	0,00
JUDICIÁRIA	667.658.416,61	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	226.499.253,55	0,00
ADMINISTRAÇÃO	574.155.304,42	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	834.856.972,05	0,00
RELACIONES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.995.561,59	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	333.161.333,42	0,00
SAÚDE	724.464.683,61	0,00
TRABALHO	240.107,19	0,00
EDUCAÇÃO	874.677.462,01	0,00
CULTURA	788.781,32	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	42.924,75	0,00
HABITACAO	96.285,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	8.820.486,09	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.921.416,43	0,00
AGRICULTURA	136.445.324,70	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	449.840,74	0,00
INDÚSTRIA	381.885,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	851.098,97	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	37.888.213,93	0,00
DESPORTO E LAZER	1.963.350,68	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	8.715.719,86	0,00
A DEFINIR	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	87.822.072,20	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	87.268.242,76	0,00
Outros Encargos da Dívida	553.829,44	0,00
TRANSFERÊNCIAS	6.193.861.356,25	0,00
Intergovernamentais		
da União	59.853.833,89	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	955.097.142,69	0,00
Intragovernamentais	5.178.910.379,67	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	941.757.738,93	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	373.156,07	0,00
Alienação de Bens	369.435,28	0,00

Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	3.720,79	0,00
DESEMBOLSO	485.085.645,99	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	485.085.645,99	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-484.712.489,92	0,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

INGRESSOS	124.759.803,02	0,00
Operações de Créditos	124.759.803,02	0,00
DESEMBOLSO	139.592.448,66	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	139.592.448,66	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-14.832.645,64	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	442.212.603,37	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	933.678.605,94	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.375.891.209,31	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO: 2014 Data: 09/03/15

ESPECIFIC.	Pat. Social/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reserv. de Capital	Ajustes de Aval. Pat.	Reservas de Lucros	Demais Reserv.	Result. Acumul.	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							7.782.450.043,85		7.782.450.043,85
Ajustes de Exercícios Anteriores							-149.279.364,47		-149.279.364,47
Aumento de Capital									
Resultado do Exercício							-825.164.890,74		-825.164.890,74
Constituição/ Reversão de Reservas Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior							6.808.005.788,64		6.808.005.788,64
Saldo Inicial Ex. Atual							6.808.005.788,64		6.808.005.788,64
Restos a Pagar									
Ajustes de Exercícios Anteriores							-197.971.876,15		-197.971.876,15
Resultado do Exercício							1.668.616.470,11		1.668.616.470,11
Constituição/ Reversão de Reservas Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							8.278.650.382,60		8.278.650.382,60

Secretaria de Estado da Assistência Social
PORTARIA Nº 045/2015-GAB/SEAS

Porto Velho (RO), 20 de fevereiro de 2015.

O **Secretário Adjunto de Estado de Assistência Social**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2.000, Decreto de Nomeação de 10 de fevereiro de 2015, publicado no DOE nº 2640, de 11 de fevereiro de 2015.

Considerando o memorando nº 17/GAB/SEAS 19 de fevereiro de 2015.

Resolve:

Art. 1º. Considerar o deslocamento dos servidores abaixo ao município de Campo Novo, para participar da Reunião na Câmara de Vereadores de Campo Novo de Rondônia, no período de 23/02/2015.

Nome Valdenice Domingos Ferreira

Matrícula -

Lotado Porto Velho

Nome Francisco de Assis Brito dos Santos

Matrícula 300121440

Lotado Porto Velho

Art. 2º- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3º- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4º- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MÁRCIO ANTÔNIO FÉLIX RIBEIRO
Secretário Adjunto de Estado - SEAS

PORTARIA Nº 054/2015-GAB/SEAS
Porto Velho (RO), 04 de março de 2015.

O **Secretário Adjunto de Estado de Assistência Social**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2.000, Decreto de Nomeação de 10 de fevereiro de 2015, publicado no DOE nº 2640, de 11 de fevereiro de 2015.

Considerando o memorando nº 012/GETRE/ CODES 25 de fevereiro de 2015.

Resolve:

Art. 1º. Considerar o deslocamento dos servidores abaixo ao município de Ariquemes, para Participar do Encontro sobre Educação Profissional e Tecnológico de Campo, no período de 25 a 27/03/2015.

Nome Francisco de Assis Brito dos Santos

Matrícula 300130349

Lotado Porto Velho

Nome Adirleide Dias dos Santos

Matrícula 300127525

Lotado Porto Velho

Art. 2º- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3º- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4º- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realizada ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MÁRCIO ANTÔNIO FÉLIX RIBEIRO
Secretário Adjunto de Estado - SEAS

PORTARIA Nº 055/2015-GAB/SEAS
Porto Velho (RO), 05 de março de 2015.

O **Secretário Adjunto de Estado de Assistência Social**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2.000, Decreto de Nomeação de 10 de fevereiro de 2015, publicado no DOE nº 2640, de 11 de fevereiro de 2015.

Considerando o memorando nº 034/GECAJ/ SEAS de 04 de Março de 2015.

Resolve:

Art. 1º. Considerar o deslocamento dos servidores abaixo ao município de Guajará Mirim, para participar realização do Projeto SEBRAE Ação Itinerante, Capacitação de Empreendimento Empresarial para jovens do Programa Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, no período de 09 a 11/03/2015.

Nome ANA PAULA BARROS DOS S. TEIXEIRA

Matrícula 300124980

Lotado Porto Velho

Nome NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Matrícula 300129715

Lotado Porto Velho

Nome FRANCISCO DE SOUZA SANTOS

Matrícula 30024987

Lotado Porto Velho

Art. 2º- O prazo para prestação de contas será de **05** (cinco) dias úteis para servidores lotados na capital e de **10** (dez) dias úteis, para os lotados no interior, conforme art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Art. 3º- O não cumprimento por parte do servidor, do prazo de prestação de contas estabelecido no parágrafo anterior, implicará o lançamento do débito na respectiva folha de pagamento, e o impedimento para recebimento de novas diárias. § 4º do Art. 17 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014

Art. 4º- Serão restituídos pelo servidor em 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, as diárias correspondentes à viagem que, por quaisquer circunstâncias, não tenha sido realiza-

da ou a quantia excedente, quando o retorno ocorrer antes do prazo inicialmente estipulado, comprovado mediante DARE e respectivo comprovante de recolhimento do valor não utilizado, acompanhado das devidas justificativas. Art. 15 do Decreto N º 18.728 de 27/03/2014.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MÁRCIO ANTÔNIO FÉLIX RIBEIRO
Secretário Adjunto de Estado - SEAS

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 577/2014/SUPEL/RO

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI, torna público, aos interessados, que o PREGÃO ELETRÔNICO acimacitado, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO (CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA, ESTUFA DE CULTURA BACTERIOLÓGICA, CAPELA DE EXAUSTÃO, FORNO MICRO ONDAS, AMOSTRA PARA CALIBRAÇÃO, KIT DE REAGENTES, DETERGENTE ALCALINO ENTRE OUTROS)**, para atender as necessidades do Laboratório de Qualidade do Leite em Rondônia, a pedido do Fundo de Desenvolvimento e Apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira do Estado de Rondônia - Pro Leite/RO, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01.1917.00006-00/2014, FUNDO PROLEITE** foi **HOMOLOGADO** e **ADJUDICADO**, com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no inciso XX do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, e no inciso VI do artigo 6º do Decreto Estadual nº 10.454 de 08.04.2003, em favor das Empresas: **FILTERFLUX EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO LTDA - EPP, CNPJ: 08.040.473/0001-24**, valor total de **R\$ 28.750,00** (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta reais), **COMERCIAL BELC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP, CNPJ: 01.644.219/0001-96**, valor total de **R\$ 4.790,00** (quatro mil, setecentos e noventa reais), **BRASIDAS EIRELI - ME, CNPJ: 20.483.193/0001-96**, valor total de **R\$ 4.883,00** (quatro mil, oitocentos e oitenta e três reais), **DELTA COMÉRCIO IMP. E EXP. DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ: 05.801.999/0001-91**, valor total de **R\$ 479,68** (quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) e **NOVOS TEMPOS COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP, CNPJ: 10.971.702/0001-76**, valor total de **R\$ 1.479,94** (um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), todas as vencedoras no valor global de **R\$ 40.382,62** (quarenta mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), por terem preenchido os requisitos exigidos pela Lei citada, sendo assim a mais vantajosa para a Administração Pública. Porto Velho-RO, 05 de março de 2015. **PUBLIQUE-SE NO QUADRO DE AVISOS DA SUPEL E NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.**

MARY TEREZINHA BRAGANHOL

Secretária adjunta de Estado - SEAGRI

EMATER - RO

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015/CPLMS/EMTER/RO

A **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - EMATER/RO**, através de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que a licitação para Registro de Preço para eventual aquisição de capa de processo e capa plástica para processo, sendo

o Pregão Eletrônico N. 001/2015/CPLMS, res-
tou **FRACASSADA** em decorrência de os preços
ofertados estarem acima do estimado pela EMATER/
RO. Porto Velho/RO, 09 de março de 2014.

**HEMANUELE FABYANA DOS A. FERRO
PREGOEIRA – EMATER/RO
EMATER/RO**

**PORTARIA GAB/PRES/ Nº. 129/2015
PORTO VELHO-RO EM: 06/03/2015**

O Diretor Presidente da EMATER-RO, no uso
de suas atribuições e de acordo com o que lhe
confere o Artigo 30, Inciso IX do Estatuto e altera-
ção institucional imposta pela Lei Nº 3.138/13,

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR, a partir desta data,
os empregados abaixo para comporem a Comis-
são Permanente de Apuração e Aplicação de Pe-
nalidades aos Licitantes Inadimplentes, nos Pro-
cessos de Aquisição de Materiais no âmbito desta
EMATER-RO.

Artigo 2º - A condução dos trabalhos da pre-
sente comissão, sempre será presidida pelo Ge-
rente de Administração de Materiais desta
EMATER-RO, salvo em caso de impedimento e/ou
suspeição declarada; pelo que, a conduta dos tra-
balhos será redistribuída ao seu substituto:

PRESIDENTE: HILSA PINTO DA SILVA, Ma-
trícula n. 3121, Função: Técnica Administrativa
Nível Médio.

SECRETÁRIA: MARIA VIEIRA NUNES, Matrí-
cula n. 697, Função: Técnica Administrativa Nível
Superior.

**MEMBROS: HEMANUELE FABYANA DOS AN-
JOS FERRO**, Matrícula n. 3441, Função:
Procuradora Jurídica, na atividade de Presidente
da CPLMS; **FLÁVIO GASPAS DE CARVALHO
JÚNIOR**, Matrícula n. 1729, Função: Procurador
Jurídico; **MARLI LOUREIRO**, Matrícula nº 1583,
Função: Técnico Administrativo Nível Médio.

Publique-se e Cumpra-se.
LUIZ GOMES FURTADO
DIRETOR PRESIDENTE
EMATER-RO

**PORTARIA GAB/PRES/ Nº. 130/2015
PORTO VELHO-RO EM: 06/03/2015**

O Diretor Presidente da EMATER-RO, no uso
de suas atribuições e de acordo com o que lhe
confere o Artigo 30, Inciso IX do Estatuto e, altera-
ção institucional imposta pela lei 3.138/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR os funcionários rela-
cionados abaixo para compor a Comissão Perma-
nente de Patrimônio:

RESPONSÁVEL: DOMINGOS ANTONIO PRIETO
MEMBROS: GABRIELA DE LIMA LOPES
RITA DE CÁSSIA SANTOS AFONSO

Parágrafo único – Os gerentes dos Escritóri-
os Regionais e Locais comporão a comissão nas
suas respectivas Regiões / Unidade Administrativa.

Artigo 2º - Os efeitos desta portaria entram
em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIZ GOMES FURTADO
DIRETOR PRESIDENTE
EMATER-RO

DEPARTAMENTO DE ESTRADA DE RODAGEM

DECISÃO

Processo nº. 01.1411.00126-0000/2013/FITHA
Contratadas: **BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS
E AREIA LTDA**

CNPJ 09.355.594/0001-28
Setor Rolim de Moura, Linha 184, Km 05, Lote 54-
B, Gleba 14, Zona Rural
Santa Luzia D'Oeste / RO

Consoante as informações prestadas pela
Fiscalização do Contrato por intermédio do Memo-
rando nº 258/COR/DER-RO (fls. 319/320), bem
como as recomendações contidas no Parecer nº
032/14/FITHA (fls.325/331), recebo o recurso de
fls. 302/317 com duplo efeito e no mérito **DECIDO
PELO NÃO PROVIMENTO**, ficando mantida inte-
gralmente a Decisão de fl. 297, publicada no DOE
nº 2438, página 63, sob a rubrica "EXT. Nº. 039 DE
DECISÃO ADMINISTRATIVA".

Por oportuno, ordeno a retenção das penali-
dades de multa dos créditos a perceber em nome
da Sancionada ou, na ausência destes, o
acionamento da Procuradoria Autárquica para ins-
crição em Dívida Ativa e posterior execução judi-
cial dos valores.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho - RO, 26 de Fevereiro de 2015.

LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA
Presidente do FITHA

DECISÃO

Processo nº. 01.1411.00126-0000/2013/FITHA
Contratadas: **BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS
E AREIA LTDA**

CNPJ 09.355.594/0001-28
Setor Rolim de Moura, Linha 184, Km 05, Lote 54-B,
Gleba 14, Zona Rural - Santa Luzia D'Oeste / RO

Consoante as informações prestadas pela
Comissão de Recebimento através do **Memoran-
do nº 005/15/DER-RO (fl. 576)** que denotam o
descumprimento das obrigações pactua-
das, bem como as recomendações contidas no
**Despacho da Coordenadoria Obras exarado
no verso da fl. 576. DECIDO PELA APLICAÇÃO
DA SANÇÃO DE MULTA no valor de R\$
310.121,45 (trezentos e dez mil, cento e vin-
te e um reais e quarenta e cinco centavos),
em razão da inexecução parcial do Contrato
evidenciada**, de acordo com os termos e
percentuais previstos na Cláusula Décima Tercei-
ra, alínea "d", do **Contrato n.º 019/2013/FITHA** e
art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Oportunamente, após o prazo recursal de
estilo, ordeno a retenção dos valores de multa
dos créditos a perceber em nome da Sancionada
ou, na ausência destes, o acionamento da Procu-
radoria Autárquica para inscrição em Dívida Ativa
e posterior execução judicial.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho - RO, 27 de Fevereiro de 2015.

LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA
Presidente do FITHA

DECISÃO

Processo nº 01.1420.00822-0005/2009

Empresa: **MACOFER TERRAPLENAGEM LTDA**
End: Av. Canaã, nº 1477, Bairro Setor Industrial
Objeto: Pavimentação em TSD de vias urbanas no
município de Jaru. Contrato nº 023/2010/GJ-DER/RO
Assunto: Aplicação de Penalidades

Considerando a Notificação de fls. 1948, que
determina à Contratada a execução dos serviços
de correção de pavimentação nas vias urbanas
de Jaru e no Distrito de Tarilândia, conforme Me-
morando da Comissão de Fiscalização de fls. 1947;

Considerando as reiteradas vezes que a Em-
presa teve a notificação ratificada, tendo em vista
a inexecução dos serviços a serem executados;
Considerando o descumprimento parcial da
notificação, uma vez que a Empresa Notificada
deixou de realizar os reparos necessários nas
vias urbanas do Distrito de Tarilândia;

Considerando que, desde outubro de 2013, a
Empresa Notificada vem requerendo a prorroga-
ção do prazo para execução dos serviços pelo
qual foi notificada e, até o presente momento, não
os executou de forma integral;

DECIDO:

Pela aplicação da penalidade de multa, pre-
vista na alínea "c" da cláusula décima quinta, equi-
valente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do
valor total do contrato, tendo em vista a inexecução
dos serviços nas vias urbanas do Distrito de
Tarilândia, conforme documento de fls. 2062.

Por fim, não se pode olvidar que, a pena de
multa aplicada, não possui caráter substitutivo à
necessidade da realização dos serviços que ain-
da não foram executados.

Porto Velho, 09 de março de 2015.
LIOBERTO UBIRAJARA CAETANO DE SOUZA
Diretor Geral / DER-RO

ERRATA

**DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 047/12/GJ/DER-RO, datado de 30.07.2012.**

CONTRATANTES: Departamento de Estradas de
Rodagem e Transportes e Lioila Comércio, Servi-
ços e Construções Ltda

ONDE SE LÊ: ...Processo Administrativo nº 1420-
00263-00/2010.

LEIA-SE: ...Processo Administrativo nº 1420-
02542-00/2012.

Maria Augusta Matola Pacheco
Gerente Jurídica Administrativa/DER-RO

AVISO

O Departamento de Estradas de Rodagem e Trans-
portes – DER-RO, localizado a Av. Farquar com Rua Pio
XII s/nº – Pedrinhas - Porto Velho – RO, inscrito no
CGC/MF, sob o nº 04.285.920/0001-54, torna público
que obteve a LICENÇA DE INSTALAÇÃO nº 135350/
COLMAM/SEDAM junto a Coordenadoria de
Licenciamento e Monitoramento Ambiental – COLMAM;
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental –
SEDAM, referente ao processo nº 1801/2093/2013 para
a Implantação do Parque do Povo – Requalificação
urbana ao longo do igarapé, localizado nas Ruas
Pernambuco e Minervino Viana, no trecho compreendi-
do entre a rua Padre Chiquinho com rua Florianópolis
(próximo ao Estádio Chapelão) e interseção com as
ruas Marechal Rondon e Rio de Janeiro, totalizando
uma área de intervenção de 55.639,60m², no município
de Jaru – RO. Porto Velho/RO, 09/03/2015.

Engº Ubiratan Bernardino Gomes
Diretor Executivo do DER-RO


 UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTAD
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 09:50:39
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO FINANCEIRO

Ingressos			Dispêndios		
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	13.628.294,16	359.480.486,88	Despesa Orçamentária	248.709.739,43	358.919.241,76
Ordinária	1.095.315,99	731.945,46	Ordinária	93.630.818,98	87.038.431,93
Vinculada	12.532.978,17	358.748.541,34	Vinculada	147.078.920,45	271.880.809,83
Convênios	8.531.119,39	3.019.375,86	Convênios	15.550.002,60	3.153.000,00
Cota-Parte-Educação	0,00	0,00	Cota-Parte-Educação	0,00	0,00
Sistema Único de Saúde	0,00	0,00	Sistema Único de Saúde	0,00	0,00
Operações de Crédito	2.808.932,44	354.349.063,58	Operações de Crédito	119.186.094,19	262.776.588,77
Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	1.192.926,34	0,00	Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	879.787,94	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	1.380.101,90	Outros Recursos Vinculados	11.463.035,72	5.951.221,06
(-)Dedução da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transf. Financeira Recebida e Demais Ingressos	130.316.422,14	85.728.277,32	Transf. Financeiras Concedidas e Demais Dispêndios	11.552.271,06	137.288.291,87
Cotas recebidas	0,00	0,00	Cotas Concedidas	0,00	0,00
Repasse recebidos	130.302.157,13	85.725.302,70	Repasse Concedidos	11.552.271,06	137.288.291,87
Recursos arrecadados recebidos/internos	0,00	0,00	Recursos arrecadados concedidos/internos	0,00	0,00
Correspondência de débitos	0,00	0,00	Correspondência de débitos	0,00	0,00
Transferências voluntárias	0,00	0,00	Transf. Concedidas Indep. Exerc. Orçamentário	0,00	0,00
Transferências recebidas entre UG/órgão	0,00	2.974,62	Precatórios TJ	0,00	0,00
Ganhos com desin. de passivo financeiro	0,00	0,00	Devolução de Transferências Recebidas	0,00	0,00
Cota vinculada IR	0,00	0,00	Transferências Concedidas entre UG/órgão	0,00	0,00
Variação patrimonial financeira	14.265,01	0,00	Movimento de Fundos a Crédito	0,00	0,00
			Perdas Financeiras	0,00	0,00
			Valores Diferidos	0,00	0,00
			Perdas de Investimentos Temporários	0,00	0,00
			Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Recebimentos extraordinários	252.203.003,68	280.699.992,99	Pagamentos Extraorçamentários	211.361.454,23	157.222.844,53
Inscrição RPP do Exercício	16.290.229,40	19.268.411,92	RPP pagos exercício anterior	16.497.526,55	13.975.990,44
Inscrição RPMP do Exercício	91.381.618,91	117.954.758,30	RPMP pagos do exercício anterior	47.945.465,87	1.113.640,56
Valores restituíveis - retenção	17.679.985,09	15.951.925,74	RPP pagos de exercícios anteriores	200.000,00	0,00
Haveres financeiros	126.851.170,28	127.524.897,03	RPMP pagos de exercícios anteriores	289.000,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	Valores Restituíveis - Recolhimento	18.549.294,69	14.594.230,58
Ingressos diferidos	0,00	0,00	Haveres Financeiros	127.880.167,12	127.538.982,95
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	79.396.449,45	6.918.070,50	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	11.920.704,71	79.396.449,45
TOTAL	475.544.169,43	732.826.827,61	TOTAL	475.544.169,43	732.826.827,61

 UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTAD
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 09:23:38
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	12.877.104,89	5.306.800,16	-7.570.304,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.050.697,00	1.050.697,00	383.000,00	-667.697,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	1.050.697,00	1.050.697,00	383.000,00	-667.697,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	49.303,00	49.303,00	3.402.585,44	3.353.282,44
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	49.303,00	49.303,00	3.402.585,44	3.353.282,44
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	11.777.104,89	0,00	-11.777.104,89
Transferências Intergovernamentais	0,00	11.777.104,89	0,00	-11.777.104,89
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.521.214,72	1.521.214,72
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	1.052,00	1.052,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Divers	0,00	0,00	1.520.162,72	1.520.162,72
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	114.835.699,02	8.321.494,00	-106.514.205,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	97.117.230,82	0,00	-97.117.230,82
Operações de Crédito Internas	0,00	97.117.230,82	0,00	-97.117.230,82
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00



AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	17.718.468,20	8.321.494,00	-9.396.974,20
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	17.718.468,20	8.321.494,00	-9.396.974,20
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.100.000,00	127.712.803,91	13.628.294,16	-114.084.509,75
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	1.100.000,00	127.712.803,91	13.628.294,16	-114.084.509,75
DÉFICIT (IV)	170.589.587,00	167.920.414,57	227.081.445,27	59.161.030,70
TOTAL (V)=(III + IV)	171.689.587,00	295.633.218,48	240.709.739,43	-54.923.479,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada(e)	Despesas Empenhadas(f)	Despesas Liquidadas(g)	Despesas Pagas (h)	Saldo (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	83.105.060,00	88.384.719,64	84.072.724,57	84.072.724,57	81.914.460,97	4.311.995,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.173.308,00	73.353.308,00	70.322.614,77	70.322.614,77	70.322.614,77	3.030.693,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.931.752,00	15.031.411,64	13.750.109,80	13.750.109,80	11.591.846,20	1.281.301,84
DESPESAS DE CAPITAL	88.584.527,00	207.248.498,84	156.637.014,86	156.637.014,86	51.123.430,15	50.611.483,98
INVESTIMENTOS	88.584.527,00	207.248.498,84	156.637.014,86	156.637.014,86	51.123.430,15	50.611.483,98
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	171.689.587,00	295.633.218,48	240.709.739,43	149.328.120,52	133.037.891,12	54.923.479,05
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	171.689.587,00	295.633.218,48	240.709.739,43	149.328.120,52	133.037.891,12	54.923.479,05
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	171.689.587,00	295.633.218,48	240.709.739,43	0,00	0,00	54.923.479,05
TOTAL				149.328.120,52	133.037.891,12	

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	117.954.758,30	54.843.823,35	47.945.465,87	63.110.934,95	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	117.954.758,30	54.843.823,35	47.945.465,87	63.110.934,95	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	117.954.758,30	54.843.823,35	47.945.465,87	63.110.934,95	0,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	76.363,53	4.083.173,80	4.022.856,23	20.317,57	116.363,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	76.363,53	4.083.173,80	4.022.856,23	20.317,57	116.363,53
DESPESAS DE CAPITAL	1.593.279,16	15.185.238,12	12.963.670,32	40.000,00	3.774.846,96
INVESTIMENTOS	1.593.279,16	15.185.238,12	12.963.670,32	40.000,00	3.774.846,96
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.669.642,69	19.268.411,92	16.986.526,55	60.317,57	3.891.210,49


 UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTAD
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 10:00:50
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício Atual			Exercício Anterior		
ATIVO CIRCULANTE	12.841.187,98	79.013.097,06	PASSIVO CIRCULANTE	31.062.215,33	25.789.782,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.899.603,29	79.396.449,45	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Valores Restituíveis	21.101,42	0,00	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	27.079.797,37	20.938.054,61
Demais Créditos a Curto Prazo	801.996,42	-508.846,38	Obrigações Fiscais a CP	0,00	0,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo	0,00	0,00	Obrig de Repartição a outros Entes	0,00	0,00
Estoques	118.486,85	125.493,99	Valores Restituíveis	3.982.417,96	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Apropriações de Curto Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações de Curto Prazo	0,00	4.851.727,56
ATIVO NÃO CIRCULANTE	941.038.345,09	831.497.854,59	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	26.387.877,11
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.482,04	6.482,04	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Longo	6.482,04	0,00	Empréstimos e Financiamentos LP	0,00	26.387.877,11
Demais Créditos e Valores a LP	0,00	6.482,04	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Demais Obrigações de Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	TOTAL PASSIVO	31.062.215,33	52.177.659,28
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	941.031.863,05	831.491.372,55			
Bens Moveis	113.129.795,02	103.550.359,71			
Bens Imoveis	827.902.068,03	727.941.012,84	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.	0,00	0,00			
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Adiant P/ Futuro Aumento de Capita	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00	Reservas de Capital	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Resultados Acumulados		
			Superavit/Déficits do Exercício	69.127.856,04	-177.296.712,10
			Superáv/Déf de Exerc Anter	858.333.292,37	1.036.207.256,40
			Ajustes de exerc anteriores	-4.643.830,67	-577.251,93
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	922.817.317,74	858.333.292,37
TOTAL >>>>	953.879.533,07	910.510.951,65	TOTAL >>>>	953.879.533,07	910.510.951,65

ATIVO FINANCEIRO	11.920.704,71	79.396.449,45	PASSIVO FINANCEIRO	122.443.834,24	143.744.540,47
ATIVO PERMANENTE	941.958.828,36	831.114.502,20	PASSIVO PERMANENTE		26.387.877,11
SALDO PATRIMONIAL			831.435.698,83	740.378.534,07	

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Convênios a Receber	8.534.592,89	10.467.238,20	Convênios a Executar	8.309.105,12	6.642.208,23
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	65.475,00	0,00	Empréstimos a Executar	120.484.000,00	465.309.016,11
TOTAL	8.600.067,89	10.467.238,20	TOTAL	128.793.105,12	471.951.224,34

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	110.523.129,53
Ordinária	11.431.914,73
Vinculado	99.091.214,80
CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS	-6.590.055,30
OPERACOES DE CREDITO INTERNA E EXTERNA	-82.249.757,54
CONTRAPARTIDA DO ESTADO	-1.276.853,17
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.869,61
COTA-PARTE CIDE	-9.012.251,92
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS P/ENTIDADES	33.833,52

UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTAD
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 10:04:35
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	170.360.821,37	445.208.764,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.903.162,72	1.918.752,17
Impostos	0,00	0,00
Taxas	1.903.162,72	1.918.752,17
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	3.416.850,45	9.736.718,52
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	14.265,01	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.402.585,44	9.736.718,52
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	138.624.703,13	433.553.293,43
Transferências Intragovernamentais	130.303.209,13	430.553.293,43
Transferências Intergovernamentais	8.321.494,00	3.000.000,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	26.416.105,07	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	26.416.105,07	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	101.232.965,33	247.048.585,78
Pessoal e Encargos	74.009.740,94	61.132.994,20
Remuneração a Pessoal	62.962.713,88	52.018.360,98
Encargos Patronais	7.359.900,89	5.966.190,72
Benefícios a Pessoal	3.687.126,17	3.147.880,50
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	562,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	5.096.430,33	7.696.528,14
Uso de Material de Consumo	1.269.266,67	3.687.316,27
Serviços	3.827.163,66	4.009.211,87
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00



Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedida	21.526.569,12	178.094.245,80
Transferências Intragovernamentais	11.552.271,06	163.608.686,14
Transferências Intergovernamentais	9.974.298,06	14.485.559,66
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	114.514,65	124.817,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	114.514,65	124.817,64
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	485.710,29	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	485.710,29	0,00
Resultado Patrimonial do Período	69.127.856,04	198.160.178,34

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

Incorporação de ativo	156.637.014,86	152.517.047,00
Desincorporação de passivo	0,00	344.825.016,11
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTAD
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO. ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 11:20:48
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

Títulos	Saldo Exercício Anterior(a)	Inscrição(b)	Pagamento Cancelamento(c)	Reclassificação(d)	Saldo para Exercício Seguinte(e)
Restos a pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	19.268.411,92	16.290.229,40	16.557.844,12	-2.710.567,80	16.290.229,40
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	1.308.252,69	0,00	200.000,00	2.710.567,80	3.818.820,49
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	117.954.758,30	91.381.618,91	111.056.400,82	-6.898.357,48	91.381.618,91
Restos a Pagar Não Processados de Exercício	361.390,00	0,00	289.000,00	6.898.357,48	6.970.747,48
Subtotal	138.892.812,91	107.671.848,31	128.103.244,94	0,00	118.461.416,28

Saldo Exercício Títulos	Anterior(a)	Retenções(b)	Saldo para Exercício Recolhimento(c)	Reclassificação(d)	Seguinte(e)
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	4.365.984,37	7.940.060,24	8.812.201,78	0,00	3.493.842,83
Valores Restituíveis - Intra OFSS	54.653,38	2.613.696,86	2.613.696,86	0,00	54.653,38
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	420.351,08	6.320.800,78	6.317.820,76	0,00	423.331,10
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Municíp	10.738,73	805.427,21	805.575,29	0,00	10.590,65
Subtotal	4.851.727,56	17.679.985,09	18.549.294,69	0,00	3.982.417,96
Total Geral	143.744.540,47	125.351.833,40	146.652.539,63	0,00	122.443.834,24

UNIDADE GESTORA: 140020 - DEPART DE EST DE RODAGEM E TRANSP DO ESTADO
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 11:58:57
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	143.930.451,29	11.052.146,41
RECEITAS DERIVADAS	1.904.214,72	0,00
Receita Tributária	383.000,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	1.521.214,72	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	3.402.585,44	1.315.274,28
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	596.530,08
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	3.402.585,44	718.744,20
TRANSFERÊNCIAS	138.623.651,13	9.736.872,13
Intergovernamentais		
da União	8.321.494,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	9.736.872,13
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	130.302.157,13	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00
DESEMBOLSO	97.260.729,47	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	81.301.960,97	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00
JUDICIARIA	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	0,00	0,00
ADMINISTRACAO	80.666.484,73	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	0,00	0,00
RELACOES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAUDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCACAO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITACAO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTAO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIENCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00
COMERCIO E SERVICOS	0,00	0,00
COMUNICACOES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	635.476,24	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
A DEFINIR	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	15.958.768,50	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	4.406.497,44	0,00
Intragovernamentais	11.552.271,06	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	46.669.721,82	11.052.146,41

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
DESEMBOLSO	112.032.566,34	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	112.032.566,34	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-112.032.566,34	0,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-65.362.844,52	11.052.146,41
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	79.396.449,45	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	14.033.604,93	11.052.146,41

**NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL 2014
DER - RO**

Para fins de aperfeiçoar os Procedimentos Orçamentários e Contábeis, principalmente baseados naqueles constantes da Lei nº 4.320/64, estamos cientes de que ao praticar princípios do MANUAL DE CONTABILIDADE AO SETOR PÚBLICO da Secretaria do Tesouro Nacional – STN estamos aparelhando os nossos registros à legislação vigente.

Assim:

“ É importante destacar que o Manual não altera as regras orçamentárias fixadas pela Lei nº 4320/1964, pela Portaria MOG nº 42/1999, ou pela Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, que continuam sendo a base normativa para a elaboração e execução dos orçamentos nos três níveis de

governo.” (transcrito do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público/STN)

Considerando os Procedimentos de gestão referente ao encerramento do exercício e suas prerrogativas, o qual se portado como Ente Público da Administração Indireta, os nossos registros contábeis espelham os procedimentos da Contabilidade Pública geralmente aceitos, bem como os da legislação vigente.

Informamos que a conta contábil nº 123210102/123210103 – EDIFÍCIOS em dezembro de 2013 apresentou o valor de R\$ 5.299.592,62 (Cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos) e em janeiro de 2014 apresenta como saldo anterior o valor de R\$ 60.355.626,08 (Sessenta milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e oito centavos), em virtude da incorporação do saldo da UG 190020 (Devop – Departamento de Viação de Obras Públicas do Estado), que em 2006 através da Lei Complementar nº 335, de 31 de janeiro de 2006, foi desmembrado DER e DEOSP.

Desta forma, foi incorporado ao DER o valor de R\$ 55.056.033,46 (Cinquenta e cinco milhões cinquenta e seis mil e trinta e três reais e quarenta e seis centavos).

Ubiratan Bernardino Gomes
Diretor Geral DER-RO

Marilene Ferreira da Silva
Contadora DER-RO

UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO FINANCEIRO**

HORA EMISSÃO: 11:41:10
DATA EMISSÃO: 06/03/2015

Ingressos			Dispendios		
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	2.346.183,95	4.287.952,75	Despesa Orçamentária	85.084.140,48	98.773.716,74
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	2.346.183,95	4.287.952,75	Vinculada	85.084.140,48	98.773.716,74
Convênios	0,00	0,00	Convênios	0,00	0,00
Cota-Parte-Educação	0,00	0,00	Cota-Parte-Educação	0,00	0,00
Sistema Único de Saúde	0,00	0,00	Sistema Único de Saúde	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	0,00	0,00	Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	2.346.183,95	4.287.952,75	Outros Recursos Vinculados	85.084.140,48	98.773.716,74
(-)Dedução da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transf. Financeira Recebida e Demais Ingressos	101.356.794,69	77.254.933,44	Transf. Financeiras Concedidas e Demais Dispendios	0,00	0,00
Cotas recebidas	0,00	0,00	Cotas Concedidas	0,00	0,00
Repasse recebidos	101.356.794,69	77.254.933,44	Repasse Concedidos	0,00	0,00
Recursos arrecadados recebidos/internos	0,00	0,00	Recursos arrecadados concedidos/internos	0,00	0,00
Correspondência de débitos	0,00	0,00	Correspondência de Crédito	0,00	0,00
Transferências voluntárias	0,00	0,00	Transf. Concedidas Indep. Exerc. Orçamentário	0,00	0,00
Transferências recebidas entre UG/órgão	0,00	0,00	Precatórios TJ	0,00	0,00
Ganhos com desin. de passivo financeiro	0,00	0,00	Devolução de Transferências Recebidas	0,00	0,00
Cota vinculada IR	0,00	0,00	Transferências Concedidas entre UG/órgão	0,00	0,00
Variação patrimonial financeira	0,00	0,00	Movimento de Fundos a Crédito	0,00	0,00
			Perdas Financeiras	0,00	0,00
			Valores Diferidos	0,00	0,00
			Perdas de Investimentos Temporários	0,00	0,00
			Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Recebimentos extraordinários	164.888.699,97	124.571.775,81	Pagamentos Extraorçamentários	182.824.973,54	105.578.710,91
Inscrição RPP do Exercício	3.323.037,64	13.195.812,35	RPP pagos exercício anterior	13.186.912,46	11.406.858,90
Inscrição RPMP do Exercício	2.264.004,67	20.977.411,34	RPMP pagos do exercício anterior	9.669.065,71	3.814.663,43
Valores restituíveis - retenção	518.433,30	828.618,68	RPP pagos de exercícios anteriores	541.774,62	61.682,37
Haveres financeiros	150.907.796,50	89.569.933,44	RPMP pagos de exercícios anteriores	0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	7.875.427,86	0,00	Valores Restituíveis - Recolhimento	643.996,39	740.572,77
Ingressos diferidos	0,00	0,00	Haveres Financeiros	158.783.224,36	89.554.933,44
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	3.608.484,40	1.846.250,05	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	4.291.048,99	3.608.484,40
TOTAL	272.200.163,01	207.960.912,05	TOTAL	272.200.163,01	207.960.912,05


 UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITA
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 12:39:01
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.346.183,95	2.346.183,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	410.262,24	410.262,24
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	410.262,24	410.262,24
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.935.921,71	1.935.921,71
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	287.990,21	287.990,21
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	1.647.931,50	1.647.931,50
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	287.990,21	287.990,21
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	1.647.931,50	1.647.931,50
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	0,00	0,00	2.346.183,95	2.346.183,95
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	0,00	0,00	2.346.183,95	2.346.183,95
DÉFICIT (IV)	155.557.563,00	155.557.563,00	82.737.956,53	-72.819.606,47
TOTAL (V)=(III + IV)	155.557.563,00	155.557.563,00	85.084.140,48	-70.473.422,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais				



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada(e)	Despesas Empenhadas(f)	Despesas Liquidadas(g)	Despesas Pagas (h)	Saldo (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	58.719.240,00	59.019.240,00	39.376.738,92	38.457.828,90	37.252.737,69	19.642.501,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.719.240,00	59.019.240,00	39.376.738,92	38.457.828,90	37.252.737,69	19.642.501,08
DESPESAS DE CAPITAL	96.838.323,00	96.538.323,00	45.707.401,56	44.362.306,91	42.244.360,48	50.830.921,44
INVESTIMENTOS	96.838.323,00	96.538.323,00	45.707.401,56	44.362.306,91	42.244.360,48	50.830.921,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	155.557.563,00	155.557.563,00	85.084.140,48	82.820.135,81	79.497.098,17	70.473.422,52
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	155.557.563,00	155.557.563,00	85.084.140,48	82.820.135,81	79.497.098,17	70.473.422,52
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	155.557.563,00	155.557.563,00	85.084.140,48	0,00	0,00	70.473.422,52
TOTAL				82.820.135,81	79.497.098,17	

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.676.972,17	554.037,00	554.037,00	2.122.935,17	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.676.972,17	554.037,00	554.037,00	2.122.935,17	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	18.300.439,17	10.134.275,15	9.115.028,71	8.166.164,02	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	18.300.439,17	10.134.275,15	9.115.028,71	8.166.164,02	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	20.977.411,34	10.688.312,15	9.669.065,71	10.289.099,19	0,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	4.950.142,16	4.941.242,27	0,00	8.899,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	4.950.142,16	4.941.242,27	0,00	8.899,89
DESPESAS DE CAPITAL	541.774,62	8.245.670,19	8.787.444,81	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	541.774,62	8.245.670,19	8.787.444,81	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	541.774,62	13.195.812,35	13.728.687,08	0,00	8.899,89

 UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITA
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 12:58:21
 DATA EMISSÃO: 06/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	4.304.095,76	-4.260.037,24	PASSIVO CIRCULANTE	5.097.553,26	14.609.519,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.248.224,49	3.608.484,40	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Valores Restituíveis	42.824,50	0,00	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	4.351.183,97	13.737.586,97
Demais Créditos a Curto Prazo	6.906,22	-7.868.521,64	Obrigações Fiscais a CP	0,00	0,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo	0,00	0,00	Obrig de Repartição a outros Entes	0,00	0,00
Estoques	6.140,55	0,00	Valores Restituíveis	746.369,29	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Apropriações de Curto Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações de Curto Prazo	0,00	871.932,38
ATIVO NÃO CIRCULANTE	440.427.229,45	415.451.755,93	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo			Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Longo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos LP	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Demais Obrigações de Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00



Participações Permanentes	0,00	0,00	TOTAL PASSIVO	5.097.553,26	14.609.519,35
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	440.427.229,45	415.451.755,93			
Bens Moveis	71.125.515,23	65.928.971,90			
Bens Imoveis	369.301.714,22	349.522.784,03	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Adiant P/ Futuro Aumento de Capita	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Reservas de Capital	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	Resultados Acumulados		
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Superavit/Déficits do Exercício	36.266.946,70	32.813.326,16
			Superáv/Défic de Exerc Anter	396.582.199,34	364.638.277,53
			Ajustes de exerc anteriores	6.784.625,91	-869.404,35
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	439.633.771,95	396.582.199,34
TOTAL >>>>	444.731.325,21	411.191.718,69	TOTAL >>>>	444.731.325,21	411.191.718,69

ATIVO FINANCEIRO	4.291.048,99	3.608.484,40	PASSIVO FINANCEIRO	7.361.557,93	35.586.930,69
ATIVO PERMANENTE	440.440.276,22	407.583.234,29	PASSIVO PERMANENTE		
			SALDO PATRIMONIAL	437.369.767,28	375.604.788,00

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-3.070.508,94
Ordinária	-729.610,78
Vinculado	-2.340.898,16
COTA-PARTE - FITHA	-2.340.898,16

UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITACAO
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 13:24:36
DATA EMISSÃO: 06/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	103.702.978,64	0,00
RECEITAS DERIVADAS	1.935.921,71	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	1.935.921,71	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	410.262,24	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	410.262,24	0,00
TRANSFERÊNCIAS	101.356.794,69	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	101.356.794,69	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00



DESEMBOLSO	37.252.737,69	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	37.252.737,69	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00
JUDICIARIA	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	0,00	0,00
ADMINISTRACAO	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	0,00	0,00
RELACOES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAUDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCACAO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00
HABITACAO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTAO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIENCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00
COMERCIO E SERVICOS	0,00	0,00
COMUNICACOES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	37.252.737,69	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
A DEFINIR	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	66.450.240,95	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
DESEMBOLSO	60.146.834,00	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	60.146.834,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-60.146.834,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.303.406,95	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.608.484,40	0,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.911.891,35	0,00

UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 13:05:55
DATA EMISSÃO: 06/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	103.702.978,64	81.542.886,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.647.931,50	2.015.310,68
Impostos	0,00	0,00
Taxas	1.647.931,50	2.015.310,68
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	410.262,24	272.246,71
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	410.262,24	272.246,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	101.644.784,90	79.255.328,80
Transferências Intragovernamentais	101.644.784,90	79.255.328,80
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimento	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	67.436.031,94	48.729.560,03
Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Remuneração a Pessoal	0,00	0,00
Encargos Patronais	0,00	0,00
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	37.914.923,40	23.995.496,84
Uso de Material de Consumo	19.739.110,52	10.260.210,38
Serviços	18.175.812,88	13.735.286,46
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedida	29.521.108,54	24.734.063,19
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	29.521.108,54	24.734.063,19



Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	0,00
Resultado Patrimonial do Período	36.266.946,70	32.813.326,16

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

Incorporação de ativo	45.707.401,56	46.066.767,39
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

UNIDADE GESTORA: 140011 - FUNDO PARA INFRA-ESTRUT DE TRANSP E HABITA
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO. ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 13:10:36
DATA EMISSÃO: 06/03/2015

Títulos	Saldo Exercício Anterior(a)	Inscrição(b)	Pagamento Cancelamento(c)	Reclassificação(d)	Saldo para Exercício Seguinte(e)
Restos a pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	13.195.812,35	3.323.037,64	13.186.912,46	-8.899,89	3.323.037,64
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	541.774,62	0,00	541.774,62	8.899,89	8.899,89
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	20.977.411,34	2.264.004,67	19.958.164,90	-1.019.246,44	2.264.004,67
Restos a Pagar Não Processados de Exercício	0,00	0,00	0,00	1.019.246,44	1.019.246,44
Subtotal	34.714.998,31	5.587.042,31	33.686.851,98	0,00	6.615.188,64

Títulos	Saldo Exercício Anterior(a)	Retenções(b)	Recolhimento(c)	Reclassificação(d)	Saldo para Exercício Seguinte(e)
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	871.932,38	514.514,91	640.078,00	0,00	746.369,29
Valores Restituíveis - Intra OFSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Municípios	0,00	3.918,39	3.918,39	0,00	0,00
Subtotal	871.932,38	518.433,30	643.996,39	0,00	746.369,29
Total Geral	35.586.930,69	6.105.475,61	34.330.848,37	0,00	7.361.557,93

**DEPARTAMENTO DE OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS**

UNIDADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO EST
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 10:22:18
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada(a)	Receitas Realizadas(b)	Saldo c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	38.700,00	38.700,00	937.531,51	898.831,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.025,00	29.025,00	603.225,81	574.200,81
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	29.025,00	29.025,00	603.225,81	574.200,81
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	9.675,00	9.675,00	334.305,70	324.630,70
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	9.675,00	9.675,00	334.305,70	324.630,70
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Divers	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públic	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	38.700,00	38.700,00	937.531,51	898.831,51
REFINANCIAMENTO (II)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (III)=(I+II)	38.700,00	38.700,00	937.531,51	898.831,51
DÉFICIT (IV)	41.929.328,00	57.248.191,35	23.291.323,49	-33.956.867,86
TOTAL (V)=(III + IV)	41.968.028,00	57.286.891,35	24.228.855,00	-33.058.036,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	0,00			
Reabertura de créditos adicionais				



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(d)	Dotação Atualizada(e)	Despesas Empenhadas(f)	Despesas Liquidadas(g)	Despesas Pagas (h)	Saldo (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	18.983.526,00	10.585.138,92	9.067.912,46	9.007.912,46	9.007.788,66	1.517.226,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.625.141,00	9.125.141,00	8.038.813,46	8.038.813,46	8.038.813,46	1.086.327,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.358.385,00	1.459.997,92	1.029.099,00	969.099,00	968.975,20	430.898,92
DESPESAS DE CAPITAL	22.984.502,00	46.701.752,43	15.160.942,54	15.160.942,54	10.725.666,34	31.540.809,89
INVESTIMENTOS	22.984.502,00	46.701.752,43	15.160.942,54	15.160.942,54	10.725.666,34	31.540.809,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	41.968.028,00	57.286.891,35	24.228.855,00	24.168.855,00	19.733.455,00	33.058.036,35
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL REFINANCIAMENTO (VIII)=(VI+VII)	41.968.028,00	57.286.891,35	24.228.855,00	24.168.855,00	19.733.455,00	33.058.036,35
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	41.968.028,00	57.286.891,35	24.228.855,00	0,00	0,00	33.058.036,35
TOTAL				24.168.855,00	19.733.455,00	

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	208.891,14	208.891,14	208.891,14	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	208.891,14	208.891,14	208.891,14	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	7.370.714,17	4.994.115,63	4.354.559,86	2.326.598,54	50.000,00
INVESTIMENTOS	0,00	7.370.714,17	4.994.115,63	4.354.559,86	2.326.598,54	50.000,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	7.579.605,31	5.203.006,77	4.563.451,00	2.326.598,54	50.000,00

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	604,01	2.463,75	0,00	0,00	3.067,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	604,01	2.463,75	0,00	0,00	3.067,76
DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	7.904.304,06	4.309.999,61	0,00	3.794.304,45
INVESTIMENTOS	200.000,00	7.904.304,06	4.309.999,61	0,00	3.794.304,45
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	200.604,01	7.906.767,81	4.309.999,61	0,00	3.797.372,21

 UNIDADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO EST
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 11:15:39
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015
GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO FINANCEIRO

Ingressos			Dispêndios		
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	937.531,51	843.883,17	Despesa Orçamentária	24.228.855,00	37.397.518,84
Ordinária	706.378,33	668.366,91	Ordinária	22.634.136,42	37.133.745,96
Vinculada	231.153,18	175.516,26	Vinculada	1.394.718,58	263.772,88
Convênios	159.162,00	175.516,26	Convênios	1.032.447,62	263.772,88
Cota-Parte-Educação	0,00	0,00	Cota-Parte-Educação	0,00	0,00
Sistema Único de Saúde	0,00	0,00	Sistema Único de Saúde	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	71.990,29	0,00	Recursos Diretamente Arrecadados P/Entidades	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	Outros Recursos Vinculados	362.270,96	0,00
(-)Dedução da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transf. Financeira Recebida e Demais Ingressos	25.061.104,68	22.396.990,45	Transf. Financeiras Concedidas e Demais Dispêndios	400.000,00	402.503,00
Cotas recebidas	0,00	0,00	Cotas Concedidas	0,00	0,00
Repasse recebidos	25.061.104,68	22.396.990,45	Repasse Concedidos	400.000,00	0,00
Recursos arrecadados recebidos/internos	0,00	0,00	Recursos arrecadados concedidos/internos	0,00	0,00
Correspondência de débitos	0,00	0,00	Correspondência de débitos	0,00	402.503,00
Transferências voluntárias	0,00	0,00	Transf. Concedidas Indep. Exerc. Orçamentário	0,00	0,00
Transferências recebidas entre UG/órgão	0,00	0,00	Precatórios TJ	0,00	0,00
Ganhos com desin. de passivo financeiro	0,00	0,00	Devolução de Transferências Recebidas	0,00	0,00
Cota vinculada IR	0,00	0,00	Transferências Concedidas entre UG/órgão	0,00	0,00
Variação patrimonial financeira	0,00	0,00	Movimento de Fundos a Crédito	0,00	0,00
			Perdas Financeiras	0,00	0,00
			Valores Diferidos	0,00	0,00
			Perdas de Investimentos Temporários	0,00	0,00
			Incorporação de Passivo	0,00	0,00
Recebimentos extraordinários	31.969.265,61	39.761.511,49	Pagamentos Extraorçamentários	35.813.934,13	25.373.135,40
Inscrição RPP do Exercício	4.435.400,00	7.906.767,81	RPP pagos exercício anterior	4.309.999,61	872.242,81
Inscrição RPP do Exercício	60.000,00	7.579.605,31	RPNP pagos do exercício anterior	4.563.451,00	616.268,42
Valores restituíveis - retenção	2.345.247,39	1.877.067,92	RPP pagos de exercícios anteriores	0,00	0,00
Haveres financeiros	25.128.618,22	22.398.070,45	RPNP pagos de exercícios anteriores	0,00	0,00
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	Valores Restituíveis - Recolhimento	1.611.865,30	1.486.553,72
Ingressos diferidos	0,00	0,00	Haveres Financeiros	25.328.618,22	22.397.530,45
			Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	540,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	6.486.966,13	6.657.738,26	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	4.012.078,00	6.486.966,13
TOTAL	64.454.867,93	69.660.123,37	TOTAL	64.454.867,93	69.660.123,37


 UNIDADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO EST
 MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
 ANO REFERÊNCIA : 2014

 HORA EMISSÃO: 11:25:41
 DATA EMISSÃO: 05/03/2015

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercicio Atual	Exercicio Anterior		Exercicio Atual	Exercicio Anterior
- ATIVO CIRCULANTE	9.615.374,58	11.917.868,88	PASSIVO CIRCULANTE	11.306.235,48	9.807.897,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.461.926,88	6.486.966,13	Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Valores Restituíveis	550.151,92	0,00	Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	8.872.327,98	8.107.371,82
Demais Créditos a Curto Prazo	5.563.541,64	5.374.401,64	Obrigações Fiscais a CP	0,00	0,00
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo	0,00	0,00	Obrig de Repartição a outros Entes	0,00	0,00
Estoques	39.754,14	56.501,11	Valores Restituíveis	2.433.907,47	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Apropriações de Curto Prazo	0,00	0,00
			Demais Obrigações de Curto Prazo	0,03	1.700.525,41
ATIVO NÃO CIRCULANTE	527.639.574,34	521.279.246,82	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo			Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Créditos a Longo	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos LP	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	Demais Obrigações de Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	80.000,00	80.000,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Participações Permanentes	80.000,00	80.000,00			
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00	TOTAL PASSIVO	11.306.235,48	9.807.897,23
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00			
Imobilizado	527.559.574,34	521.199.246,82			
Bens Moveis	3.194.117,02	2.875.863,69			
Bens Imoveis	524.365.457,32	518.323.383,13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.	0,00	0,00			
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Adiant P/ Futuro Aumento de Capita	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00	Reservas de Capital	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00	Resultados Acumulados		
			Superavit/Déficits do Exercício	7.837.423,26	375.375.876,28
			Superáv/Défic de Exerc Anter	523.389.218,47	148.857.026,46
			Ajustes de exerc anteriores	-5.277.928,29	-843.684,27
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	525.948.713,44	523.389.218,47
TOTAL >>>>>	537.254.948,92	533.197.115,70	TOTAL >>>>>	537.254.948,92	533.197.115,70

ATIVO FINANCEIRO	4.012.078,80	6.486.966,13	PASSIVO FINANCEIRO	11.366.235,45	17.387.502,51
ATIVO PERMANENTE	533.242.870,12	526.710.149,57	PASSIVO PERMANENTE	0,03	0,03
SALDO PATRIMONIAL			525.888.713,44	515.809.613,16	

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Convênios a Receber	621.959,19	1.759.688,22	Convênios a Executar	6.168.642,07	18.338.121,93
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	2.780,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL	624.739,19	1.759.688,22	TOTAL	6.168.642,07	18.338.121,93

 GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
 DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	-7.354.156,65
Ordinária	-10.387.093,52
Vinculado	3.032.936,87
CONVENIOS E OUTRAS TRANSFERENCIAS FEDERAIS	2.761.099,36
RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS P/ENTIDADES	271.837,51

UNIDADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO EST
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 11:31:52
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	25.998.636,19	399.032.784,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	603.225,81	610.535,78
Impostos	0,00	0,00
Taxas	603.225,81	610.535,78
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00
Contrib de Interv no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direito	0,00	0,00
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeir	334.305,70	233.347,39
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	334.305,70	233.347,39
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	25.061.104,68	0,00
Transferências Intragovernamentais	25.061.104,68	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	398.188.901,08
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	0,00	398.188.901,08
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18.161.212,93	23.656.907,97
Pessoal e Encargos	8.573.498,85	9.050.126,89
Remuneração a Pessoal	6.883.566,08	7.266.026,84
Encargos Patronais	1.155.247,38	1.187.664,42
Benefícios a Pessoal	534.685,39	596.435,63
Custo de Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Publicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	387.099,06	1.913.238,76
Uso de Material de Consumo	137.775,88	1.029.607,61
Serviços	249.323,18	883.631,15
Depreciação, Amortização de Exaustão	0,00	0,00
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (Financeiras)	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedida	9.200.615,02	12.689.760,34
Transferências Intragovernamentais	1.432.447,62	402.503,03
Transferências Intergovernamentais	7.345.446,14	11.647.487,74
Transferências a Instituições Privadas	422.721,26	639.769,57



Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	638,72
Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	0,00	638,72
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
- Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	2.588,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	2.588,26
Contribuições	0,00	0,00
Custo com Tributos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	555,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Custo de Outras VPD	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	555,00
Resultado Patrimonial do Período	7.837.423,26	375.375.876,28

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

Incorporação de ativo	15.160.942,54	10.868.862,44
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI 4.320/64

UNIDADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DO EST
MÊS REFERÊNCIA: DEZEMBRO. ANO REFERÊNCIA: 2014

HORA EMISSÃO: 11:40:59
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

Títulos	Saldo Exercício Anterior(a)	Inscrição(b)	Pagamento Cancelamento(c)	Reclassificação(d)	Saldo para Exercício Seguinte(e)
Restos a pagar					
Restos a Pagar Processados do Exercício	7.906.767,81	4.435.400,00	4.309.999,61	-3.596.768,20	4.435.400,00
Restos a Pagar Processados de Exercícios Ant.	0,00	0,00	0,00	3.596.768,20	3.596.768,20
Restos a Pagar Não Processados do Exercício	7.579.605,31	60.000,00	6.940.049,54	-639.555,77	60.000,00
Restos a Pagar Não Processados de Exercício	200.604,01	0,00	0,00	639.555,77	840.159,78
Subtotal	15.686.977,13	4.495.400,00	11.250.049,15	0,00	8.932.327,98

Títulos	Saldo Exercício Anterior(a)	Retenções(b)	Recolhimento(c)	Reclassificação(d)	Saldo para Exercício Seguinte(e)
Valores Restituíveis					
Valores Restituíveis - Consolidação	1.454.480,97	1.264.492,83	431.467,93	0,00	2.287.505,87
Valores Restituíveis - Intra OFSS	540,00	112.490,25	112.490,25	0,00	540,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - União	77.838,02	888.307,75	888.307,75	0,00	77.838,02
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis - Inter OFSS - Municíp	167.666,39	79.956,56	179.599,37	0,00	68.023,58
Subtotal	1.700.525,38	2.345.247,39	1.611.865,30	0,00	2.433.907,47
Total Geral	17.387.502,51	6.840.647,39	12.861.914,45	0,00	11.366.235,45

DADE GESTORA: 140021 - DEPART DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DO ESTADO
MÊS REFERÊNCIA : DEZEMBRO.
ANO REFERÊNCIA : 2014

HORA EMISSÃO: 11:53:27
DATA EMISSÃO: 05/03/2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSO	25.798.636,19	0,00
RECEITAS DERIVADAS	603.225,81	0,00
Receita Tributária	603.225,81	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	334.305,70	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	334.305,70	0,00
TRANSFERÊNCIAS	24.861.104,68	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	24.861.104,68	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00
DESEMBOLSO	9.495.088,66	0,00
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	9.007.788,66	0,00
LEGISLATIVA	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTICA	0,00	0,00
ADMINISTRACAO	8.964.863,91	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00
SEGURANCA PUBLICA	0,00	0,00
RELACOES EXTERIORES	0,00	0,00
ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00
PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00
SAUDE	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00
EDUCACAO	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00
URBANISMO	42.924,75	0,00
HABITACAO	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00
GESTAO AMBIENTAL	0,00	0,00
CIENCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00
ORGANIZACAO AGRARIA	0,00	0,00
INDUSTRIA	0,00	0,00
COMERCIO E SERVICOS	0,00	0,00
COMUNICACOES	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
A DEFINIR	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	487.300,00	0,00
Intergovernamentais		
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	87.300,00	0,00
Intragovernamentais	400.000,00	0,00
LUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.303.547,53	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Conced	0,00	0,00
DESEMBOLSO	19.390.225,81	0,00
Aquisição de Ativo não Circulante	19.390.225,81	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
LUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.390.225,81	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
DESEMBOLSO	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
LUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
ERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-3.086.678,28	0,00
AIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	6.486.966,13	0,00
AIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.400.287,85	0,00

Prefeituras Municipais do Interior

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADENDO ESCLARECEDOR, REF: RDCE NºS
004, 005 e 006/CPL/PMA/2015, PROCESSOS:
1517,01518 e 1519/SEMOSP/2015

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, através do Decreto nº. 10.134 de 27 de agosto de 2013, torna público aos interessados, nos termos do subitem 1.8, dos editais em destaque que, para atendimento ao Subitem 11.6.1, a empresa deverá dispor em seu quadro de profissional Engenheiro, podendo ser um ou mais dos profissionais sugeridos no item citado, ou outro equivalente, nos termos da Resolução nº 218/73 e demais normas do CONFEA, desde que possua atribuição para execução do objeto, conforme subitem 11.6.2 do Edital. Ficam mantidas as demais informações e exigências contidas nos referidos editais, inicialmente elaborados, bem como as demais peças que os integram.

Ariquemes-RO, 10 de março de 2015.
APARECIDA FERREIRA DE ALMEIDA SOARES
PRESIDENTE - CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU
Comissão de Pregão
Portaria nº. 001/GP/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU** torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada **LICITAÇÃO** sob a modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do tipo, "Menor Preço Por Item", na forma nos termos da Lei Federal nº. 10.520/2002 Decreto Federais nº. 3.555/2000 e 5.450/2005. Decretos Municipais nº. 5.221/GP/2008 e 7.289/2012, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993 com sua alteração subsequente, além do disposto na LC nº. 123/2006.

PREGÃO ELETRONICO Nº. 016/PMJ/2015

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Administração. Processo Administrativo nº. **574/PMJ/2015**. Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo, no valor de R\$ 53.565,00. Conforme termo de referência e anexos do Edital. Data para cadastro de propostas: 13/03/2015, a partir das 09h30min, finalizando às 09h29min do dia 25/03/2015. Início da Sessão Pública: **25 de Março de 2015 às 09h40min** (horário de Brasília). Local da disputa: **www.cidadecompras.com.br**. A retirada do Edital completo poderá ser requisitada gratuitamente no site: **www.jaru.ro.gov.br/gabine-te/cpl/mural-cpl**. Informações Complementares na Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua João Batista nº. 3038, 2º. Piso Setor 01, de segunda a quinta-feira, das 07h30min, à 12h00min e das 14h00min às 17h30min, e nas sextas-feiras das 07h30min, à 13h30min, exceto feriado. CONTATOS: fone (69) 3521-6993, e-mail **cpl@jaru.ro.gov.br**.

Jaru, 11 de Março de 2015.
Wellington Campos Travezani
Pregoeiro

PREGÃO ELETRONICO Nº. 025/PMJ / 2015

Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Educação. Processo Administrativo nº. **775/PMJ/2015**. Objeto: Aquisição de 01 (UM) Veículo Utilitário Ônibus, no valor de: R\$ 315.000,00. CONVÊNIO Nº. 375/

PCN/2014, Conforme termo de referência e anexos do Edital. Data para cadastro de propostas: 13/03/2015, a partir das 11h00min, finalizando às 10h59min do dia 25/03/2015. Início da Sessão Pública: **25 de Março de 2015 às 11h10min** (horário de Brasília). Local da disputa: **www.cidadecompras.com.br**. A retirada do Edital completo poderá ser requisitada gratuitamente no site: **www.jaru.ro.gov.br/gabinete/cpl/municipal-cpl**. Informações Complementares na Comissão Permanente de Licitações, sito a Rua João Batista nº. 3038, 2º. Piso Setor 01, de segunda a quinta-feira, das 07h30min, à 12h00min e das 14h00min às 17h30min, e nas sextas-feiras das 07h30min, à 13h30min, exceto feriado. CONTATOS: fone (69) 3521-6993, e-mail cpl@jaru.ro.gov.br.

Jaru, 11 de Março de 2015.
Wellington Campos Travezani
Pregoeiro

PREFEITURA DE CEREJEIRAS-RO
Pregão Eletrônico nº. 007/2015.

O Município de Cerejeiras – RO, através do Pregoeiro Oficial nomeado pelo Decreto Municipal nº. 680/2013 torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nos termos da Lei nº. 10.520/02 Decreto Federal nº 5.450/05, Decreto Municipal nº. 250/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93. Objetivando a **Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cerejeiras - RO, com Recursos Convênio com o Ministério da Saúde através do Fundo Nacional de Saúde, Conforme Proposta nº 19181.382000/1140-04. Com valor estimado em R\$ 312.860,00 (trezentos e doze mil oitocentos e sessenta reais)**. Processo Administrativo Nº. 339/2015. Data para cadastro de proposta dia 25/03/2015, a partir das 08:00 horas, abertura de propostas e início da sessão pública: dia 30/03/2015, com início às 10:45 horas, horário de Brasília – DF, local **www.bll.org.br** e **www.cerejeiras.ro.gov.br** “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital estará à disposição dos interessados no endereço supracitado de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00, sem custos. Para maiores informações estaremos à disposição na sala da CPL de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas ou pelo telefone (0XX69) 3342-2343.

Cerejeiras - RO, 11 de Março de 2015.

Eliandro Victor Zancanaro
Pregoeiro Oficial do Município
Dec. Nº. 680/2013.

PREFEITURA DE CEREJEIRAS-RO
Pregão Eletrônico nº. 008/2015.

O Município de Cerejeiras – RO, através do Pregoeiro Oficial nomeado pelo Decreto Municipal nº. 680/2013 torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nos termos da Lei nº. 10.520/02 Decreto Federal nº 5.450/05, Decreto Municipal nº. 250/07, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93. Objetivando a **Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cerejeiras - RO, com Recursos Convênio com o Ministério da Saúde**

de através do Fundo Nacional de Saúde, Conforme Proposta nº 19181.382000/1140-03. Com valor estimado em R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais). Processo Administrativo Nº. 340/2015. Data para cadastro de proposta dia 25/03/2015, a partir das 08:00 horas, abertura de propostas e início da sessão pública: dia 30/03/2015, com início às 10:45 horas, horário de Brasília – DF, local **www.bll.org.br** e **www.cerejeiras.ro.gov.br** “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital estará à disposição dos interessados no endereço supracitado de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00, sem custos. Para maiores informações estaremos à disposição na sala da CPL de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas ou pelo telefone (0XX69) 3342-2343.

Cerejeiras - RO, 11 de Março de 2015.
Eliandro Victor Zancanaro
Pregoeiro Oficial do Município
Dec. Nº. 680/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE/RO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2015

Processo nº: 058/SEMEC/2014

Objeto **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE – RONDÔNIA, NO VALOR ESTIMADO PARA (ÓLEO DIESEL COMUM) DE 14.535,00 (QUATORZE MIL QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS) E ÓLEO DIESEL S-10, NO VALOR DE R\$: 4.365,00 (QUATRO MIL TEZENTOS E SESENTA E CINCO REAIS), TOTALIZANDO O VALOR ESTIMADO DE R\$: 18.900,00 (DEZOITO MIL E NOVECIENTOS REAIS) COM RECURSO PRÓPRIO E COM RECURSO DO FUNDEB 40%.**

CONTRATADA: C.H DA COSTA RODRIGUES, estabelecida na AVENIDA BRASIL, nº 1705, bairro CENTRO, no Município de PIMENTEIRAS DO OESTE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.811.840/0001-08.

Valor: R\$: 18.900,00 (DEZOITO MIL E NOVECIENTOS REAIS),
Data da Assinatura: 11/03/2015

João Miranda de Almeida
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES/RO
GABINETE DO PREFEITO

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito do Município de Costa Marques, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições, e considerando o parecer favorável, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório constante do **Processo Administrativo nº 225/2015**, que originou o **Pregão Presencial nº 06/CPLM/2015**, conforme preceitua a Lei Federal nº 10.520 e Lei Federal nº 8.666, e suas alterações, que tem por objeto a **Contratação de Empresa de prestação de serviços de Transporte Escolar de Alunos da rede pública Municipal e Estadual de Ensino**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações descritas nos Anexos do Edital. O

referido objeto as empresas: **TRANSPORTADORA COSTA MARQUES LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **07.875.213/0001-06**, sagrou-se vencedora nos itens 01, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 13 e 14, totalizando o valor de **R\$ 847.454,00** (Oitocentos e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e quatro centavos), empresa **TRANSPORTADORA SILVA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº **21.811.003/0001-85**, sagrou-se vencedora no item 02, totalizando o valor de **R\$ 73.440,00 (Setenta e três mil quatrocentos e quarenta reais)**, empresa **ALAN B LUNA – ME**, inscrita no CNPJ nº **11.483.566/0001-38**, sagrou-se vencedora nos itens 03 e 04, totalizando o valor de **R\$ 199.264,00** (Cento e noventa e nove mil duzentos e sessenta e quatro reais), empresa **CORCOVADO SERVIÇOS DE COLETA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ nº **07.865.810/0001-50**, sagrou-se vencedora nos itens 09 e 12, totalizando o valor de **R\$ 233.752,00** (Duzentos e trinta e três mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Publique - se.

Após, à Secretaria Municipal de Fazenda para a emissão de Nota de Empenho e posteriores elaboração do contrato nos termos da minuta constante neste processo.

Costa Marques/RO, 10 de março de 2015.

Francisco Gonçalves Neto
Prefeito Municipal

Câmara Municipal do Interior

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ Nº. 009/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2013, **TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS**, relacionados no anexo I deste edital, para o provimento dos cargos públicos especificados no mesmo anexo.

Os convocados deverão comparecer, durante o período de trinta dias a contar da publicação do presente edital, das 08:00 às 12:00 horas na Direção Geral da Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé/RO, sita na Avenida São Paulo, 1.376, para apresentação, entrega dos documentos constantes do anexo II, tudo na forma do item 23.2 do edital de abertura do concurso público.

São Miguel do Guaporé, 09 de março de 2015.
Valmir Aparecido Pessoa
Presidente da CMSMG

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS

AGENTE ADMINISTRATIVO		
INSCRIÇÃO	NOME	COLOCAÇÃO
408	BEATRIZ TELÓ DOS SANTOS	4.a
VIGIA		
INSCRIÇÃO	NOME	COLOCAÇÃO
499	JULIA CAMPOS DE SOUZA	4.a

Ineditoriais

**RIO MADEIRA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA.
CNPJ 07.324.592/0001-46 - NIRE 1120043157-8
16ª Alteração do Contrato Social**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: Ferrometals B.V., CNPJ/MF 19.418.206/0001-64, representada por sua procuradora, Natalia Cibebe Correia da Silva, CPF/MF 316.825.008-29, OAB/SP 290.416; e Carlos Eduardo Prado, RG 14.869.803-7-SSP/SP, CPF/MF 035.156.498-59; únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada "Rio Madeira Comércio Importação e Exportação de Minérios Ltda.", com sede em Espigão do Oeste/RO, na Rua Grajaú, nº 1550, Bairro Vista Alegre, CEP 76974-000 e Contrato Social arquivado na JUCER- RO nº 112.0043157-8 em 15/04/2005 ("Sociedade"), resolve alterar o contrato social da Sociedade pela 16ª vez mediante as seguintes cláusulas e condições: 1. Os sócios decidem transformar o tipo societário da Sociedade, nos termos dos artigos 1.113 e seguintes da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), de Ltda para S.A., com regência pela Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), e alterar a denominação social para "Brasil Manganês Corporation Mineração S.A.", pelo que fica transformada a forma jurídica da Sociedade sem solução de continuidade. 2. Em razão da deliberação constante do item 1 acima, o capital social da Sociedade, atualmente no valor de R\$ 26.295.500,00, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 26.295.500,00 quotas, passa, mediante a conversão efetuada na proporção de aproximadamente 2,79 quotas existentes para 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, a ser representado por 9.413.241 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional e com a incorporação do saldo da conta reserva de avaliação de direitos. Tendo em vista a deliberação acima, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito, será de R\$ 26.295.500,00, quinhentos reais), totalmente subscrito, sendo dividido em 9.413.241 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Único-Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º- Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. Capítulo III-Assembleia Geral. Artigo 7º-A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se, ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. §1º-A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. §2º-A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Capítulo IV-Administração. Artigo 8º-A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 9º-Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de trinta dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de

posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 10-A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. Capítulo V-Diretoria. Artigo 11-A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 12-A Diretoria não é um representado por 9.413.241 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A subscrição da totalidade das ações do órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos 9.413.241 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal será realizada na proporção das participações atuais dos acionistas no capital social da Sociedade, como se segue: 9.413.240 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela Ferrometals B.V., conforme boletim de subscrição constante do Anexo I; e 1 ação ordinária, nominativa e sem valor nominal por Carlos Eduardo Prado, conforme boletim de subscrição constante do Anexo II. 3. Tendo em vista a deliberação de transformação da Sociedade, os sócios resolvem que a administração da Sociedade competirá à Diretoria, composta por até 4 membros, sendo 1 Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País, a serem eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, e por esta destituíveis, a qualquer tempo, para um mandato de 3 anos, permitida a reeleição. 4. Os sócios aprovam ainda a eleição das seguintes pessoas como Diretores da Sociedade, com mandato de 3 anos contados da presente data: (i) Carlos Eduardo Prado, RG 14.869.803-7-SSP/SP, CPF/MF 035.156.498-59, e (ii) Alexandre Bittencourt Calmon, OAB/RJ 112.613, CPF/MF 016.744.777-75, como Diretor sem Designação Específica, a quem caberão as responsabilidades ou representações ativa e passiva da Sociedade, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Sociedade, ficando vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais. 5. É indicado o para o cargo de administração da Sociedade, pelo prazo de 3 anos, Adrian Neil McArthur, passaporte australiano nº N4380979, que atuará sob a denominação de Diretor sem Designação Específica. O administrador indicado só tomará posse no respectivo cargo após a obtenção do seu respectivo visto permanente emitido pela autoridade brasileira competente e após a regularização de sua respectiva residência no Brasil. Até a data em que seja devidamente empossado, o administrador indicado não estará autorizado a exercer os poderes de administração da Sociedade estabelecidos no Estatuto Social. 6. Por fim, os sócios aprovam o Estatuto Social da Sociedade, nos termos do Anexo III. Espigão do Oeste, 24/06/2014. Sócios: Ferrometals B.V.p.p. Natalia Cibebe Correia da Silva, Carlos Eduardo Prado. Anexo III da 16ª Alteração do Contrato Social da Rio Madeira Comércio Importação e Exportação de Minérios Ltda. "Estatuto Social da Brasil Manganês Corporation Mineração S.A. Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º-A Brasil Manganês Corporation Mineração S.A. (a "Companhia") é uma S.A., fechada, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º-A Companhia tem por objeto: a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais e gemas em todo o território nacional, de acordo com a legisla-

ção em vigor; e b) comércio atacadista, importação, exportação e beneficiamento de minérios, gemas, resíduos de metais ferrosos e não ferrosos. § Único-A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades mediante deliberação da Assembleia Geral. Artigo 3º-A Companhia tem foro em Espigão do Oeste/RO, com sede na mesma cidade, na Rua Grajaú, nº 1550, Bairro Vista Alegre, CEP: 76974-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. § Único-A Companhia possui 1 filial com o mesmo objeto social da matriz no travessão 6, lote 02/06, seringa, zona rural, no município de Espigão do Oeste/RO, CEP 76974-000, destacando para fins fiscais R\$ 30.000,00 do capital social. Artigo 4º- O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. Capítulo II- Capital Social e Ações. Artigo 5º-O capital social é de R\$ 26.295.500,00 (vinte e seis milhões, duzentos e noventa e cinco mil e operacionais. Artigo 13-A Diretoria é composta por até 4 diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 14- Dentre os diretores um será designado Diretor Presidente e os demais não terão designação específica. Artigo 15- A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: a) de 2 Diretores em conjunto; b) de 1 Diretor em conjunto com 1 procurador; ou c) de 2 procuradores em conjunto. §1º- As procurações serão sempre outorgadas por quaisquer 2 Diretores, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 ano. §2º-A venda, doação, transferência, cessão, destituição ou quaisquer outros negócios jurídicos, onerosos ou gratuitos, de quaisquer direitos minerários, bens móveis ou imóveis utilizados para exercer a atividade objeto da Companhia, entre eles alvará, decretos e portarias de lavra, para ter validade, deverá ser assinada por todos os acionistas da Companhia, com firma reconhecida, sob pena de nulidade, em especial as autorizações de pesquisa e alvarás de pesquisa números: 886.321/2005, 886.170/2010, 886.241/2005, 886.016/2003, 886.303/2009, 886.256/2011, 886.114/2012, 886.430/2009, 886.108/2011, 886.179/2011, 886.180/2011, 886.226/2011, 886.353/2011, 886.296/2012, 886.297/2012, 886.068/2013. Capítulo VI-Conselho Fiscal. Artigo 16-O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. §1º-O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. §2º-O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. Capítulo VII-Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 17-O exercício social terá início em 01/01 e término em 31/12. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 18-Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. Artigo 19-A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A

Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. §Único-Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 20-A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. §Único-A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. Capítulo VIII-Transformação. Artigo 21-A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes. Capítulo IX-Liquidação. Artigo 22-A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração." JUCER-RO. Certifico o Registro em 20/11/2014 sob nº 11300003390. Protocolo 14/047640-7, de 31/10/2014. Empresa 113 0 000339 0 - BRASIL MANGANÊS CORPORATION MINERAÇÃO S.A. Adriana Pires de Souza - Secretária Geral

Asplemat

JFG ENERGIA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2012 e 2013, inclusive Parecer dos Auditores Independentes, merecendo destaque os seguintes fatos:

Atualmente, a atividade operacional da Companhia concentra-se na geração de energia elétrica, através da PCH Cachoeira, localizada no município de Vilhena, Estado de Rondônia, com capacidade instalada de 11,12 MW, cuja produção é totalmente vendida para a companhia "Centrais Elétricas de Rondônia – CERON" e opera conectada ao SIN – Sistema Interligado Nacional

A Diretoria.

JFG Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Títulos e valores mobiliários	48	44
Contas a receber de clientes	1.001	864
Tributos a recuperar	-	137
Depósitos judiciais	122	48
Outros ativos	861	20
	2.038	1.118
Não circulante		
Partes relacionadas	8.531	7.716
Empréstimos concedidos	12.251	12.785
Imobilizado	11.729	12.530
	32.511	33.031
Total do ativo	34.549	34.149
Passivo		
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos	-	778
Tributos a recolher	677	822
Parcelamentos de tributos	267	150
Salários e encargos a pagar	108	125
Dividendos a pagar	2.096	1.806
	3.148	3.681
Passivo não circulante		
Parcelamentos de tributos	977	1.351
	977	1.351
Patrimônio líquido		
Capital social	14.118	14.118
Reserva de lucros	10.020	9.580
Dividendos adicionais propostos	6.286	5.419
	30.424	29.117
Total do passivo e patrimônio líquido	34.549	34.149

JFG Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	2013	2012
Receita operacional líquida	11.800	10.378
Custo dos serviços prestados	(1.410)	(1.435)
Lucro bruto	10.390	8.943
Pessoal	(1.042)	(381)
Despesas gerais e administrativas	(349)	(406)
Outras receitas operacionais	190	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	9.189	8.156
Receitas financeiras	1	2
Despesas financeiras	(8)	(231)
Lucro antes dos impostos	9.182	7.927
Imposto de renda e contribuição social corrente	(360)	(322)
Lucro líquido do exercício	8.822	7.605
Lucro por ação – R\$	0,63	0,54
Quantidade de ações	14.118.000	14.118.000

JFG Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	8.822	7.605
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	8.822	7.605

JFG Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	14.118	1.112	8.088	4.811	-	28.129
Aprovação dos dividendos adicionais do ano anterior	-	-	-	(4.811)	-	(4.811)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.605	7.605
Destinação proposta à Assembleia	-	380	-	-	(380)	-
Reserva legal	-	-	-	-	(1.806)	(1.806)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	5.419	(5.419)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.118	1.492	8.088	5.419	-	29.117
Aprovação dos dividendos adicionais do ano anterior	-	-	-	(5.419)	-	(5.419)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.822	8.822
Destinação proposta à Assembleia	-	440	-	-	(440)	-
Reserva legal	-	-	-	-	(2.096)	(2.096)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	6.286	(6.286)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.118	1.932	8.088	6.286	-	30.424


JFG Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.182	7.927
Ajuste de itens para conciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Juros provisionados	-	217
Rendimentos de aplicação financeira	(1)	(2)
Depreciação	824	889
	10.005	9.031
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(137)	42
Tributos a recuperar	(10)	33
Depósitos judiciais	(74)	(48)
Partes relacionadas	(8.040)	2.162
Empréstimos concedidos	534	(3.520)
Outros ativos	(841)	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	-	(6)
Tributos a recolher	(262)	40
Salários e encargos sociais	(17)	14
Parcelamento de tributos	(257)	(250)
Pagamento de IRPJ e CSLL	(96)	(345)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	805	7.151
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(23)	(38)
Venda de bens do ativo imobilizado	-	9
Títulos e valores mobiliários	(3)	(16)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(26)	(45)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(778)	(815)
Dividendos pagos	-	(6.415)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(778)	(7.230)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	1	(124)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	129
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	5
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	1	(124)

NOTA – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Em todos os períodos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As presentes demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Desta forma a Companhia prepara suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

As Demonstrações Financeiras incluindo Notas explicativas e parecer dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S estão disponíveis na sede da Companhia.

Jadson Moura de Góes
Diretor-Superintendente

Jeferson Fonseca de Góes Filho
Diretor

Patrícia Alves dos Santos
Contadora CRC/BA 016875/O-4

Eu Adir Ferreira Lima, CPF 334.563.136-91, cadastro rural nº00000001252151, residente na BR 364, KM 490, Lote 14, Gleba 35/B, zona rural, Ariquemes-RO, Declaro que extravei as notas fiscais nº 13, registrado B.O.400N2015 na delegacia de Ariquemes/RO

O Sr. Brasílio Maria de Carvalho, produtor, portador do CPF. nº 190.631.302-44, cadastro 00000001319264, RG. 228.236 SSP/RO, morador da Linha 200, Lote 05, Gleba 25, Ouro Preto do Oeste – RO. Comunica o extravio de duas notas fiscais do Produtor sob. os nº 18 e 19. O mesmo registrou boletim de ocorrência policial, sob. nº 19h2015 aos 07/01/2015 em Ouro Preto do Oeste – RO.

RESOLUÇÃO CRCRO Nº 281/2014

PARA APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA – CRC/RO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE RONDÔNIA – CRC/RO, usando da atribuição que lhe confere o inciso “I”, letra “f” do Artigo 12 do Regimento interno.

CONSIDERANDO a competência do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia – CRC/RO em aprovar o seu Plano de Trabalho, Orçamento e respectivas modificações.

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Câmara de Controle Interno, mediante Parecer, à aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho e o Orçamento para o exercício financeiro de 2015, que estima a receita em R\$ 2.486.000,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) e fixa a despesa em igual importância, conforme as normas estabelecidas pela Lei nº. 4.320/64.

Art. 2º - As receitas correntes e de capital estão previstas, observando o seguinte desdobramento:

RECEITAS:

6.2	-	Receitas	R\$ 2.486.000,00
6.2.1	-	Receitas Correntes	R\$ 2.486.000,00
6.2.1.1	-	Contribuições	R\$ 1.778.439,00
6.2.1.2	-	Exploração de bens e serviços	R\$ 110.858,00
6.2.1.3	-	Financeiras	R\$ 262.161,00
6.2.1.4	-	Transferências	R\$ 105.494,00
6.2.1.9	-	Outras Receitas Correntes	R\$ 229.048,00

Art. 3º - As despesas, correntes e de capital, foram fixadas em observância aos seguintes desdobramentos:

DESPESAS:

6.3	-	Despesas	R\$ 2.486.000,00
6.3.1	-	Despesas Correntes	R\$ 2.420.223,00
6.3.1.1	-	Pessoal e Encargos	R\$ 1.012.253,48
6.3.1.2	-	Benefícios Assistenciais	R\$ 3.600,00
6.3.1.3	-	Uso de Bens e Serviços	R\$ 849.764,52
6.3.1.4	-	Financeiras	R\$ 70.760,00
6.3.1.6	-	Tributárias e Contributivas	R\$ 458.345,00
6.3.1.9	-	Outras Despesas Correntes	R\$ 25.500,00
6.3.2	-	Despesas de Capital	R\$ 65.777,00
6.3.2.1	-	Investimentos	R\$ 20.777,00
6.3.2.1	-	Amortizações de Empréstimos	R\$ 45.000,00

Art. 4º - O presidente fica autorizado a abrir créditos adicionais, obrigatoriamente, com a indicação das fontes de recursos oriundos de anulação parcial ou total de contas, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Velho - (RO), 17 de Outubro de 2014.
VILMA FÁTIMA MENDES
 Presidente do CRC-RO